

30/12/2019

Grande Imprensa
FOLHA DE S. PAULO - SP

[Confrontos estéreis](#)

[Não existe ser liberal na economia e intolerante nos costumes, diz Elena Landau](#)

[O que desejo para o Ano Novo](#)

[Falando sobre política, drag queen troca noites de SP por salas de aula](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Instituições brecam agenda conservadora](#)

[Universidades barram extinção de 4,2 mil vagas](#)

[Novo decreto presidencial acaba com cargos efetivos](#)

[Benefício dado a magistrados bate salário de professores](#)

O GLOBO - RJ

[Ensino médio privado cai 27% no país](#)

[Década perdida?](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Professores interessados em curso já podem se cadastrar](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Capes abre cadastro para cursos em licenciatura](#)

O DIA - PI

[Os recursos chegam com descontos para o Fundeb e Saúde](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Magistrados de SP dão aulas gratuitas para concurso de novos juízes](#)

G1

[BNCC atrasada, Future-se sem prazo e os embates do ministro: o ano da educação em 10 pontos](#)

PORTAL EXAME

[Como a Qranio, de jogos de educação, passou a mirar o ensino corporativo](#)

PORTAL VEJA

[Unifesp precisa de verba federal para 'fechar o ano'](#)

[Proposta final da base nacional terá atraso de 5 meses, diz MEC](#)

[Unesp abre inscrições para o vestibular de meio do ano](#)

TERRA

[Universidades reverterem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Brasileiro aponta solução para mistério da construção de Machu Picchu](#)

[Escrito pela filha, livro traz carta inédita em que Olga revela gravidez a Prestes](#)

[Mentiras de Bolsonaro no primeiro ano têm consequências práticas](#)

O GLOBO - RJ

SEM ENSINO

[Hotel-casa no Rio abriga jovens gênios da matemática](#)

Imprensa Estadual

O POPULAR - GO

[MEC muda regra e pode cobrar 584 mil estudantes](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Bolsonaro encerra primeiro ano com avanços na Economia e retrocessos na Educação e Meio Ambiente](#)

METRÓPOLES

[2020: educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental](#)

PORTAL ISTOÉ

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

[MEC muda regra do Fies e pode cobrar na justiça 584 mil alunos em atraso](#)

R7

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

[MEC muda regra do Fies e pode cobrar 584 mil alunos em atraso](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

[MEC muda regra do Fies e pode cobrar na justiça 584 mil alunos em atraso](#)

[Pela primeira vez, alunos negros foram maioria nas universidades públicas](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Só falta educação](#)

[Pedido de anulação da MP da reitoria](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Sob ataque](#)

[Onde está Wally?](#)

[Na USP, apenas 2,1% dos mais de 5.000 educadores são pretos ou pardos](#)

[Governo Bolsonaro reduz oferta do Fies a partir de 2021 e eleva desempenho mínimo no Enem](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Um ano de bizarrices, sectarismo e ideologia](#)

[Presidente passará o réveillon em base naval na Bahia](#)

[MEC muda regra para o FIES e pode cobrar na justiça 584 mil alunos em atraso](#)

[Financiamento privado já supera o público](#)

O GLOBO - RJ

[As respostas de Papai Noel a políticos do país](#)

[País terá encontro marcado com o gargalo da qualificação.](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - RS

[Oferta de vagas do Fies terá redução em 2021](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Capes abre vagas para cursos em licenciatura](#)

HOJE EM DIA - MG

[PROFESSORES INTERESSADOS EM CURSAR LICENCIATURA JÁ PODEM SE INSCREVER](#)

O POVO - CE

[Doutorado](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Capacitação de professores](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Resultados do Enade 2019 são antecipados pelo Ministério da Educação](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MP será analisada pelo Supremo](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Fies exige nota mínima e vagas podem encolher](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Governo reduz oferta do Fies em 2021](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Mudanças nas regras do Fies](#)

MEIO NORTE - PI

[Ensino integral pode ser ampliado](#)

O TEMPO - MG

[Candidatos ao P-Fies não precisam mais do Enem](#)

Agências de notícias e sites

BONDE NEWS

[Capes seleciona professores para curso de inglês nos Estados Unidos](#)

DOURADOS AGORA

[Capes abre cadastro para professores](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro reduz oferta do Fies a partir de 2021 e eleva desempenho mínimo no Enem](#)

CORREIO WEB

[MEC quer ampliar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer levar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental](#)

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

R7

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

T1 NOTÍCIAS

[Curso de inglês pela Capes é oportunidade para professores nos Estados Unidos](#)

TERRA

[MEC muda regra do Fies e pode cobrar na Justiça 584 mil alunos em atraso](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[STF recebe mandado que pede anulação de nova regra para escolha de reitores](#)

[Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020](#)

Agências de notícias e sites

ACORDA CIDADE

[Capes seleciona professores de inglês para capacitação nos EUA](#)

A TARDE - BA

[Professores são selecionados para curso de inglês nos EUA](#)

BONDE NEWS

[Capes seleciona professores para curso de inglês nos Estados Unidos](#)

ESTADO DE MINAS ONLINE

[Professores são selecionados para curso de inglês nos Estados Unidos](#)

IMIRANTE

[Professores são selecionados para curso de inglês nos Estados Unidos](#)

INFONET

[Capes seleciona professores de inglês para capacitação nos EUA](#)

JORNAL CRUZEIRO DO SUL

[Professores brasileiros recebem capacitação nos Estados Unidos](#)

METRÓPOLES

[Capes seleciona professores para curso de inglês nos EUA](#)

O SÃO GONÇALO

[Capes abre cadastro para professores interessados em cursar licenciatura](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Professores brasileiros recebem capacitação nos Estados Unidos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Deputado questiona no STF nova regra do governo federal para escolha de reitores](#)

G1

[MEC diz que vai reduzir número de vagas do Fies a partir de 2021](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC quer levar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS

[Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar](#)

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM

[Capes : interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar](#)

DIÁRIO DO LITORAL

[Professores podem se cadastrar em curso](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO DE NOTÍCIAS ON LINE

[Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar](#)

G1

[Retrospectiva 2019: reveja as notícias que repercutiram envolvendo a USP de Piracicaba](#)

INFONET

[Professores interessados em cursar licenciaturas podem se cadastrar](#)

O PARANÁ - PR

[Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar](#)

[INTERCÂMBIO – Inscrições para o programa podem ser feitas até 14 de fevereiro](#)

O POPULAR.NET

[Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar](#)

PBAGORA

[UFPB encerra 2019 no topo das patentes, destaca reitora](#)

G1

[Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Petrolina lança edital para contratação de professores](#)

[UFVJM oferece 410 vagas em três pós-graduações Lato Sensu](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Começa demissão em massa na TV Escola: hoje serão 70](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Confrontos estéreis

Na educação, governo Bolsonaro deixa gestão em favor de picuinhas ideológicas

Principal instituição federal na área do ensino básico, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dispõe de um dos maiores orçamentos do Executivo, acima dos R\$ 30 bilhões anuais. Apenas neste primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, o FNDE já passou pelo comando de três presidentes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/12/confrontos-estereis.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA

**Não existe ser liberal na economia e intolerante nos costumes, diz Elena Landau
Para economista que atuou nas privatizações de FHC, liberalismo é progressista e
respeita direito LGBT**

São Paulo

E, do ponto de vista econômico, eu pergunto: é possível fazer o Brasil dar salto de produtividade sem educação? O ministro da Educação está preocupado em olhar o passado. Ele olha os números do Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Alunos, no qual o Brasil costuma ser mal avaliado] e fica falando do PT.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/nao-existe-ser-liberal-na-economia-e-intolerante-nos-costumes-diz-elena-landau.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

O que desejo para o Ano Novo

Relatório propões 53 sugestões para MEC recuperar tempo perdido em 2019

Os debates de educação, especialmente aqueles que contaram com os nossos ministros de Educação, que presenciamos neste ano, ao vivo e na internet, parecem cenas de um filme distópico. Muito pouco ou quase nada do que foi discutido tem o potencial de, efetivamente, transformar a educação brasileira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tabata-amaral/2019/12/o-que-desejo-para-o-ano-novo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Falando sobre política, drag queen troca noites de SP por salas de aula

Em seus cursos, Rita Von Hunty discute temas como capitalismo, machismo e questões de gênero

São Paulo

Guilherme é entusiasta do educador Paulo Freire, atacado pelo atual ministro da Educação Abraham Weintraub, e de quem carrega um mantra. “Educar não é transferir conhecimento. Mas é criar um ambiente onde o conhecimento possa ser produzido”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/falando-sobre-politica-drag-queen-troca-noites-de-sp-por-salas-de-aula.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Instituições brecam agenda conservadora

Apesar de ter vocalizado posições radicais no campo dos costumes e da cultura, Jair Bolsonaro não conseguiu fazer avançar neste primeiro ano de mandato pontos caros à agenda ultraconservadora nacional. Do ensino domiciliar à flexibilização total do porte de armas, passando pelo excludente de ilicitude, as pautas bolsonaristas foram barradas ou desidratadas pelo Congresso ou outras instituições. Sem falar no projeto da escola sem partido e na tese da redução da maioria penal, que nem sequer chegaram a ser levadas a sério pelo Legislativo.

» Prioridade. Todos esses temas constaram da campanha a presidente de Jair Bolsonaro em 2018. Somente no caso das armas o presidente, via decretos, se mostrou mais ativo em 2019.

» Ainda pulsa. Bolsonaro e seu entorno, porém, avaliam que o ano foi importante para “despetizar” a máquina: o terreno está aplainado para a agenda ultraconservadora avançar.

» Me ajuda aí. Em rede social ontem, Bolsonaro saudou o aumento de 50% no registro de armas de fogo este ano, levando-se em conta o mesmo período de 2018. “Dependo do Parlamento para ampliar o direito a posse/porte para mais cidadãos”, afirmou ele.

» Deu jogo. O ativismo governamental foi efetivo na cultura, nas relações internacionais e na educação, pelas mãos de ministros alinhados com o Planalto: Roberto Alvim, Ernesto Araújo e Abraham Weintraub, respectivamente.

» Bem na fita. Quem termina o ano em alta na Esplanada é Damara Alves. O ministério comandado por ela (Mulher, Família e Direitos Humanos) está bem posicionado para a partir de 2020 incorporar programas, como a nova versão do Bolsa Família, e pastas.

» Será? Por conta do prestígio de Damara no Planalto, é dado como certo que na volta do recesso do Congresso, a partir de fevereiro, será instalada a comissão para analisar o projeto de lei do homeschooling.

» Devagar. A maioria no Congresso abraçou a pauta econômica de Bolsonaro, diz experiente parlamentar, mas tem reservas quanto à agenda de costumes.

» Enfim... Após ter passado dois anos procurando uma “marca” para sua administração na capital paulista, Bruno Covas (PSDB) parece ter encontrado um caminho que o diferencia dos antecessores: os programas na área da educação.

» ...achou. O prefeito vai apostar em avanços nessa área para se diferenciar de Fernando Haddad (PT).

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Universidades barram extinção de 4,2 mil vagas

Levantamento feito pelo ‘Estado’ mostra que pelo menos 38 instituições de ensino conseguiram, com decisões judiciais, manter 4.215 dos 13,7 mil cargos extintos pelo governo federal, que argumenta ter prerrogativa de gerir os próprios recursos

Universidades e institutos federais de ensino barraram na Justiça a extinção de 4.215 entre 13,7 mil cargos comissionados determinada por decreto presidencial em março. A maioria dos juízes entendeu que a medida prejudica o funcionamento das instituições e que o decreto é inconstitucional porque acaba com cargos que estavam ocupados. Governo federal ainda pode recorrer das decisões.

Ao menos 38 instituições de ensino da rede federal conseguiram barrar com decisões judiciais o corte de cargos e funções comissionadas feito pelo presidente Jair Bolsonaro em março deste ano. Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 – 30,7% do total – estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal.

A maioria dos juízes, além de entender que a medida causa prejuízo ao funcionamento das universidades e institutos federais, também defende que o decreto é inconstitucional por extinguir cargos e funções que estavam ocupados e por ferir a autonomia universitária. O governo federal defende ter a prerrogativa de “gerir seus próprios recursos” e argumenta que o presidente e seus ministros são responsáveis pela direção da administração federal.

As ações pedindo a suspensão da extinção dos cargos foram feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) de 13 estados de todas as regiões do País. Neste primeiro ano do governo Bolsonaro, o MPF questionou e conseguiu barrar medidas que foram tomadas sem consultar as instituições de ensino federal e que tiveram grande impacto em seu funcionamento, como o bloqueio de orçamento e a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas acadêmicas.

Uma das primeiras ações pedindo a interrupção da decisão foi movida pelo MPF de Pernambuco e suspendeu o corte de mais de 560 cargos nas universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Em sua decisão, o juiz federal além de entender que o decreto é inconstitucional e fere a autonomia universitária, destaca que os cortes gerariam impactos financeiros “muito pequenos diante do risco de prejuízo a qualidade da prestação de serviço.”

As funções que o decreto extingue têm gratificações que variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. Entre as funções que o governo extinguiu a remuneração estão, por exemplo, a de coordenação e direção acadêmica dos cursos ofertados (graduações, pós-graduações, técnicos e tecnológicos). Foram mais de 1,8 mil. O Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) diz que a medida vai desestimular os docentes a aceitarem esses cargos, que têm diversas atribuições administrativas e pedagógicas, como a orientação de estudantes.

Uma das principais universidades do País, com um dos maiores orçamentos e maior número de alunos, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) manteve 117 servidores nos cargos e funções após decisão judicial. A magistrada ressalta que a extinção é “desarrazoada e desproporcional” já que a economia decorrente da medida equivale a décimos percentuais do orçamento da universidade – menos de 0,2%.

Apesar dos argumentos de pouca economia, importância da manutenção dos cargos e autonomia administrativa das instituições, o que mais pesa contra o decreto é que os cargos extintos estavam ocupados. Nesse caso, a extinção só poderia ocorrer com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso.

Para a professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Nina Ranieri, medidas como as que foram tomadas neste primeiro ano da gestão Bolsonaro “criam um ambiente de insegurança jurídica dentro da academia” uma vez que desorganizam o funcionamento das instituições.

Reforma. Procurado, o MEC não se posicionou. O Ministério da Economia disse em nota que o decreto teve como objetivo a “simplificação administrativa e a desburocratização” e informou que a extinção se deu prioritariamente nas áreas-meio,

sem prejudicar a execução de atividades essenciais”.

A pasta informou ainda que entre os critérios para a definição dos cargos e funções cortados estava a “baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos de servidores efetivos de nível auxiliar”. Informa ainda que a rede federal de ensino permanece com 48 mil cargos, representando quase metade do quadro do Poder Executivo.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Novo decreto presidencial acaba com cargos efetivos

Além das funções comissionadas, um novo decreto do presidente Jair Bolsonaro extinguiu na semana passada 20 mil cargos efetivos (que exigem a abertura de concurso público) de 68 tipos. Os cargos são da área técnico-administrativa e quase metade estava desocupado, segundo as instituições de ensino porque esperavam o Ministério da Economia liberar a realização de concursos públicos.

Em nota, o Ministério da Economia diz que as vagas ocupadas só serão extinguidas quando os servidores se aposentarem. No caso das que estavam ociosas, o concurso fica vedado, mas o governo informa que as atribuições desses cargos podem ser “exercidas por outros meios como a descentralização para outros entes da federação ou com a contratação indireta de serviços”. E diz que o novo corte focou em cargos de “atividades de apoio”.

Dirigentes das universidades, no entanto, relatam que muitos dos cargos tinham atribuições que afetam diretamente as atividades de ensino e pesquisa. As instituições dizem não ter recursos para todos os serviços que podem ser afetados com o corte dos cargos.

O corte de tradutor/intérprete de Linguagem de Sinais, por exemplo, pode trazer prejuízos em decorrência da medida. Hoje, pela legislação vigente, as universidades são obrigadas a ter esse profissional para auxiliar em sala de aula alunos com deficiência auditiva.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP), com 40 mil alunos atualmente, tinha duas vagas para tradutor, uma delas ocupada. Neste ano, a instituição tinha dois alunos, em turmas e períodos diferentes, com deficiência auditiva. Se antes esperavam a liberação do concurso, agora sabem que a vaga não será preenchida.

“Vamos pensar em alternativas, mas o que estávamos fazendo até agora era improvisar. Nós pedimos aos professores para que escrevam mais na lousa, falem olhando para esses estudantes ou procurem outras formas de comunicação. Mas sabemos que não deveria ser assim, esses estudantes têm direitos que não estão sendo atendidos”, diz Luiz Claudio Lima, diretor do câmpus São Paulo do instituto.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Benefício dado a magistrados bate salário de professores

Vale-refeição passou dos R\$ 3 mil mensais no Acre, Pernambuco e Amapá, ante R\$ 2.557 de piso nas escolas

BRASÍLIA /

Magistrados de três Estados brasileiros receberam em 2019 um vale-refeição em valor superior até mesmo ao piso salarial do magistério. Os professores trabalham 40 horas

semanais para garantir ao menos R\$ 2.557 mensais, enquanto juízes e desembargadores de Pernambuco, Amapá e Acre colocaram no bolso um auxílio-alimentação que passou de R\$ 3 mil por mês.

O benefício pago pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco chegou a ser o maior do País de maio a julho deste ano, com valores de R\$ 4.320 a R\$ 4.787. A partir de agosto, o benefício foi reduzido a R\$ 1.068 mensais. Procurado, o TJPE não respondeu aos questionamentos da reportagem. O Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) paga a seus membros um vale-refeição que vai de R\$ 3.200 a R\$ 3.546 mensais. O órgão também não respondeu.

No Acre, o Tribunal de Justiça chegou a elevar o auxílio-alimentação para valores entre R\$ 3.840 e R\$ 4.255 em janeiro deste ano. A seccional local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), porém, ingressou com um pedido de providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alegando que o órgão federal não havia autorizado o aumento, que acabou sendo suspenso. Nos meses seguintes, o repasse foi de R\$ 1.600 a 1.773.

O TJAC informou que o aumento havia sido “amparado em lei formal”, mas foi suspenso em fevereiro de 2019, “mantendo-se o pagamento da aludida verba (auxílio-alimentação) no percentual anterior de 5% do subsídio”.

Em Roraima, os magistrados começaram o ano ganhando R\$ 2 mil mensais em auxílio-alimentação, mas o valor caiu a R\$ 1.424 a partir de março. Segundo o TJRR, “a redução ocorreu por uma decisão da presidência que, em razão do congelamento do Orçamento de 2019, instituiu o plano de contingenciamento”. O tribunal não informou se o corte permanecerá em 2020.

Em Goiás, Estado que enfrenta grave crise financeira e tenta acessar o programa de socorro federal, o Tribunal de Justiça aumentou em fevereiro o valor do vale-refeição de R\$ 1 mil para R\$ 1.160 mensais. O órgão informou que a alta de 16% se trata de um “pequeno reajuste” para “correção dos índices inflacionários do período”. O aumento anterior havia sido concedido em outubro de 2017. De lá até o início deste ano de, a inflação acumulada foi de 5,72%.

O TJ de Alagoas disse que o benefício mensal de R\$ 1.520 está na média do que é pago pelos tribunais estaduais e, “a princípio”, não será ampliado em 2020. No Amazonas, o TJ informou que o reajuste do auxílio-alimentação em fevereiro, de R\$ 1.669 para R\$ 1.761, foi concedido para repor a inflação. O TJ do Ceará, onde o vale-refeição chega a R\$ 1.188, afirmou que efetua o pagamento conforme os parâmetros definidos em uma resolução do CNJ de 2006.

O TJ do Maranhão tinha no início do ano o menor auxílio: R\$ 726 mensais. A partir de novembro, porém, houve reajuste de 34%, para R\$ 974. O TJMA não justificou o aumento. Os demais tribunais não responderam.

Reação. No Congresso, os altos valores do auxílio-alimentação dos juízes provocam reações fortes. “O Poder Judiciário se distanciou demais da realidade brasileira. Há um fosso muito grande entre o povo e a Justiça. Passou da hora de a sociedade reagir e de o Judiciário começar a dar sua cota de sacrifício”, disse o líder do Podemos, José Nelto

(GO).

“Mais um absurdo, um puxadinho salarial injustificável. Em 2020, vamos rever todos esses excessos em uma reforma administrativa que atinja todos os Poderes em todos os Estados e municípios”, afirmou o líder do Novo, Marcel Van Hattem (RS).

Para a deputada Renata Abreu (Pode-SP), membro da Comissão de Educação da Câmara, “os dados mostram que estamos no caminho errado e que precisamos urgentemente colocar a educação como prioridade. Veja a completa inversão de valores no Estado brasileiro: o responsável por julgar e punir tem no Brasil muito mais valor do que aquele que é responsável por educar e prevenir. Com certeza, deveria ser o contrário”.

Tiago Mitraud (Novo-MG), também membro da Comissão de Educação da Câmara, diz que esses valores deveriam ser revistos. “Sou a favor da PEC dos Penduricalhos, de autoria do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), que prevê que salários acima de um quarto do teto constitucional (cerca de R\$ 10 mil) não devem receber auxílios.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Ensino médio privado cai 27% no país

Instituições perdem 351 mil alunos em quatro anos e só esperam melhora em 2021

Com mensalidades mais altas, queda de poder aquisitivo das famílias e mais institutos federais de educação, os colégios particulares no Brasil perderam quase um terço de seus estudantes de ensino médio para a rede pública, de 2014 a 2018. Isso representa 351 mil alunos a menos.

Escolas privadas no Brasil perderam quase um terço (27%) de seus alunos de ensino médio comparando 2014 a 2018. Isso corresponde a 351 mil estudantes a menos. A avaliação de representantes do setor é que existe um conjunto de fatores que causa essa queda. Eles passam por crise econômica agravada em 2015, abertura de institutos federais de educação a partir de 2013, Prouni e o salto no valor da mensalidade.

— Fomos muito prejudicados em dois momentos. Primeiro com a lei do Prouni (que oferece bolsas em faculdades privadas), no começo da década, que só é destinada a alunos que fizeram o ensino médio na rede pública, o que não acho correto. O outro foi a proliferação dos institutos federais de educação, onde os alunos encontram um ensino com qualidade parecida e de graça — avalia Ademar Batista Pereira, presidente do Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe) nacional.

O ensino médio passa por transformação no Brasil. Em 2021, deverá ser concluída a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O novo formato vira realidade até 2022, com os itinerários formativos, nos quais os alunos poderão decidir o que estudar em 40% da carga horária total do curso.

Com um maior número de professores, além de profissionais mais bem remunerados, as mensalidades costumam ser até 50% mais altas do que as escolas de ensino fundamental. Nos colégios privados, esse valor mais do que dobrou em sete anos, segundo o IBGE. Tudo isso num cenário de grave recessão.

— Se vem um aperto no orçamento doméstico, o reflexo será a inadimplência e a

consequente saída do aluno da escola particular — avalia José Carlos Portugal, presidente do Sinepe do Rio, que não prevê melhorado cenário como retomada da economia. — Somos um dos últimos setores beneficiados, pois o nosso ciclo de atuação é de um ano. As famílias sempre aguardam consolidar a melhora das finanças para voltara investir num ensino diferenciado.

FUGA PARA A PÚBLICA

Valdeci de Sousa Silva Araujo, de 47 anos, é uma dessas mães que tentaram de tudo para manter os filhos na escola privada. Ela tem um casal de gêmeos de 15 anos que estudavam em uma unidade particular no ensino fundamental. No entanto, após três anos com o pai deles desempregado, os jovens passarão para a rede pública quando entrarem no ensino médio, em 2020.

—Agente foi apertando. Mas agora não dá mais —afirma. —Para ser sincera, não estou tranquila com essa decisão. Meu coração está muito apertado. A qualidade de ensino pode cair, e isso me preocupa. Estou fazendo a mudança porque não consigo mais pagar a escola particular.

Além do cenário desfavorável, o setor reclama da lei 9.870, que completou 20 anos em novembro. Chamada de “lei do calote” pelos donos de colégios, ela regula a cobrança das mensalidades. O artigo mais questionado pelo setor proíbe “a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento”.

Em outras palavras, o aluno não pode parar de receber aulas e avaliações caso a mensalidade esteja pendente. Além disso, a escola também está proibida de reter documentos, como histórico escolar, com o objetivo de os estudantes se matricularem no ano seguinte em outra unidade.

FECHAMENTOS

— Minha escola tem poucos alunos, 120 só. A cada ano, não recebo, em média, R\$ 50 mil a R\$ 60 mil. Isso pesa muito. A única forma que a gente tem para se proteger é ver se o aluno pagou o mês de dezembro na escola anterior — afirma Rosane Fernandes, dona da Escola Parque São José, no Méier, Zona Norte do Rio, que criou um movimento de colégios na cidade, chamado SOS Particulares, contrário à lei. —

Hoje contabilizo 10% dos alunos me devendo há seis meses. Por mais que os valores sejam altos, a inadimplência ainda é pouca. Tem escola maior que chega a 30%. E aí não tem jeito, elas fecham.

Ainda de acordo com a lei, o pai do aluno está sujeito às “sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com o Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias”.

Isso significa que o dono da escola pode fazer a cobrança judicialmente, o que leva o nome do inadimplente para o SPC e o Serasa.

—Essa lei é necessária, pois Educação não pode ser cortada como água ou luz —

defende Luis Claudio Megiorin, advogado e um dos coordenadores da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos. —O pai, quando passa por um momento difícil e não consegue pagar, pode ser cobrado na Justiça.

O resultado da crise afeta especialmente as unidades que não fazem parte de grandes redes de ensino. Assim, colégios tradicionais têm fechado as portas. O Rio, por exemplo, perdeu o Colégio Republicano, em Vaz Lobo, que tinha 91 anos.

— A falta de alunos é um dos fatores que levaram ao fechamento. Mas a lei do calote também pesou, junto da crise financeira, o que não isenta a administração, que não se preocupou em modernizar a escola — avaliou um professor, que pediu para não ser identificado.

“Tenho 10% dos alunos me devendo há mais de seis meses. Isso pesa muito” _ Rosane Fernandes, dona da Escola Parque São José, no Méier, Zona Norte do Rio

“Estou colocando (na rede pública) porque não posso pagar escola particular. Mas meu coração está apertado” _ Valdeci de Sousa Araujo, mãe que transferiu filhos gêmeos para escola pública

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Década perdida?

O Brasil está entre os três países que mais evoluíram em Educação na década, segundo o Pisa. A informação é verdadeira, porém desatualizada. Foi assim que a OCDE — entidade que organiza o exame internacional aplicado a jovens de 15 anos de idade — apresentou os resultados do país referentes ao ano de 2009. Essa melhoria, puxada principalmente pela área de matemática, foi insuficiente para tirar o país das últimas colocações do ranking, mas era surpreendente, e criou uma expectativa de que a melhoria continuasse no mesmo ritmo nos anos 2010. Não foi o que aconteceu. Os resultados de 2012 apontaram para uma estabilidade, os de 2015 trouxeram uma queda frustrante, e os de 2018, divulgados no início deste mês, indicam mais um quadro de estagnação no período.

A qualidade da Educação não deve, porém, ser analisada apenas por um aprova. Seguindo uma tendência histórica, continuamos verificando ganhos de acesso. Estão longe de serem suficientes, mas não devem ser menosprezados. Entre 2011 e 2018 (último ano do IBGE com dados disponíveis), a proporção de crianças de 0 a 3 anos com acesso a creche aumentou de 25% para 36%, o percentual daquelas com 4 ou 5 anos fora da escola caiu de 14% para 5%, e, no ensino médio, ainda nosso maior problema, passou de 60% para 71% a proporção dos jovens de 15 a 17 matriculados nesta etapa. Também entre 2010 e 2018, o Censo da educação superior do MEC indicou um aumento de 45% no número de matrículas.

Mesmo no caso dos indicadores de aprendizado, é possível identificar ganhos. Num artigo publicado neste mês na Revista de Estudos em Avaliação Educacional, da Fundação Carlos Chagas, as pesquisadoras Maria Teresa Gonzaga Alves e Maria Eugênia Ferrão analisaram as taxas de aprovação e o desempenho em matemática e língua portuguesa de alunos do 5o e do 9o ano do fundamental entre 2007 e 2017. Elas mostram que em todos os grupos analisados houve aumento daqueles com aprendizado adequado nessas disciplinas e diminuição nas taxas de reprovação.

A desigualdade, porém, permanece. Os dados do 5o ano mostram, por exemplo, que o grupo mais vulnerável é o de meninos que se declaram pretos, são mais pobres, e já sofreram reprovação. Nesse grupo específico, o percentual de estudantes com aprendizado adequado em língua portuguesa passou de 7% para 21% entre 2007 e 2017. O grupo com melhor desempenho por esse critério é o exato oposto: meninas que se declaram brancas, de alto nível socioeconômico, e que nunca foram reprovadas. Nesse estrato, o percentual daquelas com aprendizado adequado no 5o ano passou de 49% para 83% no mesmo período.

O esforço de ampliar matrículas, mesmo não tendo sido acompanhado de ganhos significativos de aprendizagem no ensino médio, não foi em vão, especialmente se considerarmos que o acesso à escola, além de um direito fundamental, tem também impactos em variáveis que vão além do espaço escolar. Não se pode dizer que os anos de 2010 foram perdidos na Educação, mas, dado nosso histórico atraso no setor, deveríamos ter feito muito mais.

Não se pode dizer que os anos de 2020 foram perdidos na Educação, mas, dado nosso histórico atraso no setor, deveríamos ter feito muito mais

A política decotas na Uerj, hoje consolidada e avaliada positivamente, não seria tão bem sucedida não fosse a atuação firme de Nilcéa Freire (1952-2019), reitora da universidade na época de implementação da política.

topo ↕

O DIA - PI - EMPREENDER

Professores interessados em curso já podem se cadastrar LICENCIATURA

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebe até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capes** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados. A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de

nível médio.

*Com informações da CCS/Capes

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Capes abre cadastro para cursos em licenciatura

As vagas são destinadas aos professores da rede pública que ainda não possuem graduação

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebe até 31 de janeiro de 2020 os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020. Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capes** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

topo ↕

O DIA - PI - POLÍTICA

Os recursos chegam com descontos para o Fundeb e Saúde

A cidade de Teresina terá o maior repasse entre os municípios piauienses. O valor será de 12,6 milhões para a Capital do Estado

Repórter

Prefeituras brasileiras recebem nesta segunda-feira (30) a última parcela do Fundo de Participação dos Municípios. O repasse referente ao terceiro decênio de dezembro é de R\$ 3,7 bilhões, sendo R\$ 98,2 milhões às 224 cidades piauienses.

O valor bruto inclui os recursos também referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Quando descontado o valor do Fundeb, o repasse nacional do FPM fica em R\$ 2,9 bilhões, enquanto aos municípios piauienses o valor líquido é de R\$ 68 milhões.

De acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o 3º decênio de dezembro de 2019, comparado com mesmo decênio do ano anterior, apresentou um

crescimento de 6,84% em termos nominais – valores sem considerar os efeitos da inflação).

O acumulado do mês, em relação ao mesmo período do ano anterior, teve crescimento de 9,01%. O FPM é distribuído aos municípios com base na estimativa populacional. Dessa forma, no Piauí, a cidade que recebe o maior volume de recursos é Teresina. Nesta segunda (30), o valor do repasse é R\$ 12,6 milhões. Em seguida, vem Parnaíba, com R\$ 2,1 milhões; Picos, com R\$ 730 mil; Piripiri com R\$ 674 mil; Floriano com repasse de R\$ 617 mil; Barras, Campo Maior e União com repasses de R\$ 561 mil; Atos, Esperantina, José de Freitas e Pedro II com repasses de R\$ 505 mil.

Os municípios piauienses com até 10 mil habitantes, 161 no total, recebem R\$ 168 mil no repasse desta segunda. A Confederação Nacional dos Municípios ressalta que do valor bruto do FPM, há descontos relacionados a 20% do total para o Fundeb, 15% para a Saúde e 1% para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Magistrados de SP dão aulas gratuitas para concurso de novos juízes

Formados em direito cuja família ganha até cinco salários mínimos estudam para disputa por uma vaga no TJ paulista

São Paulo

Primeira da sua família a cursar uma faculdade, Wedja de Campos, 29, teve que reorganizar as tarefas em casa porque voltaria a estudar fora.

Formada em direito em 2014, retornou à sala de aula após cinco anos para tentar se tornar juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo, apesar de não ter condições financeiras para pagar o cursinho preparatório para o concurso da carreira.

A oportunidade surgiu com a abertura de um curso gratuito criado por juízes estaduais, voluntariamente, para pessoas cuja renda familiar são de até cinco salários mínimos.

Agora, todos os dias, ela deixa as duas filhas às 6h sob os cuidados da mãe em Taboão da Serra (Grande SP) e leva duas horas entre ônibus e metrô até o centro da capital, onde trabalha em um escritório.

Só retorna depois das aulas, que começam às 19h30 e acabam em torno das 22h30. A ajuda da mãe em casa foi fundamental para garantir os estudos. “Sou mulher, negra e mãe solteira”, diz Wedja. “Quero ser juíza para ser um exemplo e incentivar outras pessoas.”

Intitulado “Magistratura para Todos”, o curso foi idealizado no final de 2017, mas começou em agosto de 2018. São 50 vagas, que são revistas semestralmente.

O objetivo é permitir que qualquer bacharel em direito aprovado na OAB, independentemente de cor ou classe social, “possa estar em condições de ser aprovado no concurso para o cargo de juiz, tornando essa carreira mais plural e permitindo que pessoas com diferentes históricos de vida possam integrar o Poder Judiciário”.

Um quinto das vagas vai para pessoas indicadas pela Assetj (Associação de Servidores

do Tribunal de Justiça de SP), porque o curso acontece na sala de um prédio cedido pela entidade. Há, ainda, uma cota de 15% para estudantes negros.

De segunda a sábado, cerca de 50 juízes dão aulas aos estudantes. “O curso surgiu de uma experiência pessoal, da dificuldade financeira que eu e outros colegas tivemos na preparação do concurso da magistratura”, diz o juiz Rodrigo Tellini, coordenador do curso.

“Algumas das nossas famílias tiveram que vender bens para bancar os estudos. Outros dependeram de herança. A gente acabou vencendo esse obstáculo por conta disso, mas outras pessoas não têm essa possibilidade.”

Quando a primeira turma do curso foi aberta, em 2017, aproximadamente 5.000 pessoas se inscreveram, de todos os estados do Brasil —muitos pensavam que as aulas não eram presenciais.

Houve diversos cortes até que foram selecionados os 50 estudantes, além de suplentes.

As turmas, em tese, são anuais, mas de seis em seis meses eventuais vagas em aberto são preenchidas por interessados. Na turma atual, a concorrência reduziu e foi de aproximadamente dez candidatos para cada vaga.

Os alunos dizem que as aulas são vantajosas sobretudo porque um curso pago para o concurso de juiz em São Paulo custa, em ensino a distância, aproximadamente R\$ 3.000 por ano. Presencialmente, ao menos R\$ 5.000. Esse valor inclui apenas a primeira fase da seleção, de um total de cinco.

A alta procura do curso gratuito gerou situações como a de Deliane Jesus dos Santos Silva, 35, moradora de Embu das Artes (SP). “Me inscrevi para o curso, fiz uma carta aos prantos e, quando saiu o resultado, vi que meu nome não estava na lista”, afirmou.

A carta é um dos pré-requisitos do processo seletivo, na qual o candidato explica os motivos que o levaram a frequentar o curso.

Mesmo sem estar na lista, ela foi até o centro de São Paulo em um sábado de manhã chuvoso, onde ocorria a inscrição, e aguardou até o término da fila para tentar se encaixar em alguma vaga.

“Pedi para conversar com os professores para saber o que tinha acontecido, dizer que eu precisava muito dessa vaga. O professor me disse: ‘Você é muito cara de pau, mas a gente gosta de pessoas assim’”, riu.

O professor checkou o registro e viu que Deliane estava, sim, na lista dos aprovados. “Ele disse que meu nome estava escrito errado”, afirmou. A estudante afirma ter chorado novamente, desta vez de alegria, ao saber que tinha passado. “E agora eu atravesso todos os dias a cidade para vir para cá. Nunca faltei.”

No último concurso, aberto após o início do curso, no entanto, nenhum estudante passou. Os professores afirmam que a situação é comum, já que a preparação demanda tempo.

“O perfil que buscamos é o aluno de baixa renda, mas que tenha condições de ter ao menos estudado [o curso de] direito”, afirma o juiz José Eugênio Souza Neto, que também coordena o curso.

Parte dos alunos conseguiu se formar por meio de programas do governo federal. Wedja paga as parcelas do Fies (Financiamento Estudantil) até hoje. Já Deliane conseguiu uma bolsa do Prouni, assim como outro aluno do curso, Marcos Linconl, 25.

Ele trabalha como advogado de uma empresa em meio período e, à noite, vai às aulas do curso. “Eu já estava com a esperança na carreira diluída quando veio esse curso”, disse Linconl, que vive com os pais e cinco irmãos em uma casa na zona leste de São Paulo.

“Esse curso veio como uma segunda chance, me mostrou que é possível. É o que tem me motivado a acordar todo dia de manhã e vir para cá.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

BNCC atrasada, Future-se sem prazo e os embates do ministro: o ano da educação em 10 pontos

Primeiro ano do governo Bolsonaro na área educacional teve dois ministros, contingenciamento recorde, novas prioridades e programas que já estavam previstos, mas sofreram atrasos com a mudança de gestão.

O ano de 2019 na educação foi marcado pelos efeitos da troca de governo federal. Na nova gestão do Ministério da Educação, novas prioridades foram elencadas, mas algumas delas, incluindo alguns programas que já estavam em andamento nas gestões anteriores, acabaram apresentando atrasos nas metas e foram deixados para 2020.

A principal prioridade para gestores e professores das mais de 180 mil escolas brasileiras é a Base Nacional Comum Curricular. Para ela sair do papel e entrar na sala de aula, várias etapas ainda precisam ser cumpridas.

Veja abaixo os principais capítulos que marcaram o ano na área educacional:

- Início turbulento
- Revisão das questões do Enem
- Novo ministro e contingenciamento
- Déficit orçamentário e corte de bolsas
- Future-se e a autonomia das federais
- Expansão das escolas cívico-militares
- Política de Alfabetização
- Nova formação de professores
- Embates de Weintraub e as universidades
- Atrasos na implementação da BNCC

1- Início turbulento

Em janeiro, quem assumiu a pasta foi Ricardo Vélez Rodríguez, um filósofo nascido na Colômbia e indicado pelo escritor Olavo de Carvalho. Os demais cargos da pasta foram alvo de uma ferrenha disputa interna entre o grupo de seguidores de Olavo, que queriam impor uma agenda ideológica, e o grupo formado principalmente por militares, interessados em um caminho pragmático para as políticas do ministério.

Enquanto isso, a falta de ação concreta e uma série de pequenas polêmicas aumentaram a instabilidade política na pasta. Além de o MEC ter publicado um edital para compra de livros com erro, que depois teve que ser anulado, Vélez ainda anunciou que iria impulsionar o Projeto Rondon, o que não chegou a sair do papel, e enviou uma carta a escolas pedindo que elas filmassem os alunos cantando o hino e repetindo o slogan de campanha eleitoral de Bolsonaro -- o que vai contra a lei.

Sua gestão à frente do MEC, porém, durou pouco mais de três meses. Nesse meio tempo, 14 pessoas foram exoneradas, incluindo impasses para a definição do secretário-executivo, considerado o "número 2" do ministério.

Dispositivo não suportado.

Infelizmente, não foi possível encontrar um vídeo compatível com o seu dispositivo.

Gestão de Ricardo Vélez foi marcada por polêmicas, recuos e demissões

2- Revisão das questões do Enem

Em março, ainda durante a gestão Vélez, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tirou do papel uma das promessas feitas por Jair Bolsonaro logo após sua eleição: revisar as questões do Enem para retirar conteúdos considerados "ideológicos". A solução encontrada por Marcus Vinicius Rodrigues, então presidente do instituto, foi criar uma comissão externa que, durante cerca de 20 dias, revisou o banco de questões.

O objetivo desse trabalho, segundo fontes ouvidas pelo G1, foi destacar as questões que poderiam suscitar questionamentos ou polêmicas. Essas questões, porém, não foram apagadas do banco: elas foram colocadas em "quarentena", para que não fossem usadas nas provas do Enem 2019 (entenda mais abaixo no episódio sobre o Enem do podcast O Assunto):

Na aplicação regular do Enem 2019, o atual ministro Abraham Weintraub comemorou o fato de nenhuma parte da prova ter sido alvo de questionamentos e também destacou a menor abstenção da história do exame. Foi o terceiro ano consecutivo de queda na abstenção.

3- Novo ministro e contingenciamento

Após a demissão de Vélez, Bolsonaro anunciou para o cargo o economista Abraham Weintraub, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pouco conhecido na academia nacional, Weintraub fora um dos responsáveis pela elaboração do capítulo de educação do programa de governo do então candidato do PSL em 2018 e, no início do ano, foi secretário-executivo da Casa Civil, abaixo de Onyx Lorenzoni.

A gestão de Weintraub foi marcada pelo bloqueio orçamentário de R\$ 5,83 bilhões na educação, a área mais impactada pelo contingenciamento de R\$ 33,4 bilhões, e 30% da verba das federais foi paralisada.

Em meio à crise, ele minimizou os bloqueios. Em uma transmissão nas redes sociais ao lado de Bolsonaro, o ministro usou chocolates para demonstrar que o contingenciamento era de apenas 3,4%, e não de 30%. Para isso, o ministro da Educação considerou o orçamento total do MEC para a área, o que inclui gastos obrigatórios que não podem ser

cortados, como a folha de pagamento.

O descontingenciamento federal foi anunciado gradualmente na segunda metade de setembro. Segundo o MEC, a verba da pasta só foi totalmente liberada no fim de novembro.

4- Déficit orçamentário e corte de bolsas

O ano de 2019 foi de apreensão para os cerca de 80 mil bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência Tecnologia (MCTIC). O problema começou em 2018, quando o orçamento do órgão para 2019 foi aprovado pelo Congresso com um déficit de cerca de R\$ 300 milhões. Com isso, o CNPq só tinha recursos suficientes para pagar as bolsas de pesquisa até setembro.

Para resolver esse problema, era preciso que o Ministério da Economia abrisse um "crédito suplementar", uma espécie de reforço orçamentário. O novo ministro da Ciência e Tecnologia, o astronauta Marcos Pontes, levou dez meses para cumprir essa missão -- o primeiro pedido de crédito suplementar ao Ministério da Economia foi feito em março. Mesmo após o apoio do Congresso para que o governo liberasse a verba extra, a Economia só garantiu o repasse em 30 de outubro.

Relembre aqui a cronologia do MCTIC para garantir verba para bolsas do CNPq

5- Future-se e a autonomia das federais

Em meados de julho, o MEC apresentou sua principal proposta para o ensino superior: o Future-se. Segundo o MEC, o objetivo é encontrar outras fontes recursos além do orçamento federal para as universidades, e flexibilizar as regras de execução das atividades na tentativa de otimizar a gestão e cortar gastos.

Seis meses após ser anunciado, o Future-se ainda não havia saído do papel. Após o MPF questionar a primeira consulta pública sobre a proposta, o MEC afirmou que lançaria uma nova consulta até o fim de outubro. Em dezembro, a pasta disse ao G1 que o documento ainda estava "em análise" dentro do ministério, ainda sem prazo para ser finalizado. Só então a proposta do novo projeto de lei será encaminhada à Casa Civil para divulgação pública.

Enquanto isso, mais de 25 universidades federais já haviam se posicionado contra a proposta original do MEC. A maioria critica a falta de detalhes das mudanças, que quer alterar 16 leis e permitir a contratação de organizações sociais (OS), e alerta para o risco à autonomia universitária. Segundo dados do MEC, o Future-se recebeu apoio oficial da Academia Brasileira de Educação, do Instituto Militar de Engenharia (IME) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), os dois últimos ligados à Força Aérea.

6- A expansão das escolas cívico-militares

Outra proposta criada pelo novo governo federal, a expansão de escolas cívico-militares foi articulada por uma nova subsecretaria. Neste modelo, o projeto didático-pedagógico fica sob a coordenação pedagogos e educadores, e a disciplina sob militares da reserva. O objetivo é implantar 108 escolas até 2022.

A primeira etapa ocorrerá em 2020. O MEC afirma que vai destinar R\$ 54 milhões para

implantar o modelo em 54 escolas. Deste total, R\$ 28 milhões virão do Ministério da Defesa para pagar os militares. Até o fim de novembro, o MEC havia divulgado o nome de quase todos os municípios que foram selecionados para o projeto, mas a lista completa de escolas ainda não havia sido definida.

Em pelo uma delas, no município de Campinas, o processo de implementação foi parar na Justiça: o Ministério Público considerou que há poucos detalhes sobre como será o novo modelo, e conseguiu na Justiça uma liminar para suspender, em 18 de dezembro, uma votação com professores e pais de alunos sobre a aceitação ou não da mudança.

7- Política Nacional de Alfabetização

Promessa de campanha e meta dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro, criar uma Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi a principal missão da nova Secretaria de Alfabetização do MEC (Sealf). O decreto da política foi publicado em abril deste ano, mas o caderno que deveria detalhar as ações para implementação da PNA só foi divulgado em agosto, e foi criticado por ser "muito genérico" e não explicar de fato como a política sairia do papel.

No fim de novembro, a Sealf foi novamente alvo de críticas da Comissão Externa de Educação da Câmara. O relatório dos deputados federais afirmou que, "ainda que elencada como prioridade, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) não foi implementada e tampouco foi apresentado um plano de ação que articule e informe os entes federativos sobre como e quando esta chegará às escolas".

No início de dezembro, o MEC havia anunciado o guia Conta pra Mim, uma iniciativa para estimular que pais leiam para os filhos. Na ocasião, o governo anunciou que, em janeiro, vai divulgar informações sobre um programa voltado à formação de professores de alfabetização, ainda sem nome definido.

Em sua Avaliação de Desempenho Institucional, divulgada em dezembro, o MEC disse que cumpriu todas as metas relacionadas ao tema, publicando a PNA e realizando "66 reuniões ou visitas técnicas" sobre programas de alfabetização (a meta era 40). Porém, a primeira reunião do grupo de trabalho sobre o Programa de Alfabetização, reunindo o MEC e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), principal entidade para articular ações na maioria das turmas de alfabetização, só ocorreu em 10 de dezembro.

8- A nova formação de professores

Em 7 de dezembro, após um mês de avaliação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as novas regras para os cursos de formação de professores, incluindo o de pedagogia e áreas como português, química, biologia etc. A novidade torna mais clara a obrigatoriedade de as faculdades ampliarem a duração do curso de três para quatro anos – uma adequação que já havia sido determinada para aumentar a qualidade da formação, mas que ainda não foi feita pela totalidade de instituições.

As regras para a parte prática do curso, incluindo o estágio em sala de aula, também mudaram. Agora, fica explícito que o estágio de quem faz o curso a distância (EAD) seja "obrigatório e integralmente realizado de maneira presencial".

9- Embates de Weintraub e as universidades

No cargo de ministro da Educação desde, Abraham Weintraub tem acumulado rugas com as instituições públicas de ensino superior. Em maio, ele afirmou que cortaria recursos de universidades em que houvesse "balbúrdia".

O ministro também rejeitou decisões das votações de professores e servidores na escolha dos reitores. Pelo menos até 30 de agosto, em metade das ocasiões o novo governo deixou de indicar o candidato mais votado para o cargo de reitor, segundo um levantamento do G1. O MEC afirmou que as instituições fazem eleição para definir a lista tríplice, mas que "a palavra final é do presidente da República".

Em pelo menos um caso, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o Conselho Universitário aprovou um pedido de destituição do reitor empossado.

Weintraub também foi até convocado pelos deputados federais a explicar declarações de que a estrutura das universidades federais está sendo usada para a plantação e o tráfico de drogas. Nos dois exemplos que ele mencionou, porém, as investigações derrubaram essas acusações e isentaram as federais de irregularidades.

Ele ainda afirmou, em um vídeo em outubro, que iria "caçar um pessoal" que "fica fazendo balbúrdia" na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

10- Os atrasos na implementação da BNCC

Principal programa educacional iniciado antes da chegada do novo governo, mas com atividades previstas para 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um esforço que envolve ações em regime de colaboração entre o MEC e as redes estaduais e municipais. Embora os documentos nacionais tenham sido aprovados em partes até 2018, os anos de 2019 e 2020 trazem diversas metas de implementação da base, como a elaboração de currículos, a formação de professores, a revisão dos projetos pedagógicos e a readequação dos livros didáticos.

Para isso, a gestão anterior da pasta criou o programa Pró-BNCC, que ainda está ativo. Mas algumas das metas previstas para 2019 ficaram com atraso.

Uma delas era relativa à BNCC do ensino médio, aprovada no fim do ano passado. O objetivo era que, até dezembro de 2019, todos os estados tivessem elaborado versões parciais de suas bases estaduais, fizessem consultas públicas sobre elas, consolidassem uma versão final e a entregassem aos conselhos estaduais, para avaliação e aprovação. No entanto, nenhum estado cumpriu essa meta. Ao G1, o MEC informou que "esta meta será cumprida até o primeiro semestre de 2020".

Já em relação às BNCC dos ensinos infantil e fundamental, que foram aprovadas um ano antes, as metas eram que os professores tivessem pelo menos 30 horas de formação sobre os novos currículos e que pelo menos 70% dos projetos pedagógicos das escolas estaduais e municipais fossem revistos de acordo com o novo currículo. Sobre a primeira meta, o MEC informou que "19 estados iniciaram a formação de professores, e outros oito estão em processo para a oferta de formação". Já sobre a revisão de projetos, a pasta disse que os estados terão até março de 2020 para alcançar a meta, que é quando a avaliação – uma tarefa a ser feita pelo MEC – deve ocorrer.

Outra função do MEC era financiar o trabalho das equipes estaduais de elaboração dos currículos. Em abril, a pasta disse que repassaria mensalmente o valor referente a 1.457

bolsas. Fontes ouvidas pelo G1 informaram que houve problemas operacionais pontuais no repasse do valor das bolsas, mas que eles foram solucionados ao longo do ano. O MEC afirmou, por sua vez, que, no mês de dezembro, garantiu a oferta de 100% das bolsas anunciadas.

No total, a pasta prometeu repassar R\$ 105 milhões às redes pelo Pró-BNCC. Segundo o MEC, ainda não há um balanço final de quanto desse valor já foi empenhado porque a execução orçamentária vai até 31 de dezembro. Fontes consultadas pelo G1 afirmaram que, embora com alguns atrasos ocorridos por problemas operacionais, o MEC conseguiu deixar o dinheiro disponível. Além disso, elas ressaltam que parte dos atrasos também pode ocorrer porque os gestores estaduais e municipais demoram para realizar os trâmites necessários para acessar os recursos, como a elaboração de editais de licitação.

Já sobre os livros didáticos, os níveis de ensino estão em fases diferentes de implementação: os alunos de 1º ao 5º ano do fundamental já trabalharam com livros adaptados à BNCC em 2019; os do 6º ao 9º ano deverão receber os novos livros no ano letivo de 2020. Já no ensino médio, a previsão era que os livros chegassem até a sala de aula a partir de 2021.

No entanto, o edital para a elaboração do material, que o MEC deveria publicar no início do ano, só saiu em 13 de dezembro, de forma parcial. O FNDE diz que o edital para as demais obras sairá no primeiro semestre do ano que vem. Segundo especialistas, em geral, o período entre o edital e a distribuição dos novos livros é de dois anos. O edital publicado em dezembro encurtou o prazo para pouco mais de um ano para parte das obras.

O FNDE diz trabalhar com a distribuição em 2021 para esses livros, e os demais só devem chegar aos alunos em 2022. Isso também deve atrasar as alterações das matrizes de conteúdo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Como a Qranio, de jogos de educação, passou a mirar o ensino corporativo
Só com negócio voltado ao consumidor, a empresa teria quebrado, diz o fundador
Samir Iásbeck**

A startup de educação Qranio é conhecida por seu objetivo de “tornar o aprendizado divertido”. Nascida em 2013 na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, a empresa oferece jogos, quizzes e “trilhas” de conhecimento em seu aplicativo no celular, a empresa ajuda os usuários a aprender e treinar seu conhecimento em conteúdos que vão de história mundial a política e matemática.

Mas, por trás das cortinas e com muito menos marketing, a companhia vem se especializando em uma outra frente: oferecer seu conhecimento em forma de jogos para grandes corporações.

Samir Iásbeck, fundador da Qranio, afirma que viu no segmento de educação corporativa um gargalo gigantesco que a “gamificação” pela qual a Qranio é conhecida poderia ajudar. “Os treinamentos em empresas ainda são feitos com Power Point, vídeos, coisas chatas e pouco estruturada, que o colaborador acaba não retendo”, diz.

Assim, a Qranio passou a vender uma plataforma customizada de aprendizagem para grandes empresas, que podem ensinar aos funcionários qualquer treinamento específico que necessitem.

O foco está justamente na “autoria” das empresas, diz Iásbeck. O empresário compara o projeto com o Duolingo, empresa americana que oferece cursos de idiomas pelo celular. “É como se cada empresa pudesse ter seu próprio Duolingo, para ensinar o que quiser”, diz.

A empresa tem cerca de dez clientes no segmento corporativo e mais de 40 em negociação, diz Iásbeck. Os primeiros foram nomes como o banco Bradesco e a farmacêutica Eli Lilly, há mais de três anos. Foi aí que a Qranio viu que o segmento poderia ser expandido. “Vimos que, se nossa plataforma de treinamento era útil para o Bradesco, poderia ser para qualquer empresa”, diz.

Iásbeck diz que a Qranio acredita num processo de life-long learning, ou seja, um aprendizado contínuo, e de self-learning, que é aprender de forma individual, sem uma sala clássica com professores e alunos. É o que tenta vender às empresas.

Na Lilly, a plataforma da Qranio foi usada a partir de 2017 para treinar representantes de vendas, que precisam ter diálogo técnico com os médicos. “Estávamos em busca de uma nova plataforma online de treinamento, pois como os representantes moram em diversas regiões do Brasil, nos reunimos poucas vezes no ano para treinamentos presenciais”, diz Pedro Constatino, gerente de vendas da Lilly. Atualmente, são 300 usuários cadastrados no Brasil, e a empresa afirma estar expandindo a solução para suas operações na América Latina e na Europa.

Na plataforma feita pela Qranio, os usuários aprendem conceitos específicos de diabetes, oncologia, imunologia, urologia e reumatologia. Constatino afirma que se atraiu pela Qranio pelas mecânicas de jogos para proporcionar um ambiente onde o aluno se sente engajado a estudar.

No Bradesco, a Qranio desenvolveu um aplicativo chamado b.Quest. Os usuários têm questionários não só diretamente relacionados ao negócio, mas em temas como saúde, bem-estar, relacionamento e comunicação. Dentre os 15 temas disponíveis, há também os que se relacionam mais diretamente com o banco, como Previdência, inovação e liderança. O aplicativo tem mais de 25.000 usuários no Brasil dentro do Bradesco, e mais de 3 milhões de perguntas respondidas até hoje, segundo informou o banco.

Um dos softwares vendidos pela Qranio às empresas atua no passo a passo do funcionário na integração, ajudando os departamentos de recursos humanos em uma lista de coisas a serem feitas, inclusive em miudezas como senhas e computador. “Temos um ‘botão de pânico’, que faz os RHs saberem que a pessoa não recebeu ainda uma coisa ou outra”, diz Iásbeck. Documentos necessários para a contratação também são enviados todos pelo celular. O empresário aponta que, às vezes, fazer um software próprio é mais caro. “Em empresas de tecnologia, a rotatividade é de cerca de dois anos. Se a companhia conseguir otimizar essa integração que invariavelmente vai ter de acontecer, gera uma grande economia.”

A busca pelo lucro

Esse braço da receita da Qranio se consolida em um momento de especial questionamento para os modelos gratuitos voltados ao consumidor. O ano de 2019 foi de questionamento para o modelo de startups que consomem muito dinheiro do investidor, mas sem ter perspectiva de lucro em um futuro próximo. O maior fracasso do ano foi uma startup voltada a outras empresas, a WeWork, que aluga espaços compartilhados para escritórios — e não conseguiu abrir capital na bolsa em 2019 depois que investidores acharam o prejuízo alto demais e o modelo pouco sustentável financeiramente.

Ainda assim, a tendência de gastar muito dinheiro e ter pouco retorno é muito maior no mercado voltado ao consumidor final. Muitas startups com esse modelo, para atrair usuários, acaba oferecendo muitos conteúdos gratuitos. Mas nem todos, uma vez fidelizados, escolhem pagar pela versão paga do produto. Em educação, especificamente, quando as contas apertam, muitos usuários podem desistir de comprar um curso ou assinar uma plataforma de educação à distância.

Já as grandes empresas possuem um orçamento alocado para treinamentos corporativos e sentem a queda em produtividade quando funcionários não possuem os conhecimentos necessários para suas funções. No fim, é uma briga entre volume de acessos e de usuários e ter alguns poucos clientes com o bolso fundo.

Das mais de 400 startups de educação no Brasil, cerca de 9% atua duplamente no formato B2B (business to business), voltado a outras empresas, e no B2C (business to consumer), voltado ao consumidor, segundo um estudo da Distrito, empresa que produz conteúdo de inteligência de mercado sobre startups. Assim como a Qranio, edtechs como Beetools, Descola e Witseed, originalmente voltadas ao consumidor, também intensificaram seus braços de treinamento corporativo nos últimos anos. Todas elas descobriram um nicho que, se bem explorado, pode gerar um rendimento mais seguro do que dos voláteis usuários.

A Qranio não revela números de receita, mas afirma que fecha no azul há dois anos. A empresa recebeu pouco mais de 3 milhões de dólares em investimento, segundo o site Crunchbase, mas o negócio começou com recursos do próprio fundador. “Se a gente tivesse só B2C, teria quebrado. O custo de manter é muito alto”, diz Iásbeck.

O empresário critica em partes o modelo de alta dependência de investidores que se criou nos últimos anos. Embora os investimentos sejam necessários para alavancar o negócio, algumas empresas não conseguiriam se manter sem dinheiro de fora, afirma.

O Brasil deverá fechar o ano com 2,5 bilhões de dólares em rodadas de investimento em startups, quase o dobro de 2018 e mais de 60% do capital de risco da América Latina, segundo cálculos da empresa de inteligência de startups Distrito com base em dados da Lavca, associação latino-americana de venture capital. Em 2016, a região inteira havia recebido 500 milhões de dólares. Dois anos depois, em 2018, a foodtech iFood captou sozinha a mesma quantia em um único aporte. Neste ano, a colombiana Rappi levou o dobro, 1 bilhão de dólares, em uma rodada liderada pelo SoftBank. Sinal de novos tempos na região.

No mundo, os investimentos de fundos de capital de risco cresceram exponencialmente, e dobrou-se a aposta em startups, na esperança de que elas, um dia, tornem-se o novo

Google, Amazon ou Facebook. Os investimentos de fundos de venture capital passaram de 36 bilhões de dólares, em 2009, para 287 bilhões no ano passado, parte graças a uma onda de juros baixos, que torna maior a tolerância ao risco.

Iásbeck faz questão de usar uma camiseta rosa com o cérebro desenhado com elementos de game, que é logotipo da Qranio, em todos os seus compromissos. A empresa segue firme e forte com seu produto para consumidores individuais, em que há tanto uma versão gratuita quanto paga. Mas Iásbeck quer que o cérebro esteja aí para ajudar também as corporações.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Unifesp precisa de verba federal para 'fechar o ano'

Do total previsto de 68 milhões de reais para custeio, ainda faltam 10% para serem repassados pelo MEC. Atraso já prejudica as atividades da universidade

Com parte do orçamento ainda contingenciada e sem receber a complementação financeira geralmente repassada pelo Ministério da Educação (MEC) no segundo semestre de cada ano, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) continua enfrentando um cenário de precariedade, com atividades acadêmicas prejudicadas por problemas de infraestrutura como o corte de água e luz por falta de pagamento.

Segundo números da própria universidade, dos cerca de 68 milhões de reais previstos para o custeio da instituição em 2016, somente 90% foram repassados pelo governo federal. O restante continua contingenciado. O corte anunciado pela União chegou a ser de 20%, mas metade do montante acabou sendo liberada em agosto, após a reitoria informar que a instituição só tinha verba para funcionar até aquele mês.

O déficit, no entanto, não se limita ao contingenciamento. Até 2014, a Unifesp recebia uma complementação orçamentária entre os meses de agosto e setembro para garantir a continuidade das atividades. Em 2015, o repasse extra não foi feito. Neste ano, também não há garantias de que ele seja realizado. Com isso, o valor recebido pela universidade em 2016 é o menor dos últimos sete anos, segundo dados da Unifesp.

A universidade afirma que tem equilibrado suas contas com a melhora do fluxo financeiro decorrente do corte de gastos, mas não quis informar se há risco de paralisação de atividades sem novos repasses. "Aguardamos recursos adicionais para finalizarmos o ano", afirmou, em nota, a reitora Soraya Soubhi Smaili.

Professores da universidade dizem, no entanto, que a situação é crítica. "No mês passado, a Escola Paulista de Medicina ficou três dias sem água e luz porque não tinha sido feito o pagamento das contas. No pronto-socorro do Hospital São Paulo chegou a faltar soro fisiológico", disse um docente da Medicina que evitou identificar-se.

"Temos severas restrições orçamentárias. Funcionários terceirizados da limpeza e da segurança têm sido demitidos, não temos verba nem para trazer professores de outros estados para participar de bancas", disse Rodrigo Medina Zagni, presidente da Associação de Docentes da Unifesp (Adunifesp). "Além dos cortes, não temos nenhum tipo de sinalização do governo federal de que haverá essa complementação orçamentária", completou Zagni.

Plano de expansão

Rodrigo critica ainda a situação dos câmpus da Unifesp abertos por meio do plano de expansão da universidade, iniciado em 2005. Dos seis novos, só três tiveram os prédios definitivos entregues. Os outros funcionam em condições precárias. “Em Diadema, por exemplo, há edifícios com goteiras, vidros quebrados. É uma situação de completa improvisação”, comentou o presidente da Adunifesp.

A universidade informou que foi uma das instituições federais que mais cresceram com o programa de expansão, mas ressaltou que o avanço não foi acompanhado de recursos e planejamento necessários. Segundo a reitoria, foi planejado nos últimos anos um setor de infraestrutura e de planejamento responsável pela elaboração de planos diretores e projetos executivos dos novos câmpus.

“Desde 2015 vivemos fortes restrições orçamentárias e uma indicação de orçamento muito abaixo do necessário para 2017, o que está resultando na reprogramação das obras e licitações. Contudo, a Unifesp não tem nenhuma obra parada e no ano passado ficou em primeiro lugar na classificação do MEC na eficiência de uso de recursos”, diz a instituição, em nota.

Posicionamento da pasta

Questionado pelo jornal O Estado de S. Paulo, o MEC informou que o orçamento previsto para o custeio da Unifesp neste ano é de 77 milhões reais, além de 42 milhões reais para investimentos. A pasta federal informou que já repassou 82 milhões reais desses dois montantes, mas não detalhou quanto desse valor foi para o custeio. O ministério ainda disse que está prevista para este ano uma suplementação orçamentária no valor de 868 000 reais, sem informar a data do repasse.

Em nota enviada ao site de VEJA, a pasta ainda afirmou que ‘o orçamento de 2017, em relação ao limite de empenho de 2016, aumentará em 7,4% para as universidades federais’.

(Com Estadão Conteúdo)

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Proposta final da base nacional terá atraso de 5 meses, diz MEC

Antes o currículo será debatido nos municípios e devolvido ao MEC até o fim de agosto, segundo a nota oficial enviada ao site de VEJA

A versão final da Base Nacional Comum Curricular deve ser apresentada só em novembro deste ano, segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC). Antes, o currículo será debatido nos municípios e devolvido ao MEC até o fim de agosto, segundo a nota oficial enviada ao site de VEJA.

Pelo cronograma oficial, o currículo deveria ter sido concluído e enviado a para o Conselho Nacional de Educação (CNE) até o dia 24 deste mês.

O documento tem o objetivo de prever o que será ensinado nas escolas públicas e privadas brasileiras, e o MEC afirma que “é importante que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) seja amplamente trabalhada em conjunto com a sociedade de forma democrática, o que vale reabrir a discussão por mais alguns meses”.

Falhas – As críticas à primeira proposta foram feitas por professores durante a fase de

consulta pública, entre setembro de 2015 e março deste ano. A área de português não englobava gramática e a parte de história ignorava pontos importantes de conhecimento geral para se concentrar na questão indígena e africana.

Publicidade

No período, foram enviadas 12,2 milhões de sugestões para as áreas de linguagens, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, além de 27.000 pedidos de inclusão de novos objetivos para a educação.

Articulação – A reforma curricular, com disciplinas comuns para toda a educação básica, é uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014. A ideia da BNCC é que 60% do currículo seja unificado pelo MEC, enquanto o restante seja definido pelos Estados conforme critérios regionais.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Unesp abre inscrições para o vestibular de meio do ano

A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp) abriu nesta segunda-feira as inscrições para o vestibular de meio de ano da instituição. Os interessados devem se inscrever exclusivamente pelo site da Vunesp (www.vunesp.com.br) até o dia 10 de maio. A taxa a ser paga é de 130 reais.

Para o segundo semestre de 2013, são oferecidas 420 vagas distribuídas pelos seguintes cursos da Unesp: agronomia, zootecnia, engenharia civil, engenharia elétrica e engenharia mecânica, campus da cidade de Ilha Solteira; engenharia ambiental e engenharia de controle e automação, campus Sorocaba; engenharia de produção, em Bauri; zootecnia, em Dracena; e Agronomia, em Registro.

A primeira fase do processo seletivo ocorrerá no dia 26 de maio. Neste dia, os candidatos terão 4h30 para responder a 90 questões de múltipla escolha sobre o conteúdo curricular do ensino médio. Os convocados para a 2ª fase serão conhecidos no dia 10 de junho. Nos dias 22 e 23 do mesmo mês, realizarão as provas de conhecimentos específicos, além de uma redação. O resultado final será publicado em 15 de julho, sendo que todos os candidatos classificados deverão declarar interesse pelas vagas nos dias 16 e 17.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Universidades reverterem na Justiça 30% de vagas extintas pelo governo

Levantamento feito pelo Estado mostra que pelo menos 38 instituições de ensino conseguiram, com decisões judiciais, manter 4.215 dos 13,7 mil cargos extintos pelo governo federal

SÃO PAULO - Ao menos 38 instituições de ensino da rede federal conseguiram barrar com decisões judiciais o corte de cargos e funções comissionadas feito pelo presidente Jair Bolsonaro em março deste ano. Dos 13,7 mil cargos extintos por decreto presidencial, 4.215 - 30,7% do total - estão mantidos pela Justiça. Cabe recurso ao governo federal.

A maioria dos juízes, além de entender que a medida causa prejuízo ao funcionamento das universidades e institutos federais, também defende que o decreto é inconstitucional por extinguir cargos e funções que estavam ocupados e por ferir a autonomia universitária. O governo federal defende ter a prerrogativa de "gerir seus próprios

recursos" e argumenta que o presidente e seus ministros são responsáveis pela direção da administração federal.

As ações pedindo a suspensão da extinção dos cargos foram feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) de 13 estados de todas as regiões do País. Neste primeiro ano do governo Bolsonaro, o MPF questionou e conseguiu barrar medidas que foram tomadas sem consultar as instituições de ensino federal e que tiveram grande impacto em seu funcionamento, como o bloqueio de orçamento e a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas acadêmicas.

Uma das primeiras ações pedindo a interrupção da decisão foi movida pelo MPF de Pernambuco e suspendeu o corte de mais de 560 cargos nas universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Rural de Pernambuco (UFRPE) e no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Em sua decisão, o juiz federal além de entender que o decreto é inconstitucional e fere a autonomia universitária, destaca que os cortes gerariam impactos financeiros "muito pequenos diante do risco de prejuízo a qualidade da prestação de serviço."

As funções que o decreto extingue têm gratificações que variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. Entre as funções que o governo extinguiu a remuneração estão, por exemplo, a de coordenação e direção acadêmica dos cursos ofertados (graduações, pós-graduações, técnicos e tecnológicos). Foram mais de 1,8 mil. O Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) diz que a medida vai desestimular os docentes a aceitarem esses cargos, que têm diversas atribuições administrativas e pedagógicas, como a orientação de estudantes.

Uma das principais universidades do País, com um dos maiores orçamentos e maior número de alunos, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) manteve 117 servidores nos cargos e funções após decisão judicial. A magistrada ressalta que a extinção é "desarrazoada e desproporcional" já que a economia decorrente da medida equivale a décimos percentuais do orçamento da universidade - menos de 0,2%.

Apesar dos argumentos de pouca economia, importância da manutenção dos cargos e autonomia administrativa das instituições, o que mais pesa contra o decreto é que os cargos extintos estavam ocupados. Nesse caso, a extinção só poderia ocorrer com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso.

Para a professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Nina Ranieri, medidas como as que foram tomadas neste primeiro ano da gestão Bolsonaro "criam um ambiente de insegurança jurídica dentro da academia" uma vez que desorganizam o funcionamento das instituições.

Reforma.

Procurado, o MEC não se posicionou. O Ministério da Economia disse em nota que o decreto teve como objetivo a "simplificação administrativa e a desburocratização" e informou que a extinção se deu prioritariamente nas áreas-meio, sem prejudicar a execução de atividades essenciais".

A pasta informou ainda que entre os critérios para a definição dos cargos e funções cortados estava a "baixa demanda, baixa remuneração ou exclusivos de servidores

efetivos de nível auxiliar". Informa ainda que a rede federal de ensino permanece com 48 mil cargos, representando quase metade do quadro do Poder Executivo.

Polêmicas

Bloqueio

Em ação coordenada, o MPF ingressou com 30 ações para suspender os efeitos do bloqueio de 30% do orçamento das universidades (cerca de R\$ 2,4 bilhões). Procuradoria questionou o porquê do contingenciamento ser desigual entre as instituições.

Nomeação

MPF entrou com ação para que fosse reconhecida inconstitucionalidade de decreto permitindo ao presidente nomear e exonerar cargos das universidades.

Declarações

Procuradoria também entrou com ação contra o ministro Abraham Weintraub por declarações ofensivas a universidades, professores e alunos, como ameaça de corte para quem fizesse "balbúrdia" e acusação de terem "plantação de maconha" nos câmpus.

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Brasileiro aponta solução para mistério da construção de Machu Picchu

Segundo estudo, incas ergueram a cidade sobre falhas geológicas, aproveitando-se de pedras fraturadas

Porto Alegre

Menegat fez quatro expedições (em 2001, 2006, 2010 e 2012) a Machu Picchu, analisou imagens de satélite com sete escalas para investigar o lineamento e estudou lâminas de rochas de forma microscópica. Sua pesquisa teve financiamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/12/brasileiro-aponta-solucao-para-misterio-da-construcao-de-machu-picchu.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Escrito pela filha, livro traz carta inédita em que Olga revela gravidez a Prestes
Correspondência foi roubada após ação policial na sede do PCB, em 1945, e estava desaparecida

Porto Alegre

Pesquisadora com bolsa da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, deparou-se com sua ficha do SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão da ditadura, classificando-a como "subversiva".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/escrito-pela-filha-livro-traz-carta-inedita-em-que-olga-revela-gravidez-a-prestes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Mentiras de Bolsonaro no primeiro ano têm consequências práticas

Presidente se especializou em divulgar informações falsas para justificar absurdos
“Quer que eu culpe os índios? Quer que eu culpe os marcianos? É, no meu entender, um indício fortíssimo que é esse pessoal de ONG que perdeu a teta deles, é simples”, afirmou o presidente, em agosto. Mentira.

Para continuar erguendo sua bandeira de ataques ao ensino público superior, Bolsonaro declarou, em abril, que “poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/12/mentiras-de-bolsonaro-no-primeiro-ano-tem-consequencias-praticas.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE SEM ENSINO

Educação de Jovens e Adultos tem menor investimento da década

O MEC gastou R\$ 16,6 milhões no programa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), valor que corresponde a 22% do previsto para o ano, numa queda contínua que começou após 2012, quando o montante foi 115 vezes maior do que o atual. O ministério alega que parte dos recursos da EJA será investida na reforma de escolas.

O Ministério da Educação (MEC) fez, em 2019, o menor gasto da década com a educação de jovens e adultos, principal estratégia para aumentar a escolarização da população que abandonou os estudos na idade escolar. Os dados são do Sistema Integrado de Operações (Siop).

A pasta só gastou R\$ 16,6 milhões na área neste ano, o que corresponde a 22% do previsto (R\$ 74 milhões). Para se ter uma ideia, em 2012 o montante chegou a R\$ 1,6 bilhão (em valores corrigidos) — 115 vezes maior do que neste ano.

Para 2020, a previsão que consta no Projeto de Lei do Orçamento Anual do governo federal é de R\$ 25 milhões. O Brasil tem, segundo o IBGE, 11,3 milhões de pessoas analfabetas com mais de 15 anos, em 2018. Isso corresponde a 6,8% da população. Além disso, mais da metade (52,6%) da população com mais de 25 anos não tem ensino médio completo — este é exatamente o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). São 70 milhões de brasileiros. Desses, a maior parte (44 milhões) não tem nem o fundamental, 33% da população com mais de 25 anos. — Os alunos da EJA são os primeiros a serem excluídos do mercado de trabalho. Ou seja, o governo não está investindo na população mais precária do país — diz Rita de Cassia Pacheco, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em EJA.

O MEC afirmou que quer usar parte dos recursos destinados para a EJA na reforma de escolas na educação básica. Disse ainda que executou o orçamento em transferências para institutos federais de educação.

Ainda segundo a pasta, há um núcleo na Secretaria de Educação Básica “preparando um programa dedicado a fortalecer o fomento da EJA Integrada, com diretrizes como mobilização e busca ativa (desenvolvimento de estratégias paramatricularoestudenta escola); e oferta de EJA integrada (cursos que atendam às necessidades do público e do mercado de trabalho).”

EVASÃO

Enquanto isso, Mara Patrícia Vianna, de 34 anos, vai parar de estudar pela terceira vez sem completar o ensino fundamental. A primeira foi aos 12 anos, para cuidar dos irmãos mais novos. No começo de 2019, decidiu voltar a tentar. Em 2020, faria o 8º e o 9º ano, mas a escola municipal Américo dos Santos, em Queimados (RJ), onde estuda, vai fechar as portas. A mais próxima fica a 4km.

“Não há, no Brasil, uma cultura da educação na fase adulta. A mãe vai no MP brigar pela vaga da filha na creche, mas não briga _ pela dela” Maria Clara Di Pierro, professora da USP

Longe para quem tem que deixar o filho mais velho, de 14 anos, tomando conta dos outros três menores. —Hoje, eu estudo aduas minha casa. Se acontecer alguma coisa co meles, alguém corre aqui emecham a. Mas como faço numa escola distante? —explica. A subsecretária-executiva de Educação de Queimados, Monique Lima, afirmou que o fechamento do turno noturno da escola é uma má formulação da rede, e que os alunos vão para vagas ociosas em outras unidades.

— Se houvesse um programa federal, como o Projovem ou o Brasil Alfabetizado, eu conseguiria manter aquela escola aberta —diz. Segundo Maria Clara Di Pierro, professora da Faculdade de Educação da USP e especialista em EJA, a desaceleração

do investimento na modalidade começou em 2017, no governo de Michel Temer (MDB), quando os dois programas citados pela subsecretária de Queimados, ambos criados no governo Lula (PT), pararam de receber verba. — Eles não foram oficialmente extintos, mas os estados e municípios pararam de receber novos recursos. O Projovem pagava uma bolsa para estudantes da EJA e também criava condições especiais nas escolas, como espaços destinados aos filhos dos alunos. Já o Brasil Alfabetizado destinava verba para que voluntários, que não precisavam ser professores, abrissem turmas de alfabetização sob a supervisão das secretarias municipais.

— Esses programas foram importantes, mas tinham problemas. Não era o caso de extingui-los,

e sim de reformulá-los — diz Di Pierro. — A Comissão Nacional de Educação de Adultos tinha sugerido mudanças, mas foi extinta pelo governo Bolsonaro.

MODALIDADE EM CRISE

A crise da EJA chegou este ano ao seu ponto mais crítico. Além da queda acentuada de orçamento, o MEC desarticulou as políticas da modalidade, encerrando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), responsável por fomentar políticas para o setor em estados e municípios. A EJA acabou dividida em três secretarias diferentes. Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretário estadual de Pernambuco, Fred Amâncio aponta que, quando a verba federal diminui,

a conta aumenta para estados e municípios. —Com isso, pode acontecer que se tenha dificuldade de manter todas as turmas abertas —afirma. Segundo Di Pierro, a diminuição da participação da União no fomento de oferta de vagas contribuiu para a queda de 16% dos alunos em seis anos. Ela defende reformular a metodologia aplicada

na EJA: — Há um divórcio entre as necessidades e condições de aprendizagens e o modelo ofertado. As aulas ainda são muito baseadas na educação oferecida às crianças. Soma-se isso a professores mal formados, e a equação não fecha. Reformular isso é um papel da União, estados e municípios, mas depende de uma situação política e institucional mais favorável e de investimento— diz a professora da USP.

“Com a pressão por mais vagas em creche e pré-escolas, além do teto de gastos, a EJA vai perdendo recursos ao longo _ dos anos”

Rita Pacheco, professora especialista em EJA da UFSC

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Hotel-casa no Rio abriga jovens gênios da matemática

Universitários dos mais variados perfis dividem sala, quarto e dúvidas no dever de casa em ‘república’ alugada pela FGV

Um hotel com cerca de 50 universitários, homens e mulheres com idades de 18 a 24 anos, vindos de diferentes partes do Brasil e vivendo juntos durante meses. A frase pode parecer um anúncio de reality show, mas descreve uma iniciativa que reúne jovens craques da matemática que vieram estudar no Rio. Os estudantes cursam, com bolsa, diferentes graduações na Fundação Getúlio Vargas (FGV), e foram selecionados por conta de seus destacados resultados na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Além de não pagarem pelo curso, o programa previa uma ajuda de custo para viverem no Rio. Mas quanto mais o projeto crescia, mais difícil ficava para a FGV alocar os alunos. Foi quando nasceu a ideia de acomodá-los em um hotel.

— A solução do hotel contemplou nossa necessidade, e já estamos atrás de um novo espaço para os novos alunos que vão chegar — conta César Camacho, diretor da Escola de Matemática Aplicada (Emap) e coordenador da iniciativa, que destaca a diversidade dos perfis dos alunos: — São jovens com condições muitas vezes, completamente adversas, mas que são excelentes em matemática. Eles conhecem a realidade do Brasil e, agora, estão em um centro de excelência para se desenvolverem.

DISCIPLINA EM DIA

Apesar de terem sido selecionados pela habilidade com cálculos, os jovens têm liberdade para escolher qualquer graduação da FGV. A maioria faz Economia e Matemática Aplicada, mas também existem aqueles que cursam, por exemplo, Direito e Ciências Sociais. É o caso de Shai Oliveira Vaz, de 18 anos, que viveu a vida toda na pequena Visconde de Mauá, a 200km da cidade do Rio. Quando chegou à capital, se impressionou com o cenário, completamente diferente. — Tive um choque. A escola onde estudava era a única de Mauá, e eu não a achava especialmente difícil. Mas, ao vir para cá, me deparei com outra realidade. Tive que estudar mais. A exigência é outra — conta. Para se manter no programa, a média dos alunos deve estar sempre acima de sete. Por isso, se alguém acha que tantos jovens reunidos em um hotel longe de casa pode gerar confusão, a realidade é outra. A maioria estuda das 7h às 19h e, quando sobra um tempo livre, há um manual de conduta a seguir. — Existem dois conjuntos de regras. Um, da própria FGV, que não permite bebidas, cigarros e pessoas estranhas ao hotel. Mas também criamos as nossas. Por exemplo, existem espaços de uso comum, como a biblioteca e a sala de convivência, que precisamos gerenciar para evitar confusão — relata Guilherme Antonio Cota, 19, que veio de Piracicaba (SP). Divididos em quartos

aos pares (evita-se colocar homem e mulher no mesmo), eles dizem que brigas oriundas da convivência intensa não existem. Ao contrário. —A gente é da paz. Temos nossos amigos dos cursos que fazemos, mas, muitas vezes, marcamos de sair com a galera do hotel mesmo — afirma Igor Junqueira, de 18 anos.

Ele diz que o clima de união se estende aos estudos: — Não estamos restritos aos nossos quartos. Quando tenho uma dúvida, vou até o quarto de outra pessoa, bato na porta e peço ajuda.

‘CALMOS ATÉ DEMAIS’

O hotel, que fica numa rua calma do Catete, tem 43 quartos com duas camas cada, em três andares. Também conta com um refeitório e uma varanda. Alguns dormitórios foram transformados para que os alunos tivessem espaço onde pudessem estudar — e descansar, de vez em quando. Todo o serviço funciona tal como a praxe em hotelaria: café da manhã, serviço de limpeza, lavagem de roupa e segurança.

O recepcionista, que já trabalhava no local antes da chegada dos alunos, frisa a diferença entre a clientela atual e a antiga.

— Turista dava muito trabalho. Quando soube que viriam vários universitários para cá, achei que seria pior. Mas não tem comparação. Eles são calmos até demais — diz Eduardo Xavier. O investimento no hote l é da própria FGV, com auxílio de empresários. Camacho diz que a expectativa é trazer para a universidade olhares de diferentes regiões do país. Quando os alunos são questionados sobre o que se espera deles, sente-se o peso da responsabilidade.

— Acho que temos que dar algum retorno pelo que estamos recebendo. Ora, vários colegas não tiveram a mesma chance que eu. Quando a gente vive a experiência que estamos vivendo, não dá para deixar isso de lado — afirma Guilherme.

Sobre o futuro, as respostas são parecidas co made Shai:

—Se saí da minha cidade e consegui chegar aqui, quero depois estudar fora (do Brasil). Mas pretendo voltar após concluir os estudos.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

MEC muda regra e pode cobrar 584 mil estudantes

Com expectativa de terem 2020 o recorde de inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) , o Ministério da Educação (MEC) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano, informa o jornal O Estado de S. Paulo. Resolução publicada nesta sexta-feira, 27, no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2.º semestre de 2017, que somam rombo de R\$12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas por juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década. A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No 1.º semestre

deste ano, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso - 47% atrasados em mais de 90 dias, quando se passa a considerar o aluno inadimplente.

Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer em 2020, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 - auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos - para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina. Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas .

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Oferta está prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. "Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo". Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país”, diz a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Claudia Forte. “A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira”.

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. “Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia”, diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgados, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. “Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio”.

Ela também mudou os hábitos da casa. “Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso”.

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

“A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos”, diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. “Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor”.

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. “A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem”, conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

“Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora”, diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à

formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. “Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo”, diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsonaro encerra primeiro ano com avanços na Economia e retrocessos na Educação e Meio Ambiente

Estilo de conflito permanente marcou relação inusual com Congresso, onde agenda de costumes foi barrada, e traço ideológico levou à deterioração em áreas como Cultura e Educação

RIO — Ao iniciar seu discurso de posse no Congresso Nacional, em 1º de janeiro, o presidente Jair Bolsonaro agradeceu aos brasileiros que lhe confiaram a missão de governar o país em um período de “grandes desafios” e “enorme esperança”, e partilhou a responsabilidade com os parlamentares presentes: “(Vou) governar com vocês”. A despeito da promessa, a gestão do presidente não foi marcada por busca de consensos, e sim por um clima de enfrentamento permanente com outros poderes e instituições da sociedade civil. O ambiente belicoso não impediu o governo Bolsonaro de terminar seu primeiro ano com avanços em uma agenda econômica fundamental para pavimentar o fim da recessão, mas contribuiu para que ele não deixasse marcas relevantes em outras áreas.

Com uma maioria reformista e não alinhada ao lado mais ideológico da agenda presidencial, o Congresso definiu os rumos da reforma da Previdência e barrou a pauta de costumes. Ao longo do ano, ampliou seu controle sobre o orçamento e impediu canetadas presidenciais que tentavam desestruturar políticas públicas consolidadas nas

últimas três décadas. Em boa medida, o sistema de freios e contrapesos entre os poderes da República funcionou. Ainda assim, retrocessos acabaram ocorrendo sobretudo nas áreas do meio ambiente, cultura e educação. Às vésperas de um novo ano, paira a dúvida sobre qual será o peso de cada uma dessas agendas — a reformista e a obscurantista — em 2020.

— Se o governo focar na agenda de reformas econômicas e sociais, terminará 2020 com um resultado até melhor que o projetado. Mas se a agenda ideológica prevalecer, será o que ocorreu este ano, quando tínhamos a previsão de crescer 2,5% e terminamos crescendo 1%. A gente espera é que essa agenda econômica, que também é social, porque diminui desigualdade e gera empregos, prevaleça. A agenda mais ideológica limita investimentos externos — avalia o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

O cerne da reforma da Previdência foi a instituição de uma idade mínima (de 65 anos para homens e 62 para mulheres) para se ter acesso à aposentadoria. Bolsonaro rejeitou a proposta que já havia sido apresentada no governo Temer e entregou seu texto ao Congresso no fim de fevereiro. Com dificuldade para estabelecer uma base aliada, o governo viu a reforma avançar após Rodrigo Maia assumir a tarefa de costurar o apoio dos parlamentares, atuando em conjunto com o Ministério da Economia.

Após idas e vindas, o texto foi promulgado no início de novembro, excluindo pontos considerados inicialmente importantes pela equipe econômica, como a transição para um sistema de capitalização e a inclusão de estados e municípios, mas ainda assim garantindo uma economia projetada de mais de R\$ 800 bilhões nos próximos dez anos. Na esteira da reforma, o Banco Central iniciou no fim de julho um ciclo de derrubada na taxa básica de juros, reduzindo-a de 6,5% para a mínima histórica de 4,5%. O desemprego, no entanto, pouco regrediu e ainda atingia em novembro 11,9 milhões de brasileiros. Sinais de uma retomada ainda tímida da economia. O índice Ibovespa chegou ao recorde histórico de pontuação (117 mil pontos) na última quinta.

— A reforma não é a ideal, não atinge estados e municípios, mas foi essencial para consolidar esse ciclo de corte de juros. O ponto mais preocupante é que demorou muito para avançar nas outras agendas de ajuste fiscal e na reforma tributária — destaca Zeina Latif, economista-chefe da XP.

Onde o Ano foi perdido

Nas pastas de Educação, Cultura e Meio Ambiente, o sentimento é de ano perdido. No primeiro caso, a troca de cadeiras constante impactou o funcionamento de áreas fundamentais. Abraham Weintraub, que substituiu Ricardo Vélez Rodriguez, pautou sua gestão por ataques às universidades públicas, a estudantes e aos governos anteriores. As medidas concretas para reverter o fraco desempenho da educação nas avaliações globais não vieram.

O projeto mais ambicioso, o Future-se, que tinha o objetivo de injetar recursos privados nas universidades federais, foi rejeitado pelas principais escolas. Em 2020, mais conflitos à vista: o Congresso terá de chegar a um acordo com o Executivo sobre as regras do novo Fundeb, principal instrumento de financiamento da educação básica.

Sem tantas travas legais à ação do Executivo, os retrocessos foram mais drásticos na Cultura e no Meio Ambiente. Enquanto Bolsonaro passou o ano reforçando um discurso

antiambientalista, o desmatamento na Amazônia cresceu 29,5%, provocando a maior área devastada dos últimos 11 anos. Em termos práticos, o que se viu foi um dismantelamento dos órgãos de fiscalização, como o Ibama e o ICMBio, e a paralisação do Fundo Amazônia, que havia recebido, desde 2008, R\$ 3,4 bilhões para conservar a floresta.

Na Cultura, o primeiro ato do presidente foi rebaixar o Ministério ao status de secretaria. As estatais, que têm papel decisivo no financiamento de projetos, cortaram patrocínios e censuraram espetáculos por questões políticas e de gênero. O ano terminou com o diretor de teatro Roberto Alvim, que se referiu a Fernanda Montenegro como “sórdida”, nomeado Secretário Especial da Cultura. Alvim empossou na Funarte o maestro Dante Mantovani, que já declarou que o rock leva ao satanismo, e colocou o jornalista Sérgio Camargo, para quem a escravidão foi “benéfica” aos descendentes, para dirigir a Fundação Palmares. O Judiciário suspendeu a nomeação de Camargo por considerá-la um “frontal ataque às minorias”.

Imprevisível 2020

Outro símbolo da ideologização do governo, o chanceler Ernesto Araújo teve atuação errática. No discurso, anunciou alinhamento automático com os Estados Unidos e com Israel, mudou a posição histórica do Brasil de condenação do embargo a Cuba, atacou líderes alinhados à esquerda e acompanhou regimes totalitários em votações sobre direitos sexuais e das mulheres na ONU. Mas, em termos práticos, a realidade se impôs. Apesar do discurso de campanha contra a China, Bolsonaro foi a Pequim e obteve um dos poucos gestos de boa vontade externa a seu governo: duas estatais chinesas foram as únicas estrangeiras a participar do megaleilão do pré-sal, que arrecadou R\$ 70 bilhões em novembro.

No dilema entre as agendas econômica e ideológica, o ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, aposta que a economia prevalecerá na lista de prioridades para 2020:

— O Congresso realmente é liberal. A pauta econômica tem mais facilidade do que uma pauta de costume, que é um pouco mais polêmica. O presidente tem um timing político muito bom e ele já percebeu que pautas econômicas é que vão alavancar o desenvolvimento.

O componente de imprevisibilidade na relação entre os poderes em 2020 é agravado por um fator alheio a uma caneta presidencial ou à construção de uma base aliada. Corre no MP do Rio a investigação do caso da “rachadinha” no antigo gabinete do primogênito do presidente, Flávio. A depender dos resultados do que se apura, o ano que vem poderá ser de mais instabilidade política do que já foi o que se encerra depois de amanhã.

(Colaborou Jussara Soares)

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

2020: educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental

Oferta depende da estrutura de cada rede de ensino passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na Base Nacional Comum Curricular

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. “Eu não dava importância para

aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo”. Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias parte do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país”, diz a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Cláudia Forte. “A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira”.

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. “Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia”, diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgados, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. “Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio”.

Ela também mudou os hábitos da casa. “Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso”.

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que

leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

“A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos”, diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. “Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor”.

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. “A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem”, conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

“Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora”, diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. “Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo”, diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para disponibilizar materiais e

cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. “Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo”. Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país”, diz a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Cláudia Forte. “A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira”.

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje

com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. “Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia”, diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgados, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. “Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio”.

Ela também mudou os hábitos da casa. “Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso”.

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

“A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos”, diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. “Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor”.

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. “A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem”, conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

“Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020],

entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora”, diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. “Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo”, diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC muda regra do Fies e pode cobrar na justiça 584 mil alunos em atraso

Com expectativa de ter em 2020 o recorde de inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Ministério da Educação (MEC) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano. Resolução publicada nesta sexta-feira, 27, no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2.º semestre de 2017, que somam rombo de R\$12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas por juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década.

O balanço de contratos com potencial de cobrança na Justiça consta em nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelo Fies, de 18 de dezembro.

A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No 1.º semestre deste ano, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso – 47% atrasados em mais de 90 dias, quando se passa a considerar o aluno inadimplente. Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer em 2020, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 – auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos – para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina.

Entre as alterações para novos contratos está a exigência de o aluno ter nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, só se exigia não zerar a Redação, além de média 450 na parte objetiva (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) da prova, o que foi mantido. Segundo o MEC, as novas regras “privilegiam a meritocracia”.

Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas. Criticam ainda regras que tornam mais difíceis o acesso ao financiamento. O Estado apurou que empresários do setor temem que o MEC use a alta inadimplência como justificativa para “desidratar” o Fies, com regras que o tornem inviável. Já economistas têm apontado a necessidade de tornar o Fies sustentável, de modo a pesar menos nas contas públicas.

A resolução prevê ainda reduzir para a metade o total de vagas oferecidas em 2019 – são previstos 54 mil financiamentos por ano a partir de 2021. O acesso ao Fies está mais difícil desde 2015 e boa parte das vagas fica ociosa por causa da mudança de regras – como a eliminação do financiamento 100% e a exigência de nota mínima no Enem.

Reações

“O aluno de família de baixa renda não consegue alcançar essa nota e fica fora do programa. E é esse jovem que também não consegue entrar em uma universidade pública”, afirma Sólton Caldas, da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Rodrigo Capelato, do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (Semesp), diz que o País estava bem economicamente e houve incentivo para que o jovem recorresse ao programa. “Mas, quando ele se formou, o Brasil estava em crise, sem emprego.”

Criado em 1999, o Fies teve explosão de contratos em 2010, quando os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, a exigência de fiador foi relaxada e o prazo de quitação, alongado. Muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a mensalidade, mas a entrar no Fies, transferindo o risco de inadimplência para o governo.

Fernanda Teixeira, de 28 anos, firmou o contrato do Fies em 2014, no pico do programa, para estudar Letras. Formada em 2017, nunca conseguiu trabalhar na área em que se graduou nem pagou nenhuma parcela, de R\$ 21 mil. “Eu não teria conseguido fazer faculdade sem Fies, mas, se soubesse que estaria nesta situação, não faria a dívida. Sou a única da família com ensino superior, mas meu nome está sujo e não consigo trabalhar na área que gostaria. É muito frustrante”, conta ela.

Entenda as mudanças

Cobrança judicial: Contratos com parcelas vencidas há 360 dias poderão ser cobradas judicialmente. Os fiadores também podem ser acionados. Hoje, a dívida só é cobrada de forma administrativa.

Desempenho: Exige nota mínima de 400 pontos na Redação do Enem para novos contratos. Antes, só era preciso não zerar na Redação e ter média de 450 pontos nas provas objetivas (o que foi mantido).

Transferência: A transferência de graduação só será permitida se o aluno tiver nota no Enem igual ou superior à média do último ingressante, com Fies, no último processo seletivo

Financiamento privado já supera o público

O MEC deixou nos últimos anos de ser o principal financiador de estudantes no ensino superior privado. Em 2018, pela primeira vez, o número de financiamentos privados superou os dois principais programas do governo federal, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Dados do Censo da Educação Superior mostram a expansão de formas alternativas no mercado particular, como contrato com bancos privado, empresas especializadas em crédito estudantil e empréstimos ou concessão de bolsas nas próprias faculdades, que já chega a 1,6 milhão de matrículas.

Em 2018, Fies e ProUni somaram 1,3 milhão de matrículas. Até 2016, o Fies era, sozinho, o responsável pela maior parte dos financiamentos. No ano passado, o número de graduandos com contrato com o Fundo já era 30% menor (820 mil).

“Com a sinalização de que os programas não seriam mais prioridade do governo, as faculdades começaram a buscar alternativas”, diz Rodrigo Capelato, diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

No total de financiamentos particulares também estão inclusas as bolsas concedidas dentro de programas governamentais – em contrapartida, elas recebem isenção fiscal ou abatem dívidas com a União.

Há dois anos, quando decidiu fazer graduação, Juliana Carvalho, de 24 anos, viu muitos dos seus amigos do ensino médio já endividados com o Fies e foi aconselhada a não pegar financiamento. “Até hoje eles não sabem como vão pagar. Decidi que esperaria até ter condições de bancar a mensalidade.”

No início do ano, ela conseguiu, por meio da plataforma Quero Bolsa, um desconto de 70% para cursar Fotografia, tendo que pagar mensalidade de R\$ 300. “O valor cabe no meu orçamento e não vai me comprometer futuramente. Preferi esperar um ano do que começar a faculdade sem saber com que dívida sairia no final.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. "Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo". Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino, passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

“É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país”, diz a superintendente da AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil), Claudia Forte. “A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira”.

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação), homologado pelo MEC (Ministério da Educação), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. “Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia”, diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgadinhos, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. “Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio”.

Ela também mudou os hábitos da casa. “Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da

tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso”.

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

“A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos”, diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. “Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor”.

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. “A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem”, conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

“Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora”, diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. “Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo”, diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Enef (Estratégia Nacional de Educação Financeira), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da

entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo MEC para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC muda regra do Fies e pode cobrar 584 mil alunos em atraso Resolução publicada nesta sexta-feira (27) no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2º semestre de 2017

Com expectativa de ter em 2020 o recorde de inadimplência do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), o MEC (Ministério da Educação) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano. Resolução publicada nesta sexta-feira (27) no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2º semestre de 2017, que somam rombo de R\$12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas por juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década.

O balanço de contratos com potencial de cobrança na Justiça consta em nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelo Fies, de 18 de dezembro.

A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No 1.º semestre deste ano, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso - 47% atrasados em mais de 90 dias, quando se passa a considerar o aluno inadimplente. Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer em 2020, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 - auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos - para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina.

Entre as alterações para novos contratos está a exigência de o aluno ter nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, só se exigia não zerar a Redação, além de média 450 na parte objetiva (Português,

Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) da prova, o que foi mantido. Segundo o MEC, as novas regras "privilegiam a meritocracia".

Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas. Criticam ainda regras que tornam mais difíceis o acesso ao financiamento. O Estado apurou que empresários do setor temem que o MEC use a alta inadimplência como justificativa para "desidratar" o Fies, com regras que o tornem inviável. Já economistas têm apontado a necessidade de tornar o Fies sustentável, de modo a pesar menos nas contas públicas.

A resolução prevê ainda reduzir para a metade o total de vagas oferecidas em 2019 - são previstos 54 mil financiamentos por ano a partir de 2021. O acesso ao Fies está mais difícil desde 2015 e boa parte das vagas fica ociosa por causa da mudança de regras - como a eliminação do financiamento 100% e a exigência de nota mínima no Enem.

Reações

"O aluno de família de baixa renda não consegue alcançar essa nota e fica fora do programa. E é esse jovem que também não consegue entrar em uma universidade pública", afirma Sólton Caldas, da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Rodrigo Capelato, do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (Semesp), diz que o País estava bem economicamente e houve incentivo para que o jovem recorresse ao programa. "Mas, quando ele se formou, o Brasil estava em crise, sem emprego."

Criado em 1999, o Fies teve explosão de contratos em 2010, quando os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, a exigência de fiador foi relaxada e o prazo de quitação, alongado. Muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a mensalidade, mas a entrar no Fies, transferindo o risco de inadimplência para o governo.

Fernanda Teixeira, de 28 anos, firmou o contrato do Fies em 2014 no pico do programa, para estudar Letras. Formada em 2017, nunca conseguiu trabalhar na área em que se graduou nem pagou nenhuma parcela, de R\$ 21 mil. "Eu não teria conseguido fazer faculdade sem Fies, mas, se soubesse que estaria nesta situação, não faria a dívida. Sou a única da família com ensino superior, mas meu nome está sujo e não consigo trabalhar na área que gostaria. É muito frustrante", conta ela.

Entenda as mudanças

Cobrança judicial: Contratos com parcelas vencidas há 360 dias poderão ser cobradas judicialmente. Os fiadores também podem ser acionados. Hoje, a dívida só é cobrada de forma administrativa.

Desempenho: Exige nota mínima de 400 pontos na Redação do Enem para novos contratos. Antes, só era preciso não zerar na Redação e ter média de 450 pontos nas provas objetivas (o que foi mantido).

Transferência: A transferência de graduação só será permitida se o aluno tiver nota no Enem igual ou superior à média do último ingressante, com Fies, no último processo

seletivo

Financiamento privado já supera o público

O MEC deixou nos últimos anos de ser o principal financiador de estudantes no ensino superior privado. Em 2018, pela primeira vez, o número de financiamentos privados superou os dois principais programas do governo federal, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Dados do Censo da Educação Superior mostram a expansão de formas alternativas no mercado particular, como contrato com bancos privado, empresas especializadas em crédito estudantil e empréstimos ou concessão de bolsas nas próprias faculdades, que já chega a 1,6 milhão de matrículas.

Em 2018, Fies e ProUni somaram 1,3 milhão de matrículas. Até 2016, o Fies era, sozinho, o responsável pela maior parte dos financiamentos. No ano passado, o número de graduandos com contrato com o Fundo já era 30% menor (820 mil).

"Com a sinalização de que os programas não seriam mais prioridade do governo, as faculdades começaram a buscar alternativas", diz Rodrigo Capelato, diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

No total de financiamentos particulares também estão inclusas as bolsas concedidas dentro de programas governamentais - em contrapartida, elas recebem isenção fiscal ou abatem dívidas com a União.

Há dois anos, quando decidiu fazer graduação, Juliana Carvalho, de 24 anos, viu muitos dos seus amigos do ensino médio já endividados com o Fies e foi aconselhada a não pegar financiamento. "Até hoje eles não sabem como vão pagar. Decidi que esperaria até ter condições de bancar a mensalidade."

No início do ano, ela conseguiu, por meio da plataforma Quero Bolsa, um desconto de 70% para cursar Fotografia, tendo que pagar mensalidade de R\$ 300. "O valor cabe no meu orçamento e não vai me comprometer futuramente. Preferi esperar um ano do que começar a faculdade sem saber com que dívida sairia no final." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. "Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo". Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

"É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país", diz a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Claudia Forte. "A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira".

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. "Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia", diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgados, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. "Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio".

Ela também mudou os hábitos da casa. "Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso".

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

"A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos", diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação

financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. "Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor".

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. "A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem", conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

"Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora", diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. "Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo", diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Cláudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC muda regra do Fies e pode cobrar na justiça 584 mil alunos em atraso

Com expectativa de ter em 2020 o recorde de inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Ministério da Educação (MEC) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano. Resolução publicada nesta sexta-feira, 27, no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2.º semestre de 2017, que somam rombo de R\$12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas por juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década.

O balanço de contratos com potencial de cobrança na Justiça consta em nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelo Fies, de 18 de dezembro.

A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No 1.º semestre deste ano, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso - 47% atrasados em mais de 90 dias, quando se passa a considerar o aluno inadimplente. Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer em 2020, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 - auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos - para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina.

Entre as alterações para novos contratos está a exigência de o aluno ter nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, só se exigia não zerar a Redação, além de média 450 na parte objetiva (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) da prova, o que foi mantido. Segundo o MEC, as novas regras "privilegiam a meritocracia".

Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas. Criticam ainda regras que tornam mais difíceis o acesso ao financiamento. O Estado apurou que empresários do setor temem que o MEC use a alta inadimplência como justificativa para "desidratar" o Fies, com regras que o tornem inviável. Já economistas têm apontado a necessidade de tornar o Fies sustentável, de modo a pesar menos nas contas públicas.

A resolução prevê ainda reduzir para a metade o total de vagas oferecidas em 2019 - são previstos 54 mil financiamentos por ano a partir de 2021. O acesso ao Fies está mais difícil desde 2015 e boa parte das vagas fica ociosa por causa da mudança de regras - como a eliminação do financiamento 100% e a exigência de nota mínima no Enem.

Reações

"O aluno de família de baixa renda não consegue alcançar essa nota e fica fora do programa. E é esse jovem que também não consegue entrar em uma universidade pública", afirma Sólton Caldas, da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Rodrigo Capelato, do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (Semesp), diz que o País estava bem economicamente e houve incentivo para que o jovem recorresse ao programa. "Mas, quando ele se formou, o Brasil estava em crise, sem emprego."

Criado em 1999, o Fies teve explosão de contratos em 2010, quando os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, a exigência de fiador foi relaxada e o prazo de quitação, alongado. Muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a mensalidade, mas a entrar no Fies, transferindo o risco de inadimplência para o governo.

Fernanda Teixeira, de 28 anos, firmou o contrato do Fies em 2014, no pico do programa, para estudar Letras. Formada em 2017, nunca conseguiu trabalhar na área em que se graduou nem pagou nenhuma parcela, de R\$ 21 mil. "Eu não teria conseguido fazer faculdade sem Fies, mas, se soubesse que estaria nesta situação, não faria a dívida. Sou a única da família com ensino superior, mas meu nome está sujo e não consigo trabalhar na área que gostaria. É muito frustrante", conta ela.

Entenda as mudanças

Cobrança judicial: Contratos com parcelas vencidas há 360 dias poderão ser cobradas judicialmente. Os fiadores também podem ser acionados. Hoje, a dívida só é cobrada de forma administrativa.

Desempenho: Exige nota mínima de 400 pontos na Redação do Enem para novos contratos. Antes, só era preciso não zerar na Redação e ter média de 450 pontos nas provas objetivas (o que foi mantido).

Transferência: A transferência de graduação só será permitida se o aluno tiver nota no Enem igual ou superior à média do último ingressante, com Fies, no último processo seletivo

Financiamento privado já supera o público

O MEC deixou nos últimos anos de ser o principal financiador de estudantes no ensino superior privado. Em 2018, pela primeira vez, o número de financiamentos privados superou os dois principais programas do governo federal, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Dados do Censo da Educação Superior mostram a expansão de formas alternativas no mercado particular, como contrato com bancos privado, empresas especializadas em crédito estudantil e empréstimos ou concessão de bolsas nas próprias faculdades, que já chega a 1,6 milhão de matrículas.

Em 2018, Fies e ProUni somaram 1,3 milhão de matrículas. Até 2016, o Fies era, sozinho, o responsável pela maior parte dos financiamentos. No ano passado, o número

de graduandos com contrato com o Fundo já era 30% menor (820 mil).

"Com a sinalização de que os programas não seriam mais prioridade do governo, as faculdades começaram a buscar alternativas", diz Rodrigo Capelato, diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

No total de financiamentos particulares também estão inclusas as bolsas concedidas dentro de programas governamentais - em contrapartida, elas recebem isenção fiscal ou abatem dívidas com a União.

Há dois anos, quando decidiu fazer graduação, Juliana Carvalho, de 24 anos, viu muitos dos seus amigos do ensino médio já endividados com o Fies e foi aconselhada a não pegar financiamento. "Até hoje eles não sabem como vão pagar. Decidi que esperaria até ter condições de bancar a mensalidade."

No início do ano, ela conseguiu, por meio da plataforma Quero Bolsa, um desconto de 70% para cursar Fotografia, tendo que pagar mensalidade de R\$ 300. "O valor cabe no meu orçamento e não vai me comprometer futuramente. Preferi esperar um ano do que começar a faculdade sem saber com que dívida sairia no final." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pela primeira vez, alunos negros foram maioria nas universidades públicas

Nunca na história do Brasil os cidadãos negros haviam sido maioria nas universidades públicas. Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em novembro de 2019 mostram que essa realidade mudou. As instituições de ensino superior brasileiras (que lideram os rankings de melhores universidades do país) sempre foram taxadas de elitistas, mas a partir de 2018 passaram a ter 50,3% de suas vagas ocupadas por pessoas negras. A instituição aponta a política de cotas - iniciada no começo dos anos 2000 e oficializada em lei em 2012, durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT) — como principal motivo da mudança. Vale lembrar que tanto a política de cotas raciais quanto a preparação de jovens negros para o vestibular e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) têm sido lutas do movimento negro brasileiro e de organizações como a EDUCAFRO e a UNEafro.

Contrastando com a boa notícia plantada no passado, o Ministério da Educação anunciou, em setembro, o corte de 11 mil bolsas para pesquisa no Brasil. As bolsas são, na verdade, "o salário" que sustenta milhares de cientistas no nosso país.

Uma startup fundada por duas cientistas brasileiras negras, no entanto, procura facilitar e revolucionar a vida de nossos pesquisadores por meio da digitalização dos seus processos. A iBench foi fundada no Rio de Janeiro pelas pesquisadoras Débora Moretti e Andreia Oliveira. Seu primeiro produto é o iBenchMarket, um marketplace lançado em fevereiro, onde os cientistas brasileiros podem comprar material de laboratório online, comparando os preços dos principais fornecedores do país. A iBench foi acelerada pela OBr.global dentro do programa StartUp Brasil (CNPq/MCTIC/Softex) e, este ano, a empresa foi selecionada, entre 5000 projetos, para ser acelerada pelo programa BNDES Garagem.

"Foi muito nítido perceber que o que estudei de inovação e empreendedorismo ajuda muito pouco na prática. O BNDES Garagem foi essencial para fazermos a validação do negócio. Tanto pelo acompanhamento bimestral, quanto para nos incentivar. O papel do BNDES é importante para os empreendedores seguirem em frente. A rede de apoio é essencial em tantos aspectos da vida, por que não seria no empreendedorismo? Este ano a iBench foi selecionada para o Demo Day (10 empresas de destaque dentro das 40 e poucas que chegaram até o final do programa BNDES Garagem) e recebeu uma menção honrosa no Demo Day do StartUp Brasil em São Paulo", conta Débora Moretti, mestre em bioquímica e fundadora da iBench.

O desafio da iBench agora é se tornar um negócio lucrativo. "O que mantém um desafio é ter uma cabeça de negócios. Eu e a Andreia temos essa formação mais científica, que é totalmente separada da [ideia de] obtenção de lucro, que é o que toda empresa precisa fazer. Para sustentar a empresa, precisamos de uma visão muito específica que começamos a ter agora. A vida tem sido nossa escola nessa área", afirma Débora.

Método Paulo Freire ajuda refugiados em Berlim

O Pisa é um exame internacional aplicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que mede as habilidades de alunos do ensino médio em leitura, matemática e ciências. Os resultados do teste foram divulgados em dezembro e mostraram o Brasil entre os piores países do ranking (em matemática ficamos na 70ª posição, entre 79 países, atrás dos vizinhos Peru e Colômbia). Estamos estagnados no mesmo lugar desde 2009, último ano em que tivemos avanços significativos no exame.

Muitos culpam Paulo Freire, o Patrono da Educação Brasileira que Bolsonaro chamou de energúmeno, pelo desastre dos nossos jovens de 15 a 16 anos no Pisa. A verdade é que o método pedagógico desenvolvido por Freire nunca foi aplicado de forma oficial nas escolas brasileiras. Ele é, no entanto, aplicado com êxito no ensino de alemão e no processo de integração de imigrantes sírios que têm chegado a Berlim, capital da Alemanha.

O Paulo Freire Institut foi fundado em Berlim, em 1999, mas sua fundadora, a educadora alemã Ilse Schimpf-Herken, conheceu Paulo Freire, pessoalmente, em 1971. Desde então, ela manteve contato com o autor de "Pedagogia do Oprimido" e utilizou seus métodos em trabalhos na universidade Technischen Universität Berlin. O Paulo Freire Institut se formou como parte de outras 18 instituições que criaram a INA (Academia Internacional de Berlim), que trabalha com pedagogia alternativa e tem enfoque na primeira infância.

"Em 2015, nossa chanceler (Angela Merkel) disse sua célebre frase Nós vamos conseguir e em 4 de setembro anunciou que ia abrir as fronteiras para os milhões de refugiados sírios. Temos na nossa constituição da pós-guerra (pela história que tivemos com os nazistas), um artigo que diz que a Alemanha nunca mais negará visto às pessoas que estão em perigo. Por isso chegaram, em 2015, quase um milhão de refugiados sírios aqui. E nossas instituições não estavam preparadas", conta Ilse Schimpf-Herken, doutora em educação e fundadora do Paulo Freire Institut.

"Nós do Paulo Freire Institut dissemos: esse é um momento no qual temos que apoiar [os refugiados sírios] com toda a experiência que temos em trabalho psicossocial nas

guerras e nas ditaduras da América Latina. Então começamos a trabalhar com as mulheres sírias cujas famílias estavam nos abrigos. Havia muitos projetos de ensino de alemão e formação profissional [que funcionavam] para os homens, mas as mulheres ficavam em casa cuidando dos filhas e filhos e não tinham projetos para elas. Fizemos círculos de diálogo levando em conta os traumas que elas havia sofrido. Queríamos lhes dar a segurança para que essas pessoas criassem raízes na Alemanha, por isso as levamos a bibliotecas, a parques, e a passeios no bairro de Moabit, para que conhecessem a vizinhança onde estavam morando e se sentissem melhor."

No entanto, como Moabit — o bairro onde ficava a escola que serviu de abrigo inicial para os refugiados sírios — era muito central, logo a escola-abrigo teve que retomar suas atividades costumeiras. As famílias sírias foram, então, empurradas para bairros mais distantes. O Paulo Freire Insitut passou a trabalhar com as escolas desses bairros na formação dos jovens refugiados.

"Trabalhamos com elas e eles sobre intraculturalidade. Formamos grupos nesses cursos de boas-vindas para que esses meninos se expressem, brinquem, pintem e façam trabalhos em grupo. Fizemos muito isso neste ano", conta Ilse, que diz ter dedicado toda sua vida a divulgar a obra do pensador brasileiro Paulo Freire na Alemanha.

Um milhão pela educação

Em 2019, o Brasil teve dois Ministros da Educação que se mantiveram bastante ocupados dando declarações polêmicas. Quem se lembra quando o ex-ministro Velez disse que "as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual" ou quando o atual ministro Weintraub disse que "as universidades têm plantações extensivas de maconha, além de os laboratórios de química estarem desenvolvendo droga sintética"?

O país também viu um corte, em abril, R\$ 1,7 bilhão na verba do MEC. Essa situação levou cerca de um milhão de pessoas às ruas para defenderem a educação no dia 15 de maio. Os protestos, que ficaram conhecidos como 15 M, se desenrolaram em 222 cidades.

Esse foi o principal destaque da educação apontado pelo colunista de ECOA Rodrigo Ratier, que escreve sobre o tema em sua coluna — ele é doutor na área. "O 15 M foi sem dúvida o principal movimento de contestação à gestão Bolsonaro, porque, primeiro, foram os movimentos de rua mais relevantes. Foi uma pauta que efetivamente mobilizou a oposição. A educação mostrou que pode ser um campo de resistência à administração Bolsonaro. E aí não vai nenhum viés, a priori, contrário à administração, mas eu vejo que é natural que o campo se posicione dessa forma porque o [ex-Ministro da Educação Ricardo] Vélez, o Bolsonaro e, principalmente, o [Ministro da Educação Abraham] Weintraub, elegeram os professores e alunos como inimigos. Se você fizer uma coletânea das declarações dessa turma aí, os alunos são maconheiros, vagabundos, fazem balbúrdia nas universidades públicas? Os professores são doutrinadores, são militantes travestidos de docentes. Por isso se justifica a resistência da educação a essas medidas."

Rodrigo, que participou dos protestos do 15M, acredita que as manifestações deram resultados:

"Foi o suficiente para barrar a velocidade de algumas medidas como o "Disque-

Denúncia" que o Weintraub e a Damares [Alves, Ministra da Família] querem criar, [foi o suficiente para barrar] essa sanha mais privatista, foi importante para que os cortes nas Universidades fossem revistos, mas não foram suficientes para barrar todos os cortes da área. Por exemplo, os cortes de bolsas de mestrado e doutorado foram 17 mil, isso coloca a situação da pesquisa na pós-graduação numa situação complicadíssima", afirma o especialista.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Só falta educação

Membro da Academia Brasileira de Letras

No encerramento do ano, no Conselho Técnico da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo, o ex-ministro Ernane Galvêas, do alto dos seus 97 anos bem vividos, realizou palestra sobre a realidade brasileira e as perspectivas do futuro. Desenhou um quadro otimista, com base na previsão de que o nosso PIB crescerá 1,2% no ano próximo. Alguém dirá que é pouco. A resposta dos entendidos é que, no ano seguinte (2021), a previsão alcançará os 2,5%, numa progressão altamente favorável do comportamento da nossa economia. Galvêas pediu para ouvir o que pensam alguns conselheiros sobre isso tudo.

De modo geral, o clima é de confiança, sobretudo diante do trabalho elogiado do ministro Paulo Guedes. Assim se pronunciaram especialistas como Mary Del Priore, Olga Simbalista, Sérgio Quintella, Aspásia Camargo, Rubens Cysne e outros. Abordaram o sucesso da votação da reforma da Previdência e, com o olhar de indisfarçável confiança, veem o que se pode obter com as reformas administrativa e tributária.

Como não houve tempo para a nossa apreciação sobre essa realidade, colocamos aqui o que pensamos disso tudo. Com toda sinceridade, fica faltando boa fundamentação quando se trata de educação. Vamos conseguir avançar sem uma reforma profunda no trato da educação, da ciência e da tecnologia? Será possível obter bons resultados desconhecendo o relevo da inteligência artificial? Aliás, nesse quadro, devemos incluir também a prioridade para a cultura, tão maltratada pelo governo. É uma soma incrível de pronunciamentos disparatados.

Cálculos insuspeitos mostram a educação brasileira estagnada. Ou até, em certos casos, dando sinais visíveis de deterioração. Veja-se o resultado da nossa presença nos exames do Pisa, promovidos pela insuspeita OCDE. Enquanto a China lidera o ranking, com o primeiro lugar para Beijing, Xangai, Jiangsu e Zhejiang, nas modalidades leitura, matemática e ciências, o Brasil foi parar, respectivamente, em 42º, 58º e 53º lugares, superado por países como a Estônia, a Polônia, a Nova Zelândia, a Austrália e as nações escandinavas.

O nível máximo dos exames foi atingido por apenas 2% dos brasileiros em leitura e 1% em matemática e ciências. A média da OCDE é de 9%, 11% e 7%, respectivamente. Como se vê, estamos longe de uma colocação nem sequer razoável, o que mostra o estágio lamentável em que nos encontramos. A própria OCDE afirma, enfaticamente, que "a qualidade das escolas alimentará a força das economias, amanhã". O que se pode esperar que venha acontecer ao Brasil e ao seu povo, com esses precários resultados?

A avaliação a que nos referimos abrange estudantes de 15 anos, em 79 países. Tivemos 11 mil alunos brasileiros participando dos exames. Eles estão no 1º ou 2º ano do ensino

médio, abrangendo as escolas pública e particular. Esses testes, consagrados universalmente, medem o quanto os jovens adquiriram em conhecimentos e habilidades "para uma participação plena na sociedade".

É claro que devemos concluir que andamos muito mal, atrás de países como a Turquia, a Ucrânia e a Sérvia que fazem os mesmos investimentos em educação. Pode-se concluir que não investimos de forma eficiente os nossos recursos destinados a essa inquestionável prioridade.

» ARNALDO NISKIER Membro da Academia Brasileira de Letras

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Pedido de anulação da MP da reitoria

Alvo de uma série de questionamentos da comunidade acadêmica, a Medida Provisória (MP) 914, publicada nesta semana pelo presidente Jair Bolsonaro, agora é alvo de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF).

O mandado, de autoria do deputado Elias Vaz (PSB-GO), foi levado à Corte ontem, com o objetivo de suspender os efeitos da MP 914, que trata do processo de escolha de reitores e diretores de universidades e institutos federais.

“Bolsonaro viola o artigo 207 da Constituição Federal, que prevê a autonomia das universidades. Além disso, não há urgência e relevância que justifiquem o ato da Presidência da República, banalizando a função das medidas provisórias”, afirma o deputado.

A relatoria do caso foi sorteada para a ministra Rosa Weber. Como o STF está em período de recesso, o pedido poderá ser analisado pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, a quem cabe fazer despachos considerados urgentes neste período. Se ele entender que não há urgência, a concessão de medida liminar pode ser apreciada por Rosa Weber, a partir de fevereiro, quando o STF retoma regularmente as atividades.

“A Medida Provisória combatida é uma forma canhestra obtida pelo presidente da República como instrumento de efetiva intervenção na autonomia administrativa e gerencial das instituições de ensino superior”, declara Elias Vaz, em seu pedido.

Por ser MP, tem efeito imediato e validade de até 120 dias para ser analisada pelo Congresso. Pelo texto, o governo Bolsonaro poderá nomear 24 dirigentes de universidades federais e nove de institutos federais de ensino em 2020, segundo o Ministério da Educação. A pasta diz que o objetivo é reduzir a judicialização na nomeação de dirigentes — houve sete ações na Justiça sobre o tema este ano — e tornar o trâmite mais seguro e transparente. Reitores contestaram a medida.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a Frente Parlamentar de Valorização das Universidades também questionaram o uso de uma MP para fazer a mudança. Segundo as entidades, não há urgência que justifique o uso da medida provisória e seria necessário debate com a comunidade acadêmica e com o Congresso.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Sob ataque

Bolsonaro promove investidas frequentes contra a universidade pública

Por que a universidade pública é frequentemente atacada por Bolsonaro?

O Brasil foi dos últimos países da América a criar uma universidade, já no século 20. Colonizadores, monarquistas e os primeiros republicanos tinham em comum o despreço pela educação em geral e pela educação superior em particular.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-haddad/2019/12/sob-ataque.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Onde está Wally?

Representantes de universidades federais acreditam que a MP que altera a regra para a eleição de reitores foi editada pelo governo nesta semana como uma cortina de fumaça para esconder o fato de o Ministério da Educação ainda não ter enviado o projeto de lei que vai instituir o Future-se ao Congresso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/12/28/para-representantes-de-universidades-federais-mp-que-altera-regra-para-escolha-de-reitores-e-cortina-de-fumaca/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Na USP, apenas 2,1% dos mais de 5.000 educadores são pretos ou pardos

USP perde conhecimento com corpo docente pouco diverso, diz único professor índio da universidade

São Paulo

Enquanto o perfil do aluno da USP se torna mais diverso, principalmente com as cotas, o dos professores permanece majoritariamente branco na universidade.

Apenas 1,8% dos 5.655 docentes se define como pardo, e 0,3% como preto. Só um educador é indígena.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/na-usp-apenas-21-dos-mais-de-5000-educadores-sao-pretos-ou-pardo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro reduz oferta do Fies a partir de 2021 e eleva desempenho mínimo no Enem

Volume de empréstimos passará de 100 mil em 2020 para 54 mil no ano seguinte; regras mudam

Brasília

O governo Jair Bolsonaro reduziu quase pela metade a previsão de oferta de contratos do Fies (Financiamento Estudantil) a partir de 2021. O volume passa de 100 mil em 2020 para 54 mil no ano seguinte.

O MEC (Ministério da Educação) ainda editou novas regras que aumentam a exigência

de desempenho mínimo no Enem para os candidatos e regulam a cobrança judicial de inadimplentes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/governo-bolsonaro-reduz-oferta-dofies-a-partir-de-2021-e-eleva-desempenho-minimo-no-enem.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Um ano de bizarrices, sectarismo e ideologia

PROFESSOR TITULAR DE TEORIA POLÍTICA DA UNESP

Para dizer o mínimo: 2019 foi perturbador. Chegamos a dezembro com sinais de que a economia começa a se recuperar. A taxa de crescimento bateu em 1% no ano, mas o desemprego e a renda continuaram a martelar os brasileiros. A produtividade permanece baixa, o crescimento não se mostra sustentado. Nos bastidores da estridência governamental, ocorreu uma política econômica que se proclama liberal, mas age em nome de um governo que ameaça as liberdades básicas.

Nenhum país anda só com as pernas da economia. Depende de coisas que têm alto poder de determinação. É preciso olhar o todo, avaliar o que impacta o cotidiano da população, prestar atenção na política, naquilo que fazem as oposições e o governo, na repercussão de escândalos como o do senador Flávio Bolsonaro, nas atitudes intempestivas do presidente.

O balanço do ano não é animador. A política externa, ideologizada de modo caricatural, converteu o País em chacota mundial. Combinou sem critério o fundamentalismo religioso e o patriotismo rasteiro, trocando o pragmatismo característico do Itamaraty por pregações moralistas, subservientes, fechadas ao interesse nacional: uma visão que se aliena do mundo e do próprio País.

O meio ambiente foi tratado com desdém. As populações indígenas foram vistas como “entraves” à exploração do território e das florestas. Queimadas, desmatamento, óleo emporcalhando mares e praias, todo um cenário complicado a requerer uma atenção que não apareceu: em vez dela, sucederam-se insultos que isolaram o País.

A letalidade policial continuou a assustar. As mortes absurdas afetam principalmente os jovens, os mais pobres, os negros e mulatos, as periferias das grandes cidades. Uma parcela importantíssima da sociedade está sendo dizimada, encurralada, amedrontada.

A área da Cultura concentrou as principais aberrações, com encarregados a exhibir seu reacionarismo e seu desprezo pelos produtos e produtores culturais. O aparelhamento é ostensivo: o que importa é a fidelidade ao chefe, não a competência. Artistas foram caçados como inimigos públicos. A Educação não ficou muito atrás, com a agravante de que o responsável por ela não só demonstrou completa falta de cultura e educação, como foi de uma inoperância a toda prova. Travou uma “guerra cultural” de baixíssimo nível contra escolas, professores, universidades, pesquisadores. Fez do MEC um deserto de ideias e iniciativas.

Das áreas que deveriam iluminar e fornecer diretrizes somente saíram fachos de obscurantismo e ideologia.

Um bizarro festival de besteiras assolou o País. Entre tapas, mentiras e fake news, instituiu-se a era da pós-verdade. A complexidade do Brasil e do mundo foi ignorada, esteve além do entendimento médio do governo. Autoridades públicas e agentes do Estado disputaram entre si para estabelecer quem fala a barbaridade maior, quem exhibe a grosseria mais extremada ou demonstra a ignorância mais avessa à ciência e aos valores básicos da vida moderna. O presidente não demonstrou compostura ou respeito à liturgia do cargo que ocupa. Houve racismo explícito, preconceitos, difamações, ataques a direitos. A milícia digital foi abertamente incentivada. Consta que é coordenada por um “gabinete do ódio” instalado no Palácio do Planalto. O sectarismo deu o tom.

Obscurantistas empedernidos, monarquistas sem nobreza, filósofos de araque capricham em discursos e postagens que usam a religiosidade xucra para imbecilizar a população. O compósito é chocante. A Terra é plana, o aquecimento global é uma balela, o rock é satânico, os territórios e a natureza devem ser apropriados sem dó. Aos que pensam de outro modo, o fogo do Inferno.

Os colaboradores de Bolsonaro – civis e militares – mostraram-se mais serviçais do que se poderia imaginar. O capitão submeteu os generais. 2019 terminou com o País em regressão civilizatória, com muitos ataques e denúncias, à esquerda e à direita, mas nenhum debate.

Reforçou-se uma estranha dialética: o presidente tem alta impopularidade, mas é seguido por uma trupe de apoiadores que bebem suas palavras como se destilassem o soro da verdade e acreditam que é preciso, mesmo, “evitar a volta da esquerda”. É o que permite a um governo fraco falar grosso e sonhar com o futuro.

O Executivo não produziu, mas houve quem fez por ele. A Câmara e o Senado organizaram uma pauta “reformadora” e compensaram a inação governamental. O Supremo Tribunal Federal limitou excessos. Até a alquebrada Lava Jato ficou em evidência. A impressão foi de que havia um governo ativo, mas a falta de articulação entre os Poderes foi completa.

Consolidou-se a ideia de que é preciso administrar a crise fiscal e dinamizar a economia. Mas, no jogo que está sendo jogado, as cartas escondem blefes, os jogadores não revelam seus truques e a plateia acompanha sem entender os desfechos prováveis. Nada se fala sobre bem-estar, distribuição de renda, igualdade social e respeito. Na falta de um projeto nacional que proponha a reorganização democrática do País, as propostas governamentais vão passando, sem alternativas.

Um gestual, uma narrativa, atos em série – coerção à imprensa, ataques às instituições, agressões a minorias – soltaram um bafo de autoritarismo. O oficialismo quis passar a sensação de que tudo está “normal”. É uma “normalidade” fajuta, que intimida a população e abre espaços para fanáticos e radicais de direita, impulsionados pela ignorância que vai sendo decantada para a população a partir das cúpulas do governo.

Os democratas não podem assistir passivamente à onda de boçalidade e autoritarismo que se impõe, meio como pastiche, meio como pantomima. Precisam organizar uma agenda que congregue os que fazem da democracia uma praia comum, a ser defendida e

valorizada. Não há mais tempo para projetos personalistas e cálculos partidários egoístas. Basta de divergências inúteis, diversionistas.

Complexidade do Brasil e do mundo esteve além do entendimento médio do governo em 2019

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Presidente passará o réveillon em base naval na Bahia

Bolsonaro viaja sem a primeira-dama, que, segundo ele, passará por cirurgia;

Michelle diz que ‘não é grave’

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro embarcou ontem para a Base Naval de Aratu, na Bahia – a cerca de 40 quilômetros de Salvador –, onde passará o réveillon. A expectativa é de que ele só retorne a Brasília no dia 5 de janeiro. A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, não acompanha o presidente. Bolsonaro afirmou que ela não viajaria porque seria submetida a uma cirurgia, sem detalhar o procedimento.

“Não (Michelle não vai à Bahia), ela está com um problema de... Problema não, vai fazer uma, talvez uma cirurgia nesses dias aí”, disse ele. Mais tarde, a própria primeira-dama falou com jornalistas e disse que o procedimento “não é grave”.

Bolsonaro mencionou a cirurgia ao ser questionado por jornalistas quem o acompanharia na viagem à Bahia. Disse que sua filha, Laura, e um irmão viajariam com ele. Bolsonaro afirmou que pretende pescar e brincar com a filha.

O presidente estava em frente ao Palácio da Alvorada, onde cumprimentava apoiadores. Em um primeiro momento, Bolsonaro disse que não iria responder a perguntas da imprensa e pretendia somente desejar uma boa passagem de ano a todos, porque queria “curtir a semana em paz”.

“Espero continuar melhorando, não é fácil, né? Pegamos um carro velho, mas com muito potencial e vamos continuar reformando esse carro, aí, afinal de contas, todos nós dependemos dele”, disse sobre suas esperanças para 2020.

Enquanto o presidente pedia mais compreensão da imprensa, um apoiador perguntou se ele iria trocar o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Você é repórter, cara?”, perguntou o presidente. Ao ouvir a negativa, emendou: “Então fica pra outra... A tua pergunta não cabe no momento, não. No meu governo não tem troca-troca”.

Cinema. Anteontem, no mesmo dia em que Bolsonaro questionou a qualidade dos filmes brasileiros, Michelle foi ao cinema assistir a uma produção nacional. Acompanhada do maquiador Agustin Fernandez, que passou o Natal com a família Bolsonaro, ela prestigiou a estreia de Minha Mãe é uma Peça 3, em Brasília. O momento foi registrado e compartilhado na conta oficial da primeira-dama no Instagram. “No escurinho do cinema”, escreveu Michelle em cima da foto na qual apareceu ao lado de Fernandez.

Em transmissão ao vivo no Facebook, anteontem, Bolsonaro defendeu a renovação da Cota de Tela, medida que estabelece um número mínimo de filmes nacionais que devem

ser exibidos nas salas de cinema do País em 2020. O objetivo do decreto é evitar que produções estrangeiras façam ocupações predatórias.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC muda regra para o FIES e pode cobrar na justiça 584 mil alunos em atraso. Com expectativa de atingir no ano que vem o auge da inadimplência, programa vai oferecer menos financiamentos a partir de 2021; haverá exigência de nota mínima de 400 na Redação do Enem para firmar contratos. Faculdades particulares criticam medida

Após ser extinto e recriado em oito dias, o seguro por danos pessoais causados por veículos automotores, o DPVAT, custará R\$ 5,23 para carros – 68% menos que neste ano. Motociclistas pagarão R\$ 12,30. O seguro é cobrado em cota única junto com o IPVA.

Com expectativa de ter em 2020 o recorde de inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Ministério da Educação (MEC) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano. Resolução publicada ontem no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2.º semestre de 2017, que somam rombo de R\$12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas por juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década.

O balanço de contratos com potencial de cobrança na Justiça consta em nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelo Fies, de 18 de dezembro.

A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No 1.º semestre deste ano, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso – 47% atrasados em mais de 90 dias, quando se passa a considerar o aluno inadimplente. Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer em 2020, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 – auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos – para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina.

Entre as alterações para novos contratos está a exigência de o aluno ter nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, só se exigia não zerar a Redação, além de média 450 na parte objetiva (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) da prova, o que foi mantido. Segundo o MEC, as novas regras “privilegiam a meritocracia”.

Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas. Criticam ainda regras que tornam mais difíceis o acesso ao financiamento. O Estado apurou que empresários do setor temem que o MEC use a alta inadimplência como justificativa para “desidratar” o Fies, com regras que o tornem inviável. Já economistas têm apontado a necessidade de

tornar o Fies sustentável, de modo a pesar menos nas contas públicas.

A resolução prevê ainda reduzir para a metade o total de vagas

oferecidas em 2019 – são previstos 54 mil financiamentos por ano a partir de 2021. O acesso ao Fies está mais difícil desde 2015 e boa parte das vagas fica ociosa por causa da mudança de regras – como a eliminação do financiamento 100% e a exigência de nota mínima no Enem.

Reações. “O aluno de família de baixa renda não consegue alcançar essa nota e fica fora do programa. E é esse jovem que também não consegue entrar em uma universidade pública”, afirma Sólton Caldas, da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Rodrigo Capelato, do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (Semesp), diz que o País estava bem economicamente e houve incentivo para que o jovem recorresse ao programa. “Mas, quando ele se formou, o Brasil estava em crise, sem emprego.”

Criado em 1999, o Fies teve explosão de contratos em 2010, quando os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, a exigência de fiador foi relaxada e o prazo de quitação, alongado. Muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a mensalidade, mas a entrar no Fies, transferindo o risco de inadimplência para o governo.

Fernanda Teixeira, de 28 anos, firmou o contrato do Fies em 2014, no pico do programa, para estudar Letras. Formada em 2017, nunca conseguiu trabalhar na área em que se graduou nem pagou nenhuma parcela, de R\$ 21 mil. “Eu não teria conseguido fazer faculdade sem Fies, mas, se soubesse que estaria nesta situação, não faria a dívida. Sou a única da família com ensino superior, mas meu nome está sujo e não consigo trabalhar na área que gostaria. É muito frustrante”, conta ela.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Financiamento privado já supera o público

O MEC deixou nos últimos anos de ser o principal financiador de estudantes no ensino superior privado. Em 2018, pela primeira vez, o número de financiamentos privados superou os dois principais programas do governo federal, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Dados do Censo da Educação Superior mostram a expansão de formas alternativas no mercado particular, como contrato com bancos privado, empresas especializadas em crédito estudantil e empréstimos ou concessão de bolsas nas próprias faculdades, que já chega a 1,6 milhão de matrículas.

Em 2018, Fies e ProUni somaram 1,3 milhão de matrículas. Até 2016, o Fies era, sozinho, o responsável pela maior parte dos financiamentos. No ano passado, o número de graduandos com contrato com o Fundo já era 30% menor (820 mil).

“Com a sinalização de que os programas não seriam mais prioridade do governo, as faculdades começaram a buscar alternativas”, diz Rodrigo Capelato, diretor do

Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

No total de financiamentos particulares também estão inclusas as bolsas concedidas dentro de programas governamentais – em contrapartida, elas recebem isenção fiscal ou abatem dívidas com a União.

Há dois anos, quando decidiu fazer graduação, Juliana Carvalho, de 24 anos, viu muitos dos seus amigos do ensino médio já endividados com o Fies e foi aconselhada a não pegar financiamento. “Até hoje eles não sabem como vão pagar. Decidi que esperaria até ter condições de bancar a mensalidade.”

No início do ano, ela conseguiu, por meio da plataforma Quero Bolsa, um desconto de 70% para cursar Fotografia, tendo que pagar mensalidade de R\$ 300. “O valor cabe no meu orçamento e não vai me comprometer futuramente. Preferi esperar um ano do que começar a faculdade sem saber com que dívida sairia no final.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

As respostas de Papai Noel a políticos do país

Na semana passada, esta coluna publicou com exclusividade cartas ao Papai Noel escritas por algumas das pessoas mais importantes do Brasil. Aqui as respostas do bom velhinho, três dias depois do Natal.

Bolsonaro - O presidente pediu para se ver livre dos jornalistas que não saem de seu pé. Noel respondeu assim: “Impossível ajudá-lo. Por regras ancestrais, não tenho o direito de atentar em nenhuma hipótese contra a democracia. Jornalistas e liberdade de imprensa são fundamentais para a manutenção do estado de direito. Mesmo que pudesse, não lhe ajudaria por questões éticas. Com jornalistas, menu caro, é melhor já ir se acostumando”.

Guedes - O ministro da Fazenda pediu ajuda para aprovar as reformas que faltam, já que o seu chefe não colabora. Veja a resposta do velhinho: “Mesmo de longe dá para ver que o seu superior não ajuda mesmo. O seu colega Sergio Moro padece do mesmo problema. Ocorre que dentre as minhas atribuições não constam Medidas Provisórias e Projetos de Lei. Sorte sua que, ao contrário do Moro, você tem o Rodrigo Maia”.

Weintraub - O ministro da Educação na corda bamba pediu para Papai Noel ajudá-lo a não ser demitido, já que ele queria continuar inventando piadinhas bobas e xingando quem lhe desse na telha desde o gabinete na Esplanada. Resposta: “Nem que pudesse iria ajudá-lo. Você é o pior e mais caótico ministro da Educação do Brasil que eu já conheci, e olha que eu ando por aqui há anos. Se me pedissem conselho, recomendaria sua imediata exoneração. Dizem que você chega a ser pior que o seu antecessor, que sequer falava o idioma pátrio”.

Dameres - Ela pediu um vestido azul, jurando usá-lo escondida dentro de casa. Papai Noel foi simpático: “Pedido atendido, menina. Mas recomendo que use o vestido azulem cerimônias públicas e oficiais. Vai engrandecê-la”.

Zero Um - Pediu para Noel livrá-lo do Queiroz de uma vez por todas. A resposta foi assim: “Para eu poder sumir com uma pessoa, é preciso que primeiro ela apareça. Vai

ser difícil atender sua demanda, guri”.

Zero Dois - Este queria permissão para voltar para as redes sociais. O bom velhinho escreveu: “Eu vi que você já voltou, mas não foi coisa minha. Não tenho nada com isso. E pare de me chamar de papi”.

Zero Três - Mandou carta pedindo uma boia para o verão de Angra, já que não conseguiu ganhara embaixada nos EUA. Resposta: “Pedido atendido. Mas eu vi que o menino, o Quatrinho, pegou sua boia antes de você acordar para brincar sozinho. Resolva isso com ele, me deixe fora dessa”.

Lula - O ex-presidente pediu paranã os ermais vaiado e voltara ser tratado como antigamente: “Imagino que deve ser chato mesmo ser aplaudido só pelas turmas doBo ulose d oS tédile.Di retamente,não posso ajudá-lo, mas tenho uma dica. Quem sabe você não faz uma autocrítica pública, séria e pra valer. Um pouco daquele Lulinha Paz e Amor também não atrapalharia”.

Witzel - O governador queria mais dez mil no seu contracheque. Noel foi direto ao ponto: “Não consigo dar aumento nem para os meus anõezinhos aqui, imagine para o governador do Rio. Mas tenho certeza de que se você mandar um projeto para a Alerj a turma aprova isso lá bem rapidinho. É só prever um efeito cascata que a coisa passa mesmo sem pedido de urgência”.

Crivella - Este queria aprender a gerenciar uma coisa, qualquer coisa. O velhinho explicou por que seria impossível atender ao pedido: “Pau que nasce torto, morre torto, meu filho. Se ao 62 anos você ainda não aprendeu aritmética, quem sou eu para te consertar?”.

Jorge Jesus - O técnico do Flamengo pediu o último título da temporada, o de campeão mundial: “Eu bem que tentei, você viu meu esforço para reduzir o ímpeto do seu adversário. Mas você não ajudou. Com aquelas mudanças que você fez no time no segundo tempo, nem Deus te salvaria, Jesus. Quem sabe no próximo ano?”

Férias. Estarei fora em janeiro. De volta com vocês no dia 1º de fevereiro. Feliz ano novo a todos.

topo 

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

País terá encontro marcado com o gargalo da qualificação.

Há números indicando melhora no mercado de trabalho. É muito lenta, mas no Brasil de hoje comemora-se qualquer pequeno avanço

O desemprego caiu. Quem conhece as minúcias dos números sabe que foi um pouco melhor do que o esperado. Quem vê o quadro geral entende que não foi uma mudança relevante, porque o país ainda tem a multidão de 11,9 milhões de desempregados. E isso é mais do que um Portugal. E ainda tem 4,7 milhões de desalentados. Que é igual a uma Nova Zelândia. E tem 26,6 milhões de trabalhadores subutilizados, o que é mais do que toda a população da Austrália. Some-se os três países e se tem uma dimensão aproximada do problema brasileiro no mercado de trabalho.

A taxa, contudo, caiu para 11,2% no trimestre terminado em novembro. Era 11,8% no trimestre anterior que terminou em agosto. O mercado achou que cairia para 11,4%.

Então, quando se diz que é melhor do que o esperado está se falando de dois pontos depois da vírgula. Há notícias boas nos entremeios dos números. A lupa do jornalismo de economia consegue notar. O emprego formal subiu 1,1% em relação ao trimestre anterior, o que é mais 378 mil pessoas trabalhando com carteira. A taxa de desemprego sempre cai no fim do ano por causa da contratação dos temporários. Alguns desses podem ter sido contratados pelo comércio para as vendas do Natal. Mas como o Natal foi um pouco mais gordo do que o esperado e há um clima de que o ano que vem a economia como um todo será melhor do que este ano, é possível que muitos permaneçam. A taxa vinha melhorando 0,1 ponto percentual comparada com o mesmo período do ano anterior e desta vez subiu 0,4.

Estamos no Brasil comemorando qualquer avanço depois da vírgula já que o desemprego desembestou para patamares cada vez mais altos desde o começo de 2015 até 2017. E de lá vem caindo muito devagar. E pelo visto continuará nesse passo. O secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que há boas expectativas de que o desemprego caia para um dígito, ou seja, abaixo de 10%. Até 2022.

Esse parece ser o horizonte das nossas possibilidades. Um avanço bem lento, gradual — e nada seguro — do número de pessoas que mensalmente procuram emprego e não encontram. Ainda temos três milhões a menos de vagas formais do que o país tinha em 2014. O emprego tem sido puxado pelos trabalhadores por conta própria — os que criam seu próprio trabalho por empreendedorismo ou desespero — e os trabalhadores informais. O número mais triste talvez seja o dos desalentados. Eles já não procuram mais. E essa taxa está estável há tempos. Antes da crise eram 1,4 milhão e agora o número é 4,7 milhões. E está assim entra mês e sai mês. Fica tudo na mesma. O número não mudou na comparação com o mesmo trimestre de 2018. O governo mandou ao Congresso um programa de estímulo ao primeiro emprego, mas atrelando o seu financiamento a uma taxa cobrada dos que recebem seguro-desemprego. Marinho disse que cabe ao Congresso encontrar outra fonte. Na verdade, deveria o Congresso devolver o projeto para que ele seja aperfeiçoado. Definir uma fonte inaceitável e lavar as mãos é fácil. Houve outra melhora. A massa de rendimentos subiu 3% na comparação com 2018 e 2,1% em relação ao trimestre terminado em agosto. É assim que se vai notando o que há de positivo no mercado de trabalho, aos poucos e na margem. Em dezembro sempre há um número ruim no Caged, que mede o mercado formal. Normalmente o saldo de contratações e demissões é negativo no mês. Da mesma forma que a Pnad Contínua, o indicador mais geral de pessoas trabalhando, tem em dezembro seu melhor índice do ano, para voltar a piorar no começo do ano seguinte.

Quando a economia retomar o crescimento mesmo, o país terá um encontro marcado com outro tipo de gargalo no mercado de trabalho: a falta de trabalhadores com a qualificação que os empregadores vão procurar. A forma de produção está mudando muito rapidamente, as exigências do mercado de trabalho são cada vez mais sofisticadas, a tecnologia transforma tudo de forma avassaladora. Olhando para esse futuro, o melhor remédio sempre foi e sempre será a educação. Uma educação ampla, inclusiva, atualizada. Claro que os leitores sabem que o Brasil está perdendo tempo com ideias delirantes no Ministério da Educação, por isso nem falarei no assunto. Apenas registro que parte da solução é aumentar o nível educacional dos brasileiros.

[topo](#)

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Oferta de vagas do Fies terá redução em 2021

■O Ministério da Educação publicou ontem, no Diário Oficial da União, as resoluções que determinam mudanças no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e no Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies). Entre as alterações está o Plano Trienal do Fies, que reduz o número de vagas ofertadas, passando de 100 mil, em 2020; para 54 mil, em 2021 e 2022. As resoluções ainda modificam regras do P-Fies, que deixa de considerar obrigatória a participação do candidato no Enem; e, também, não estabelece limites para a renda familiar per capita dos beneficiados, anteriormente fixada em até 5 salários mínimos.

Capex abre cadastro em cursos de licenciatura

■A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** abriu, na quinta-feira (26/12), o cadastro para professores da rede pública que tenham interesse em cursar licenciaturas em suas áreas de atuação. As informações podem ser encaminhadas, por meio do portal da **Capex** (www.capes.gov.br), até 31/1/20. O professor interessado deve cadastrar o currículo e preencher um formulário com informações sobre formação e atuação profissional. A iniciativa contribui para o fomento à formação de professores, previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). O Manual do usuário está em bit.ly/2F06xGO.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Capex abre vagas para cursos em licenciatura

AGÊNCIA BRASIL

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** recebe até 31 de janeiro de 2020 os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020. Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capex** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas a ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil - que fomentam cursos de licenciatura - já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

PROFESSORES INTERESSADOS EM CURSAR LICENCIATURA JÁ PODEM SE INSCREVER

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** abriu inscrições para professores interessados em cursar licenciaturas. As informações podem ser encaminhadas até 31 de janeiro de 2020. O docente deve cadastrar o currículo e preencher um formulário sobre formação e atuação profissional. Em seguida, os dados serão verificados pela secretaria de educação estadual ou municipal. Dessa forma, será possível verificar a formação atual dos professores e qual é a demanda por capacitação. Os dados vão orientar o planejamento dos programas de formação inicial da educação básica no próximo ano.

topo ↕

O POVO - CE - COLUNISTAS

Doutorado

A Uece tem motivos de sobra para estourar champanha. No finalzinho deste ano, a **Capes** aprovou o doutorado profissional da Instituição na área da Biotecnologia em Saúde Humana e Animal com conceito 4 (máximo é 5). Com edital de seleção saindo em janeiro.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - COLUNAS

Capacitação de professores

A melhora na qualidade da educação brasileira está ligada à capacitação de professores. Por esse motivo, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai selecionar 480 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos. A iniciativa, de cooperação internacional para formação de professores da educação básica, faz parte do Programa Desenvolvimento Profissional De Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). O edital de seleção foi publicado nesta segunda-feira, 23 de dezembro, no Diário Oficial da União.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Resultados do Enade 2019 são antecipados pelo Ministério da Educação

A divulgação do resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) foi antecipado em dez dias pelo Ministério da Educação (MEC). O adiantamento desse processo tem o objetivo de agilizar a colação de grau nos cursos superiores avaliados em 2019.

Os relatórios estão disponíveis para consulta pelos gestores dos cursos através do sistema Enade, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para os alunos concluintes da graduação que não realizaram o exame, o Inep orienta que façam a solicitação de dispensa da prova através do coordenador do curso, protocolando o pedido no site do Enade. O período de justificativa de ausência segue até 5 de fevereiro de 2020.

Também nesse mesmo prazo, as instituições de ensino superior poderão apresentar solicitações de dispensa para os estudantes que não compareceram devido a compromissos acadêmicos ou atividades de responsabilidade da própria instituição. Todas as justificativas irão passar por avaliação do MEC.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, instituído no ano de 2004, é um certame que substituiu o Exame Nacional de Cursos, antigo provão. Tal certame avalia o desempenho dos concluintes dos cursos de graduação em uma prova com os conteúdos programáticos baseados nas diretrizes curriculares dos cursos.

Neste ano, 1,2 milhão de estudantes se inscreveram para realizar a prova. Os alunos avaliados eram vinculados a 8 mil cursos em todo o Brasil, considerando 29 áreas distintas de conhecimento, distribuídas em agronomia, arquitetura e urbanismo, biomedicina, educação física, engenharias, dentre outras.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

MP será analisada pelo Supremo

Modificações no sistema de escolha de reitores de universidades federais, definidas pelo presidente Jair Bolsonaro, são objeto de mandado de segurança

Alvo de uma série de questionamentos da comunidade acadêmica, a Medida Provisória (MP) 914, publicada nesta semana pelo presidente Jair Bolsonaro, agora é alvo de um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). O mandado, de autoria do deputado Elias Vaz (PSB-GO), foi levado à Corte na sexta-feira, com o objetivo de suspender os efeitos da MP 914, que trata do processo de escolha de reitores e diretores de universidades e institutos federais.

“Bolsonaro viola o artigo 207 da Constituição Federal, que prevê a autonomia das universidades. Além disso, não há urgência e relevância que justifiquem o ato da Presidência da República, banalizando a função das medidas provisórias”, afirma o deputado. A relatoria do caso foi sorteada para a ministra Rosa Weber. Como o STF está em período de recesso, o pedido poderá ser analisado pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, a quem cabe fazer despachos considerados urgentes neste período.

Se Toffoli entender que não há urgência, a concessão de medida liminar pode ser apreciada por Rosa Weber, a partir de fevereiro quando o STF retoma regularmente as suas atividades. “A Medida Provisória combatida é uma forma canhestra obtida pelo Presidente da República como instrumento de efetiva intervenção na autonomia administrativa e gerencial das instituições de ensino superior”, declara Elias Vaz, em seu pedido.

Por ser MP, tem efeito imediato e validade de até 120 dias para ser analisada pelo Congresso. Como mostrou reportagem do jornal O Estado de S.Paulo, o governo Jair Bolsonaro poderá nomear 24 dirigentes de universidades federais e nove de institutos federais de ensino em 2020, segundo o Ministério da Educação (MEC).

A pasta diz que o objetivo é reduzir a judicialização na nomeação de dirigentes - houve sete ações na Justiça sobre o tema este ano - e tornar o trâmite mais seguro e transparente. Reitores contestaram a medida. A Associação de Reitores das Federais (Andifes) e a Frente Parlamentar de Valorização das Universidades também questionaram o uso de uma MP para fazer a mudança. Segundo as entidades, não há urgência que justifique o uso da medida provisória e seria necessário debate com a comunidade acadêmica e o Congresso.

A consulta acadêmica que elege reitores de universidades e institutos federais possui

novas regras após a edição da MP. A medida estabelece que os votos de professores, funcionários e alunos terão pesos diferentes, acabando com a paridade da eleição. Outra modificação é que passa a valer aos candidatos a reitores e pró-reitores as mesmas regras previstas na Lei da Ficha Limpa. Além disso, o texto põe fim à possibilidade de reeleição após o mandato de quatro anos.

A lei anterior determinava pesos iguais para professores, funcionários e alunos. Mas antes da publicação da MP, as instituições tinham autonomia para definir os critérios que seriam aplicados na escolha dos dirigentes. Em dezembro de 2018 uma nota técnica do Ministério da Educação (MEC) determinou o peso de 70% para os docentes. A regra foi mantida nesta nova publicação. A partir de agora, a escolha dos servidores técnico-administrativos e dos estudantes representa 15% cada. Se as regras forem desrespeitadas, a eleição pode ser cancelada.

A escolha dos reitores é feita em duas etapas. Na primeira, os candidatos se dividem em chapas e passam por consulta acadêmica. Os três candidatos mais votados formam a lista tríplice, que é enviada ao Executivo por ordem decrescente de votação. Depois, o presidente escolhe um deles que pode ou não ser o mais votado pela comunidade.

O texto ainda estabelece a nomeação de reitores temporários pelo próprio ministro da educação em casos de vacância diante da “impossibilidade de homologação do resultado da votação em razão de irregularidades verificadas no processo de consulta”. No entanto, a determinação não deixa claro quais seriam essas irregularidades. As regras valem também para institutos federais, que anteriormente apenas enviavam um nome ao presidente e agora terão que enviar uma lista tríplice.

Depois de ser empossado, o reitor terá o direito de escolher o vice e os diretores, que irão administrar os campi. Antes o vice-reitor era eleito na mesma chapa do titular e os diretores eram escolhidos por eleições internas de órgãos representativos. (Estadão Conteúdo e reportagem local)

topo 

ESTADO DE MINAS - MG - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Fies exige nota mínima e vagas podem encolher

Condições econômicas podem reduzir vagas de 100 mil em 2020 para 54 mil nos dois anos seguintes

O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União de ontem resoluções com mudanças em regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies). Entre as novas normas está a exigência de desempenho mínimo no Enem para que o estudante pleiteie o Fies e o fim da limitação de renda para que o aluno tenha acesso ao P-Fies.

O comitê gestor responsável pela área também aprovou a possibilidade de redução das vagas ofertadas pelo governo federal aos estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis, que podem cair quase pela metade em 2021 e 2022. Essas vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil nos dois anos seguintes, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Em relação ao desempenho para acesso ao Fies, será exigido do candidato nota igual ou

superior a 400 pontos na redação do Enem. Até então era necessário apenas que o aluno não tirasse zero nesse teste. A resolução prevê também que a média aritmética das notas nas cinco provas do exame seja igual ou superior a 450 pontos. Já o P-Fies deixa de ter limitações em função da renda do beneficiado.

Antes, essa modalidade era voltada a estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não excedesse cinco salários mínimos. Mantido por fundos constitucionais e de desenvolvimentos e por bancos privados, o P-Fies deixa de considerar obrigatório que o candidato faça o Enem para participar do programa.

O Fies tem por objetivo facilitar, via financiamentos, o acesso de estudantes ao ensino superior oferecido por instituições privadas. Em 2018, o programa foi dividido em Fies Juro Zero, financiado pelo governo federal e voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos; e P-Fies, modalidade na qual o financiamento é obtido junto a bancos privados, o que implica cobrança de juros.

Para o primeiro, as mudanças começam a valer a partir do primeiro semestre de 2021. Já as alterações do P-Fies, vigoram a partir do segundo semestre de 2020. De acordo com o MEC, as mudanças, que já haviam sido anunciadas pelo Comitê Gestor do Fies no dia 20 de dezembro, foram feitas para garantir “a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

Um dos motivos para as mudanças nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência no programa, casos de estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. O percentual de inadimplência chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos. A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos. Hoje, segundo a pasta, a cobrança de valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

topo 

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Governo reduz oferta do Fies em 2021

BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro reduziu quase pela metade a previsão de oferta de contratos do Financiamento Estudantil (Fies) a partir de 2021. O volume passa de 100 mil em 2020 para 54 mil no ano seguinte. O Ministério da Educação (MEC) ainda editou novas regras que aumentam a exigência de desempenho mínimo no Enem para os candidatos e regula a cobrança judicial de inadimplentes. Pelo Fies, o governo paga as mensalidades de estudante em instituições de ensino superior privadas e os beneficiários pagam o financiamento após a formatura.

As regras atuais continuam a valer para o primeiro semestre de 2020. As inscrições vão de 5 de fevereiro ao dia 12 do mesmo mês e serão oferecidos 70 mil contratos neste período. A previsão é de outras 30 mil vagas no segundo semestre. Mas a oferta de

contratos será reduzida fortemente a partir de 2021. No primeiro semestre, a previsão é de 44.981 vagas e somente 9.874 no segundo semestre. Os mesmos quantitativos são esperados para 2022, de acordo com o plano desenhado pelo Comitê Gestor do Fies.

O desempenho mínimo exigido do candidato será maior a partir de 2021. Além de obter média de 450 pontos na prova objetiva do Enem, como ocorre desde 2015, o participante também deverá alcançar nota mínima de 400 pontos na redação – a regra atual exige apenas nota acima de zero.

O candidato deve ter renda de até três salários mínimos per capita para conseguir o financiamento. O MEC afirma que as novas regras prezam pela valorização do mérito, mas as notas de corte mais altas tendem a reduzir o número de candidatos pobres aptos ao financiamento.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Mudanças nas regras do Fies

ENSINO Ministério da Educação anunciou novas normas na regulamentação do fundo para 2021 e no P-Fies para o 2º semestre de 2020

O Ministério da Educação divulgou duas resoluções com mudanças nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) – a partir de 2021 – e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) – válidas para o segundo semestre do ano que vem.

As resoluções foram publicadas no Diário Oficial da União dessa sexta-feira (27). Entre as regras novas para o Fies, está a disposição sobre a exigência de obtenção de notas mínimas no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) para participação nos processos seletivos do programa a partir do primeiro semestre de 2021. Segundo a resolução, será exigida: média aritmética das notas nas cinco provas do Enem igual ou superior a 450 pontos; e nota na prova de redação do Enem igual ou superior a 400 pontos. Questionada, a pasta informou que cerca de 10% dos inscritos no último processo não atingiram o desempenho mínimo que será exigido a partir de 2021.

A nota média nacional na redação foi de 522,8 na última prova, segundo o MEC. O Diário Oficial da União traz ainda resolução do Comitê Gestor do Fies que dispõe sobre a regulamentação dos aditamentos de renovação, transferência de curso ou de instituição de ensino, de suspensão temporária, de encerramento antecipado e de dilatação do período de utilização do Fies. Segundo o texto, o estudante que se transferir de instituição de ensino permanecerá com o Fies desde que haja anuência das instituições envolvidas.

A transferência só será permitida se a média aritmética das notas obtidas pelo estudante no Enem, utilizada para sua admissão no Fies, for igual ou superior à média aritmética do último estudante pré-selecionado no curso de destino no processo seletivo mais recente do programa em que houver estudante pré-selecionado para o financiamento estudantil. O comitê aprovou também resolução que dispõe sobre o Plano Trienal e o quantitativo de vagas dos contratos de financiamento no âmbito do Fies. Para o ano de 2020, serão 100 mil vagas, condicionada ao aporte de R\$ 500 milhões no Fundo Garantidor do Fies provenientes do orçamento do MEC.

Para os anos de 2021 e 2022, estão indicadas 54 mil vagas. As regras atuais continuam a valer para o primeiro semestre de 2020. As inscrições vão de 5 de fevereiro ao dia 12 do

mesmo mês e serão oferecidos 70 mil contratos neste período. A previsão é de outras 30 mil vagas no segundo semestre. Cerca de 18% dos brasileiros que têm de 18 a 24 anos estão no ensino superior. A meta do PNE (Plano Nacional de Educação) é chegar a 33% até 2024. No auge do programa, em 2014, o Fies ofereceu 732 mil contratos.

O programa havia passado por grande expansão entre 2010 e 2014, mas de maneira descontrolada, o que provocou impactos nas contas públicas e provocou reformulações iniciadas já em 2015. Também houve mudança nas regras do chamado P-Fies, cujos contratos são mediados por bancos privados. Deixará de ser exigido participação no Enem para essa modalidade, que também não terá limite de renda (até agora, era necessário ter renda de até cinco salários mínimos per capita). Essas mudanças passam a valer a partir do segundo semestre de 2020.

O P-Fies tem juros mais altos, que seguem os praticados no mercado e variam a cada banco. Por isso, a adesão ao modelo tem sido baixa: apenas 800 contratos haviam sido fechados no primeiro semestre de 2018 apesar de uma expectativa de 75 mil. “O objetivo é retirar amarras impostas pela administração pública e dinamizar a concessão do financiamento nessa modalidade”, diz nota do MEC sobre a mudança. De acordo com a pasta, a oferta de contratos do Fies a partir de 2021 poderá ser revista, “caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”. Um dos principais motivos para as mudanças anunciadas nas regras do Fies, segundo gestões anteriores do Ministério da Educação, é a alta inadimplência no programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas.

O percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011. O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos. A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil.

O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos. Hoje, segundo a pasta, a cobrança de valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

topo 

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Ensino integral pode ser ampliado

A intenção, de acordo com a pasta, é tornar a escola mais atrativa para os estudantes

AGÊNCIA BRASIL

O Ministério da Educação (MEC) lançará um programa para ampliar o ensino integral. O projeto será levado aos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. De acordo com a pasta, um projeto piloto será implementado em 40 escolas que já ofertam ensino integral no ensino médio. O projeto será desenvolvido ao longo de 2020, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A ideia é que o programa seja lançado oficialmente em 2021.

A intenção, de acordo com a pasta, é tornar a escola mais atrativa para os estudantes. “Se analisarmos o nosso percurso educacional, vamos verificar que, do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental e do 9º ano para a 1ª série do ensino médio, perdemos muitos estudantes. Seja por abandono ou repetência”, disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo. Com a educação em tempo integral, os estudantes passam mais tempo na escola, cerca de 7 horas por dia, e participam de atividades como reforço escolar, esportes, danças, aulas de artes, comunicação e uso de mídias, entre outras atividades.

A ampliação do ensino integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), implementado pela Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7 horas ou mais até 2024.

O ÚLTIMO CENSO

Escolar mostrou que o percentual de matrículas em tempo integral diminuiu no ensino fundamental, passando de 16,3% de todas as matrículas nas escolas públicas, em 2017, para 10,9% em 2018. Esse percentual chegou a 19,4% em 2015. Nas escolas privadas, as matrículas tiveram um leve aumento, passando de 2,1% para 2,2% de 2017 para 2018. No ensino médio, a situação foi oposta.

O percentual de matrículas em tempo integral passou de 8,4% em 2017 para 10,3% em 2018, nas escolas públicas. Nas privadas, passou de 3,9% para 4% no mesmo período. O governo federal incentiva o ensino integral por meio de programas como o Mais Educação, lançado em 2007. Desde então, o programa passou por reformulações e enxugamentos.

ENSINO MÉDIO O MEC informou que vai incentivar o ensino integral em escolas de Ensino Médio. O objetivo é ampliar de 1.027 escolas para 1.527 o número de estabelecimentos em tempo integral. “Com isso, a partir de 2020, serão ofertadas 40 mil novas vagas do Ensino Médio em Tempo Integral e mais 200 mil novas vagas do Novo Ensino Médio, com o objetivo de ofertar pelo menos um itinerário formativo”, disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

[topo](#)

O TEMPO - MG - BRASIL

Candidatos ao P-Fies não precisam mais do Enem

BRASÍLIA

Uma resolução editada pelo Ministério da Educação (MEC) ontem alterou regras do Programa de Financiamento Estudantil (PFies), modalidade operacionalizada pelos bancos diretamente com os estudantes, que passarão a valer a partir do segundo semestre de 2020. Candidatos ao empréstimo não precisarão mais ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não haverá teto de renda familiar (hoje de até cinco salários mínimos per capita) e o crédito poderá ser contratado durante todo o ano. O programa ganhará, inclusive nova sigla, ainda não divulgada, para se diferenciar do Fies, que é subsidiado pelo governo com juro real zero. A nova resolução estabelece que o calendário do PFies terá independência em relação ao do Fies, que é definido pelo MEC com períodos delimitados de inscrição e renovação dos contratos já ativos. O objetivo, segundo a pasta, é dinamizar a concessão do financiamento nessa modalidade.

[topo](#)

BONDE NEWS - TEMPO REAL

Capex seleciona professores para curso de inglês nos Estados Unidos

Até o dia 14 de fevereiro de 2020, professores de língua inglesa podem concorrer a um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA. Serão selecionados mais de 400 docentes.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência.

O programa é realizado pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem. O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

*Matéria produzida com informações da Agência Brasil

topo 

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Capes abre cadastro para professores

Para nortear o planejamento de programas de formação inicial da educação básica de 2020, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** abriu o cadastro para professores da rede pública que tenham interesse em cursar licenciaturas em suas áreas de atuação. As informações poderão ser encaminhadas, por meio do portal da **Capes**, até o dia 31 de janeiro do ano que vem.

O professor interessado deve cadastrar o currículo e preencher um formulário, que solicita informações sobre formação e atuação profissional. Os dados informados serão verificados pela secretaria de educação estadual ou municipal. As informações são fundamentais para verificar a formação atual dos professores e qual é a demanda por capacitação profissional.

Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações. A iniciativa contribui para o fomento à formação de professores, previsto Plano Nacional de Educação (PNE).

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro reduz oferta do Fies a partir de 2021 e eleva desempenho mínimo no Enem

Volume de empréstimos passará de 100 mil em 2020 para 54 mil no ano seguinte; regras mudam

Brasília

O governo Jair Bolsonaro reduziu quase pela metade a previsão de oferta de contratos

do Fies (Financiamento Estudantil) a partir de 2021. O volume passa de 100 mil em 2020 para 54 mil no ano seguinte.

O MEC (Ministério da Educação) ainda editou novas regras que aumentam a exigência de desempenho mínimo no Enem para os candidatos e regulam a cobrança judicial de inadimplentes.

Pelo Fies, o governo paga as mensalidades de estudante em instituições de ensino superior privadas e os beneficiários pagam o financiamento após a formatura.

As regras atuais continuam a valer para o primeiro semestre de 2020. As inscrições vão de 5 de fevereiro ao dia 12 do mesmo mês e serão oferecidos 70 mil contratos neste período. A previsão é de outras 30 mil vagas no segundo semestre.

Mas a oferta de contratos será reduzida fortemente a partir de 2021. No primeiro semestre, a previsão é de 44.981 vagas e somente 9.874 no segundo semestre. Os mesmos quantitativos são esperados para 2022, de acordo com o plano desenhado pelo Comitê Gestor do Fies.

O desempenho mínimo exigido do candidato será maior a partir de 2021. Além de obter média de 450 pontos na prova objetiva do Enem, como ocorre desde 2015, o participante também deverá alcançar nota mínima de 400 pontos na redação —a regra atual exige apenas nota acima de zero.

O candidato deve ter renda de até três salários mínimos per capita para conseguir o financiamento. O MEC afirma que as novas regras prezam pela valorização do mérito, mas as notas de corte mais altas tendem a reduzir o número de candidatos pobres aptos ao financiamento.

Questionada, a pasta informou que cerca de 10% dos inscritos no último processo não atingiram o desempenho mínimo que será exigido a partir de 2021. A nota média nacional na redação foi de 522,8 na última prova, segundo o MEC.

Cerca de 18% dos brasileiros que têm de 18 a 24 anos estão no ensino superior. A meta do PNE (Plano Nacional de Educação) é chegar a 33% até 2024.

No auge do programa, em 2014, o Fies ofereceu 732 mil contratos. O programa havia passado por grande expansão entre 2010 e 2014, mas de maneira descontrolada, o que provocou impactos nas contas públicas e provocou reformulações iniciadas já em 2015.

As taxas de inadimplências também aumentam a cada período. Até agosto deste ano, havia 425,9 mil contratos com atrasos superiores a um ano.

Em resolução publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (27), o governo regulamentou a cobrança judicial de débitos referentes a financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017. Estão sujeitos à cobrança, que será feita pelos bancos financiador, pessoas com atrasos superiores a um ano.

O MEC dificultou ainda a transferência de cursos de alunos beneficiados. Será necessário ter obtido no Enem resultado igual ou superior à nota de corte do curso de

destino desejado. "Mais uma vez, a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados", diz o MEC em nota.

Também houve mudança nas regras do chamado P-Fies, cujos contratos são mediados por bancos privados. Deixará de ser exigido participação no Enem para essa modalidade, que também não terá limite de renda (até agora, era necessário ter renda de até cinco salários mínimos per capita).

Essas mudanças passam a valer a partir do segundo semestre de 2020. O P-Fies tem juros mais altos, que seguem os praticados no mercado e variam a cada banco. Por isso, a adesão ao modelo tem sido baixa: apenas 800 contratos haviam sido fechados no primeiro semestre de 2018 apesar de uma expectativa de 75 mil.

"O objetivo é retirar amarras impostas pela administração pública e dinamizar a concessão do financiamento nessa modalidade", diz nota do MEC sobre a mudança.

De acordo com o MEC, a oferta de contratos do Fies a partir de 2021 poderá ser revista, "caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC".

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC quer ampliar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental

O Ministério da Educação (MEC) lançará um programa para ampliar o ensino integral. O projeto será levado aos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. De acordo com a pasta, um projeto piloto será implementado em 40 escolas que já ofertam ensino integral no ensino médio. O projeto será desenvolvido ao longo de 2020, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A ideia é que o programa seja lançado oficialmente em 2021.

A intenção, de acordo com a pasta, é tornar a escola mais atrativa para os estudantes. "Se analisarmos o nosso percurso educacional, vamos verificar que, do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental e do 9º ano para a 1ª série do ensino médio, perdemos muitos estudantes. Seja por abandono ou repetência", disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

Com a educação em tempo integral, os estudantes passam mais tempo na escola, cerca de 7 horas por dia, e participam de atividades como reforço escolar, esportes, danças, aulas de artes, comunicação e uso de mídias, entre outras atividades.

A ampliação do ensino integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), implementado pela Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7 horas ou mais até 2024.

O último Censo Escolar mostrou que o percentual de matrículas em tempo integral diminuiu no ensino fundamental, passando de 16,3% de todas as matrículas nas escolas públicas, em 2017, para 10,9% em 2018. Esse percentual chegou a 19,4% em 2015. Nas escolas privadas, as matrículas tiveram um leve aumento, passando de 2,1% para 2,2% de 2017 para 2018.

No ensino médio, a situação foi oposta. O percentual de matrículas em tempo integral

passou de 8,4% em 2017 para 10,3% em 2018, nas escolas públicas. Nas privadas, passou de 3,9% para 4% no mesmo período.

O governo federal incentiva o ensino integral por meio de programas como o Mais Educação, lançado em 2007. Desde então, o programa passou por reformulações e enxugamentos.

Ensino médio

O MEC informou que vai incentivar o ensino integral em escolas de ensino médio. O objetivo é ampliar de 1.027 escolas para 1.527 o número de estabelecimentos em tempo integral. "Com isso, a partir de 2020, serão ofertadas 40 mil novas vagas do Ensino Médio em Tempo Integral e mais 200 mil novas vagas do Novo Ensino Médio, com o objetivo de ofertar pelo menos um itinerário formativo", disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

O ensino médio passará, no país, por reformulações. Pelo novo modelo, ainda em fase de implementação, os estudantes têm uma formação comum em todo o país, definida pela Base Nacional Comum Curricular, e, no restante do tempo, podem aprofundar a formação em um itinerário formativo nas áreas de linguagens, ciências da natureza, ciências humanas, matemática ou ensino técnico.

Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5 horas por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7 horas.

Educação infantil

Na educação infantil, o MEC vai reestruturar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). "Nossa grande aposta é a reestruturação e manutenção do Proinfância para que possamos efetivamente ter um programa para atender a necessidade da educação infantil", disse Macedo.

O programa foi instituído em 2007, para oferecer assistência técnica e financeira a municípios e ao Distrito Federal para a construção de creches e pré-escolas, além de ajudar na aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil. Janio Macedo não detalhou quais mudanças serão feitas.

De acordo com o secretário, a educação infantil é uma das prioridades do MEC para 2020. No próximo ano, a pasta também focará na maior participação dos professores para a efetiva implementação da Base Nacional Comum Curricular. A base estabelece o mínimo que todos os estudantes brasileiros têm direito de aprender na escola, desde a educação infantil ao ensino médio. No ensino infantil e fundamental, a Base Nacional deve chegar em 2020.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer levar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental

O Ministério da Educação (MEC) lançará um programa para levar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. De acordo com a pasta, um projeto piloto será implementado em 40 escolas que já ofertam ensino integral no ensino médio. O projeto será desenvolvido ao longo de 2020, em conjunto com o Conselho Nacional

de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A ideia é que o programa seja lançado oficialmente em 2021.

A intenção, de acordo com a pasta, é tornar a escola mais atrativa para os estudantes. “Se analisarmos o nosso percurso educacional, vamos verificar que, do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental e do 9º ano para a 1ª série do ensino médio, perdemos muitos estudantes. Seja por abandono ou repetência”, disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

Com a educação em tempo integral, os estudantes passam mais tempo na escola, cerca de 7 horas por dia, e participam de atividades como reforço escolar, esportes, danças, aulas de artes, comunicação e uso de mídias, entre outras atividades.

A ampliação do ensino integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), implementado pela Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7 horas ou mais até 2024.

O último Censo Escolar mostrou que o percentual de matrículas em tempo integral diminuiu no ensino fundamental, passando de 16,3% de todas as matrículas nas escolas públicas, em 2017, para 10,9% em 2018. Esse percentual chegou a 19,4% em 2015. Nas escolas privadas, as matrículas tiveram um leve aumento, passando de 2,1% para 2,2% de 2017 para 2018.

No ensino médio, a situação foi oposta. O percentual de matrículas em tempo integral passou de 8,4% em 2017 para 10,3% em 2018, nas escolas públicas. Nas privadas, passou de 3,9% para 4% no mesmo período.

O governo federal incentiva o ensino integral por meio de programas como o Mais Educação, lançado em 2007. Desde então, o programa passou por reformulações e enxugamentos.

Ensino médio

O MEC informou que vai incentivar o ensino integral em escolas de ensino médio. O objetivo é ampliar de 1.027 escolas para 1.527 o número de estabelecimentos em tempo integral. “Com isso, a partir de 2020, serão ofertadas 40 mil novas vagas do Ensino Médio em Tempo Integral e mais 200 mil novas vagas do Novo Ensino Médio, com o objetivo de ofertar pelo menos um itinerário formativo”, disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

O ensino médio passará, no país, por reformulações. Pelo novo modelo, ainda em fase de implementação, os estudantes têm uma formação comum em todo o país, definida pela Base Nacional Comum Curricular, e, no restante do tempo, podem aprofundar a formação em um itinerário formativo nas áreas de linguagens, ciências da natureza, ciências humanas, matemática ou ensino técnico.

Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5 horas por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7 horas.

Educação infantil

Na educação infantil, o MEC vai reestruturar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). “Nossa grande aposta é a reestruturação e manutenção do Proinfância para que possamos efetivamente ter um programa para atender a necessidade da educação infantil”, disse Macedo.

O programa foi instituído em 2007, para oferecer assistência técnica e financeira a municípios e ao Distrito Federal para a construção de creches e pré-escolas, além de ajudar na aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil. Janio Macedo não detalhou quais mudanças serão feitas.

De acordo com o secretário, a educação infantil é uma das prioridades do MEC para 2020. No próximo ano, a pasta também focará na maior participação dos professores para a efetiva implementação da Base Nacional Comum Curricular. A base estabelece o mínimo que todos os estudantes brasileiros têm direito de aprender na escola, desde a educação infantil ao ensino médio. No ensino infantil e fundamental, a Base Nacional deve chegar em 2020.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. “Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo”. Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino, passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país”, diz a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Claudia Forte. “A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira”.

Crianças da educação infantil em sala de aula

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro

depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. “Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia”, diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgados, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. “Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio”.

Ela também mudou os hábitos da casa. “Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso”.

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

“A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos”, diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. “Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor”.

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. “A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem”, conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação

(Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

“Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora”, diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. “Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo”, diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. "Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo". Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e

a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

“É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país”, diz a superintendente da AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil), Cláudia Forte. “A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira”.

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação), homologado pelo MEC (Ministério da Educação), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. “Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia”, diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgadinhos, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. “Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio”.

Ela também mudou os hábitos da casa. “Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso”.

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

“A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos”, diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Publicidade

Fechar anúncio

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. “Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor”.

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. “A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem”, conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

“Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora”, diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. “Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo”, diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída, por exemplo, a Enef (Estratégia Nacional de Educação Financeira), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo MEC para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

topo ↕

T1 NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Curso de inglês pela Capes é oportunidade para professores nos Estados Unidos As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020

Professores da língua inglesa serão selecionados para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. Serão selecionados cerca de 400 docentes

A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

A oportunidade vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital. O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright)

Sobre as despesas

Para quem for selecionado, o programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

Fonte: Agência Educa Mais Brasil

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC muda regra do Fies e pode cobrar na Justiça 584 mil alunos em atraso Com expectativa de atingir no ano que vem o auge da inadimplência, programa vai oferecer menos financiamentos a partir de 2021; haverá exigência de nota mínima de 400 na Redação do Enem para firmar contratos

Com expectativa de ter em 2020 o recorde de inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Ministério da Educação (MEC) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano. Resolução publicada nesta sexta-feira, 27, no Diário Oficial da União libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o 2.º semestre de 2017, que somam rombo de R\$12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no

âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas por juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década.

O balanço de contratos com potencial de cobrança na Justiça consta em nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelo Fies, de 18 de dezembro.

A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No 1.º semestre deste ano, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso - 47% atrasados em mais de 90 dias, quando se passa a considerar o aluno inadimplente. Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer em 2020, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 - auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos - para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina.

Entre as alterações para novos contratos está a exigência de o aluno ter nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, só se exigia não zerar a Redação, além de média 450 na parte objetiva (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) da prova, o que foi mantido. Segundo o MEC, as novas regras "privilegiam a meritocracia".

Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas. Criticam ainda regras que tornam mais difíceis o acesso ao financiamento. O Estado apurou que empresários do setor temem que o MEC use a alta inadimplência como justificativa para "desidratar" o Fies, com regras que o tornem inviável. Já economistas têm apontado a necessidade de tornar o Fies sustentável, de modo a pesar menos nas contas públicas.

A resolução prevê ainda reduzir para a metade o total de vagas oferecidas em 2019 - são previstos 54 mil financiamentos por ano a partir de 2021. O acesso ao Fies está mais difícil desde 2015 e boa parte das vagas fica ociosa por causa da mudança de regras - como a eliminação do financiamento 100% e a exigência de nota mínima no Enem.

Reações

"O aluno de família de baixa renda não consegue alcançar essa nota e fica fora do programa. E é esse jovem que também não consegue entrar em uma universidade pública", afirma Sólton Caldas, da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Rodrigo Capelato, do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (Semesp), diz que o País estava bem economicamente e houve incentivo para que o jovem recorresse ao programa. "Mas, quando ele se formou, o Brasil estava em crise, sem emprego."

Criado em 1999, o Fies teve explosão de contratos em 2010, quando os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, a exigência de fiador foi

relaxada e o prazo de quitação, alongado. Muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a mensalidade, mas a entrar no Fies, transferindo o risco de inadimplência para o governo.

Fernanda Teixeira, de 28 anos, firmou o contrato do Fies em 2014, no pico do programa, para estudar Letras. Formada em 2017, nunca conseguiu trabalhar na área em que se graduou nem pagou nenhuma parcela, de R\$ 21 mil. "Eu não teria conseguido fazer faculdade sem Fies, mas, se soubesse que estaria nesta situação, não faria a dívida. Sou a única da família com ensino superior, mas meu nome está sujo e não consigo trabalhar na área que gostaria. É muito frustrante", conta ela.

Entenda as mudanças

Cobrança judicial: Contratos com parcelas vencidas há 360 dias poderão ser cobradas judicialmente. Os fiadores também podem ser acionados. Hoje, a dívida só é cobrada de forma administrativa.

Desempenho: Exige nota mínima de 400 pontos na Redação do Enem para novos contratos. Antes, só era preciso não zerar na Redação e ter média de 450 pontos nas provas objetivas (o que foi mantido).

Transferência: A transferência de graduação só será permitida se o aluno tiver nota no Enem igual ou superior à média do último ingressante, com Fies, no último processo seletivo

Financiamento privado já supera o público

O MEC deixou nos últimos anos de ser o principal financiador de estudantes no ensino superior privado. Em 2018, pela primeira vez, o número de financiamentos privados superou os dois principais programas do governo federal, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Dados do Censo da Educação Superior mostram a expansão de formas alternativas no mercado particular, como contrato com bancos privado, empresas especializadas em crédito estudantil e empréstimos ou concessão de bolsas nas próprias faculdades, que já chega a 1,6 milhão de matrículas.

Em 2018, Fies e ProUni somaram 1,3 milhão de matrículas. Até 2016, o Fies era, sozinho, o responsável pela maior parte dos financiamentos. No ano passado, o número de graduandos com contrato com o Fundo já era 30% menor (820 mil).

"Com a sinalização de que os programas não seriam mais prioridade do governo, as faculdades começaram a buscar alternativas", diz Rodrigo Capelato, diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

No total de financiamentos particulares também estão inclusas as bolsas concedidas dentro de programas governamentais - em contrapartida, elas recebem isenção fiscal ou abatem dívidas com a União.

Há dois anos, quando decidiu fazer graduação, Juliana Carvalho, de 24 anos, viu muitos dos seus amigos do ensino médio já endividados com o Fies e foi aconselhada a não

pegar financiamento. "Até hoje eles não sabem como vão pagar. Decidi que esperaria até ter condições de bancar a mensalidade."

No início do ano, ela conseguiu, por meio da plataforma Quero Bolsa, um desconto de 70% para cursar Fotografia, tendo que pagar mensalidade de R\$ 300. "O valor cabe no meu orçamento e não vai me comprometer futuramente. Preferi esperar um ano do que começar a faculdade sem saber com que dívida sairia no final."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

STF recebe mandado que pede anulação de nova regra para escolha de reitores Brasília

Alvo de uma série de questionamentos da comunidade acadêmica, a Medida Provisória (MP) 914, publicada nesta semana pelo presidente Jair Bolsonaro, agora é alvo de um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O mandado, de autoria do deputado Elias Vaz (PSB-GO), foi levado à Corte nesta sexta-feira, 27, com o objetivo de suspender os efeitos da MP 914, que trata do processo de escolha de reitores e diretores de universidades e institutos federais.

"Bolsonaro viola o artigo 207 da Constituição Federal, que prevê a autonomia das universidades. Além disso, não há urgência e relevância que justifiquem o ato da Presidência da República, banalizando a função das medidas provisórias", afirma o deputado.

A relatoria do caso foi sorteada para a ministra Rosa Weber. Como o STF está em período de recesso, o pedido poderá ser analisado pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, a quem cabe fazer despachos considerados urgentes neste período.

Se Toffoli entender que não há urgência, a concessão de medida liminar pode ser apreciada por Rosa Weber, a partir de fevereiro, quando o STF retoma regularmente as suas atividades.

"A Medida Provisória combatida é uma forma canhestra obtida pelo Presidente da República como instrumento de efetiva intervenção na autonomia administrativa e gerencial das instituições de ensino superior", declara Elias Vaz, em seu pedido.

Por ser MP, tem efeito imediato e validade de até 120 dias para ser analisada pelo Congresso. Como mostrou reportagem do jornal O Estado de S.Paulo, o governo Jair Bolsonaro poderá nomear 24 dirigentes de universidades federais e nove de institutos federais de ensino em 2020, segundo o Ministério da Educação (MEC).

A pasta diz que o objetivo é reduzir a judicialização na nomeação de dirigentes - houve sete ações na Justiça sobre o tema este ano - e tornar o trâmite mais seguro e transparente. Reitores contestaram a medida.

A Associação de Reitores das Federais (Andifes) e a Frente Parlamentar de Valorização das Universidades também questionaram o uso de uma MP para fazer a mudança. Segundo as entidades, não há urgência que justifique o uso da medida provisória e seria necessário debate com a comunidade acadêmica e o Congresso.

topo

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020

Antonia, auxiliar de escritório, todos os dias compra uma balinha ou um chocolate, no ponto de ônibus, na volta do trabalho, que custa R\$ 0,50. "Eu não dava importância para aquele gasto. Imagina, R\$ 0,50 não é nada! Mas eu nunca consegui economizar um centavo". Fazendo as contas, esses centavos viram R\$ 11 em um mês e R\$ 132 em um ano.

São situações como esta, retirada de livro didático disponível online, que ensinam estudantes de escolas em várias partes do país a terem consciência dos próprios gastos e a ajudar a família a lidar com as finanças. A chamada educação financeira, cuja oferta hoje depende da estrutura de cada rede de ensino, passa a ser direito de todos os brasileiros, previsto na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

"É uma grande oportunidade, uma grande conquista para a comunidade escolar do país", diz a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Claudia Forte. "A educação financeira busca a modificação do comportamento das pessoas, desde pequeninas, quando ensina a escovar os dentes e fechar a torneira para poupar água e economizar. Isso é preceito de educação financeira".

Educação financeira será ensinada para estudantes do ensino infantil já em 2020-
Arquivo/ Agência Brasil

A BNCC é um documento que prevê o mínimo que deve ser ensinado nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Educação financeira deve, pela BNCC, ser abordada de forma transversal pelas escolas, ou seja, nas várias aulas e projetos. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), prevê que as redes de ensino adequem os currículos da educação infantil e fundamental, incluindo esta e outras competências no ensino, até 2020.

A educação financeira nas escolas traz resultados, de acordo com a AEF-Brasil. Pesquisa feita em parceria com Serasa Consumidor e Serasa Experian, este ano, mostra que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos de educação financeira. Outros 24% passaram a conversar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam mais sobre como usar melhor o dinheiro.

Sonho do restaurante próprio

É com o que aprendeu em sala de aula aos 16 anos que Adria Cristina da Costa, hoje com 18 anos, pretende ter o próprio restaurante. "Foi fundamental para entender que não é só gastar e curtir, mas é preciso pensar em si mesmo, pensar que o dinheiro vai ser necessário um dia", diz.

Depois da formação, Adria conta que deixou de gastar apenas com roupas, sapatos, bolsas e artigos para a casa os R\$ 80 que ganhava como babá e começou a guardar um pouco todo mês. Com o que poupava, comprava salgadinhos, que vendia a R\$ 2 com suco. Logo, os R\$ 80 por mês, transformaram-se em R\$ 100 por dia. "Quando eu tinha 16, 17 anos, eu queria ter o meu próprio restaurante. Ainda não consegui, mas, agora, em 2020, pretendo ter meu próprio negócio".

Ela também mudou os hábitos da casa. "Meus pais trabalham muito e não têm tempo de analisar os gastos. Comecei a ajudá-los com os custos de energia, a tirar os aparelhos da tomada. Começamos a nos reunir para fazer uma lista do que é necessário comprar para chegar nas lojas e já saber o que levar e o custo disso".

Adria foi aluna de Mariá de Nazaré Conceição Sena, pedagoga e socióloga, que desde 2015 desenvolve projetos de educação financeira com os estudantes das escolas que leciona, no Amazonas. O primeiro foi na Escola Municipal Maria Madalena Corrêa, a estudantes do ensino fundamental e, o segundo, na Escola Estadual Professora Adelaide Tavares de Macedo, para o ensino médio, onde Adria estudou. Ambas são escolas em Manaus (AM).

"A educação financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidos o quanto antes. Crianças têm possibilidade de mudança mais rápida e aceitam mais que os adultos", diz a professora que agora mora em Presidente Figueiredo, onde pretende também desenvolver projetos de educação financeira.

Segundo a professora, o lidar conscientemente com o dinheiro está relacionado também com o cuidado com a saúde e com a preservação do meio ambiente. "Está relacionado com a alimentação saudável. Vou comprar produtos mais naturais ou industrializados? Está também relacionado ao acúmulo de lixo. Preciso mudar de celular todos os anos? Tenho essa necessidade? Qual o lugar para o descarte adequado de materiais obsoletos? [A educação financeira] ensina a não ser consumista, mas sim consumidor".

Desafios

Levar a educação financeira para todas as escolas envolve, no entanto, uma série de desafios, que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo das aulas. "A gente não tem tempo livre para trabalhar projeto nenhum, tem que desenvolver projetos como este na cara e na coragem", conta Mariá.

De acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os municípios, que são os responsáveis pela maior parte das matrículas públicas no ensino infantil e fundamental, focarão, em 2020, na formação dos docentes, para que eles possam levar para as salas de aula não apenas educação financeira, mas outras competências previstas na BNCC.

"Tivemos um grande foco na construção dos currículos e, agora, neste ano, [em 2020], entramos no processo de formação. Educação financeira, inclusão, educação socioemocional, todos esses elementos vão chegar de fato na sala de aula a partir da discussão que fizemos agora", diz. Segundo ele, a implementação será concomitante à formação, já em 2020.

De acordo com Garcia, não há um levantamento de quantos municípios já contam com esse ensino. "Não existe uma orientação geral com relação a isso. São iniciativas locais. Não tenho como quantificar, mas não é algo absolutamente novo", diz.

Ensinar a escolher

A educação financeira é pauta no Brasil antes mesmo da BNCC. Em 2010 foi instituída,

por exemplo, a **Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef)**, com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil. Na página Vida e Dinheiro, da entidade, estão disponíveis livros didáticos que podem ser baixados gratuitamente e outros materiais informativos para jovens e para adultos.

As ações da Enef são coordenadas pela AEF-Brasil. Claudia explica que a AEF-Brasil foi convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para disponibilizar materiais e cursos para preparar os professores e, com isso, viabilizar a implementação da educação financeira nas escolas.

As avaliações mostram que o Brasil ainda precisa avançar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, o Brasil ficou em último lugar em um ranking de 15 países em competência financeira. O Pisa oferece avaliação em competência financeira de forma optativa aos países integrantes do programa. O resultado da última avaliação dessa competência, aplicada em 2018 ainda foi divulgada.

Os resultados disponíveis mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obteve desempenho abaixo do adequado e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, reconhecer o valor de uma simples despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS - GERAL

Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebe, a partir de hoje (26), até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capes** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

*Com informações da CCS/Capes

topo ↗

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM - CLARO&ESCURO

Capes : interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases

Brasília – A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes) recebe, desde esta quinta-feira (26), até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases.

topo ↗

DIÁRIO DO LITORAL - NOTÍCIAS

Professores podem se cadastrar em curso

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar formação

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

recebe, a partir de hoje (26), até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capex** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio. (AB)

topo ↗

CORREIO DE NOTÍCIAS ON LINE - TEMPO REAL

Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebe, deste esta terça-feira (26), até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capes** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Retrospectiva 2019: reveja as notícias que repercutiram envolvendo a USP de Piracicaba

Estudo de revisão da tabela do frete, corte de bolsas, aluna participando de competição da ONU e descoberta de composições prejudiciais à saúde nas rações estão entre os destaques.

Pesquisas com relevância nacional e internacional e corte de bolsas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de Piracicaba (SP) tiveram repercussão em 2019. No campus piracicabano da Universidade de São Paulo (USP), houve estudo para coleta de sugestões da revisão da tabela de fretes e uma aluna participou de uma competição da Organização das Nações Unidas (ONU) com um vídeo sobre agricultura familiar. Uma bióloga também busca incluir insetos na alimentação humana.

Os pesquisadores da instituição também encontraram, em rações, composições prejudiciais à saúde dos animais e rótulos mentirosos. Eles desenvolveram um método para dar identidade exclusiva à cerveja artesanal brasileira, criaram um plástico biodegradável mais resistente com o amido de mandioca e formularam um kit lâmpadas de LED para cultivo de jardim onde não há iluminação. Os estudantes pediram mais agilidade na apuração de denúncias de assédio dentro do campus.

Veja as principais reportagens da USP Piracicaba:

JANEIRO

Estudo da Esalq-USP com ANTT coleta sugestões para revisar tabela com preços mínimos de fretes

FEVEREIRO

Com grilo no chocolate e larva frita, bióloga busca incluir insetos na alimentação humana
ABRIL

USP cria método com madeiras nacionais para dar identidade exclusiva à cerveja artesanal
MAIO

Pesquisa da USP desmente rótulos de rações para pets e acha composições prejudiciais à saúde
JUNHO

Estudantes da Esalq fazem ato contra assédio e pedem agilidade na apuração de denúncias
SETEMBRO

USP de Piracicaba perde 172 bolsas de pós-graduação com cortes da **Capes**
Estudante da Esalq-USP participa de competição da ONU com vídeo sobre agricultura familiar
OUTUBRO

Pesquisa da USP em Piracicaba desenvolve plástico biodegradável mais resistente com amido de mandioca
NOVEMBRO

USP desenvolve kit com lâmpadas de LED que permite cultivar jardim em casa sem iluminação
Veja mais notícias da região no G1 Piracicaba

topo 

INFONET - TEMPO REAL

Professores interessados em cursar licenciaturas podem se cadastrar

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebe até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capex** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a

Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

Agência Brasil

*Com informações da CCS/Capes

topo ↕

O PARANÁ - PR - TEMPO REAL

Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** recebe até 31 de janeiro de 2020 os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capes** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

topo ↕

O PARANÁ - PR - TEMPO REAL

INTERCÂMBIO – Inscrições para o programa podem ser feitas até 14 de fevereiro

Capes seleciona professores de inglês para curso nos EUA

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em

universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês – intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

O [POPULAR.NET](#) - TEMPO REAL

Professores interessados em cursar licenciaturas já podem se cadastrar

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** recebe, a partir de hoje (26), até 31 de janeiro de 2020, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capes** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas ideia é que norteiem o atendimento das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação

(2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

*Com informações da CCS/Capes

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

UFPB encerra 2019 no topo das patentes, destaca reitora

A UFPB, assim como todas as universidades do país, passou por dificuldades neste ano, sobretudo devido ao bloqueio de cerca de 30% do orçamento.

A reitora Margareth Diniz adianta que todas as universidades terão o mesmo orçamento em 2020 (a UFPB, R\$ 44,7 milhões); que 36% dos recursos já começarão contingenciados e que a liberação deles dependerá do Congresso Nacional.

Além disso, comenta as principais novidades em ensino, pesquisa e extensão; como é que ficam acesso, criação de cursos, assistência estudantil e concessão de bolsas para pesquisa nesse cenário.

Margareth também avaliou a divulgação científica da própria universidade, internacionalização, parcerias, estratégias para se manter no topo da inovação no país, andamento de obras e contratação de servidores, professores visitantes e terceirizados.

Após sete anos de reitorado e a nove meses de concluir seu segundo e último mandato, informa mudanças na equipe da gestão, preparativos para eleição do próximo reitor e seu futuro profissional. Confira, abaixo, a entrevista completa:

A UFPB, assim como todas as universidades do país, passou por dificuldades neste ano devido ao bloqueio de cerca de 30% do orçamento. Qual a expectativa para 2020?

Margareth Diniz – Nós vamos apresentar ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) da universidade a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada. Vamos fazer a devida discussão. O meu entendimento é que 2020 será um ano mais difícil, considerando que está previsto o mesmo orçamento e que começará com 36% dos recursos bloqueados. O mais grave é que, agora, a liberação vai depender do Congresso Nacional.

No âmbito do ensino, como é que está a questão do acesso? Será via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) mesmo? Com o anúncio de mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), muitas instituições retomaram discussões acerca de seleção própria.

Margareth Diniz – Não, aqui, na UFPB, nós vamos continuar, sim, com o Enem e Sisu para ocupação das vagas. Para as ociosas, iremos fazer o Processo Seletivo para Transferência Voluntária (PSTV) e ingresso de graduados. Continuaremos também ofertando reopção de curso e de turno.

E a reformulação e criação de cursos?

Margareth Diniz – Nesse quadro geral do país, criar novos cursos é temerário. Porque são necessários códigos para contratação de professores, de servidores técnico-

administrativos e de investimento em infraestrutura. Se a perspectiva do orçamento de 2020 é de nem viabilizar as ações mínimas, então é praticamente impossível a criação de novos cursos.

A notícia da criação do curso de Inteligência Artificial chamou bastante atenção.

Margareth Diniz – Sim, mas veja que o curso de Ciência de Dados e Inteligência Artificial foi um criado a partir de outro. Não houve demanda para além do que já existia. Um curso se transformou em outro para se adequar ao que a gente chama de Educação 4.0.

Como é que ficará a assistência estudantil nesse cenário?

Margareth Diniz – O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), pela LOA 2020, está mantido. Mas há uma grande preocupação de todos os reitores porque o Pnaes é um decreto. É o decreto 7.234 de 2010. Sendo um decreto, está sujeito a alguém acabá-lo. O que a gente vem dizendo e continua batalhando é que o Pnaes se transforme em uma lei. Já existe um Projeto de Lei (PL) tramitando na Câmara dos Deputados e nós estamos acompanhando de muito perto, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) como um todo e todos os reitores, para que, de fato, a gente tenha isso garantido, institucionalmente, do ponto de vista legal.

E as bolsas para pesquisa?

Margareth Diniz – Recentemente, saiu a publicação do governo de que eles vão abrir editais para bolsas de mestrado e de doutorado, tirando da universidade a distribuição delas. Isso é extremamente preocupante. Imagine que pode chegar uma pessoa e dizer, olhe, eu me candidatei a um edital, eu ganhei uma bolsa para mestrado e quero fazer um mestrado. A pergunta é: essa pessoa tem perfil para tal pós-graduação? O orientador que existe no programa é adequado para o perfil desse mestrando, desse pós-graduando? Então é preocupante. Nós vamos esta discussão no âmbito das nossas Pró-reitorias envolvidas.

Com as mudanças na Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da UFPB, como nova coordenação, contratação de mais servidores e de estagiários, a senhora avalia que houve melhora na divulgação científica?

Margareth Diniz – Não tenho a menor dúvida. Foi um ganho. Em especial neste segundo mandato, nós conseguimos avançar, colocando pessoas, e exemplo disso é a Pró-Reitoria do Planejamento (Proplan), que, de fato, entenda e que tenha compromisso em realizar um planejamento adequado para a instituição. A reestruturação da Ascom deu outro patamar de visibilidade. Então tenho grande satisfação de dizer que, de fato, as reestruturações feitas em 2019 foram em prol e em benefício da UFPB.

A universidade vive um processo de internacionalização intenso. Recentemente, ocorreu a recepção de 100 professores visitantes e houve o anúncio de mais 50.

Margareth Diniz – Nós somos a única universidade pública federal a ter um edital para professor visitante no quantitativo que nós tivemos. É tanto que, entre os reitores, as

boas práticas são sempre disseminadas e discutidas, e as pessoas buscam utilizar o que deu certo em nossa universidade.

Várias, inclusive, desejam saber como foi esse procedimento na UFPB. Os professores visitantes são estrangeiros, de diferentes áreas do conhecimento, mas também há brasileiros com experiência internacional. É esse o perfil do visitante, com o objetivo, em princípio, de alavancar os conceitos da nossa pós-Graduação.

Então nós estamos muito satisfeitos. Há professores, aqui, dos diferentes continentes. Eles têm bom currículo e têm dado uma contribuição fantástica para publicação, para intercâmbios, para aulas na própria pós-graduação. Ou seja, vai fazer, sim, a diferença para a UFPB.

Quanto à internacionalização, nós transformamos a Assessoria de Internacionalização em Agência de Cooperação Internacional (ACI). Isso também nos deu um patamar organizacional muito maior, de maneira que, junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), nós concorremos ao Programa Institucional de Internacionalização (Print) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Das 104 universidades que disputaram, 36 conseguiram, entre elas a UFPB. Muitas universidades grandes ficaram de fora. Com isso, nós recebemos mais de R\$ 11 milhões que vão permitir a ida de professores para intercâmbios fora do país.

A Rede Nordeste (RENE), representação das universidades federais do Nordeste na Andifes, e a Universidade Soka, no Japão, foram duas grandes parceiras da UFPB em 2019. No próximo ano, essas cooperações continuarão?

Margareth Diniz – Pela segunda vez, sou presidente do braço da Andifes no Nordeste, que tem 18 reitores de universidades federais. Na primeira gestão, trabalhamos para replicar em todas o que há de melhor em cada uma do grupo. Em julho deste ano, assumi novamente a presidência com um grande evento na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a fim de impulsionar a internacionalização da gente. Na ocasião, assinamos termo de cooperação com a Universidade Soka.

Na inovação, o que pretende fazer para a UFPB continuar a ser a N° 1 em pedidos de patente no país?

Margareth Diniz – A Agência de Inovação Tecnológica (Inova) da UFPB foi criada na nossa gestão, em 2018, e, a partir da criação dela, a equipe top que lá está foi buscar os pesquisadores, porque muita gente fazia pesquisa, mas não tinha o estímulo ou o incentivo ou o encaminhamento para fazer disso o registro dessa patente.

Esse pessoal abriu o leque para isso, e, ano passado, nós ficamos em segundo lugar, e este ano primeiro lugar no Brasil em depósito de patentes, com 94 pedidos, na frente de todas as universidades brasileiras, não só das federais.

A Agência de Inovação é uma realidade positiva institucionalmente. Para além disso, também tem feito outras coisas, porque o desafio, agora, é transformar o registro, o pedido da patente, em um produto. O registro está lá e ele está patentado pelo pesquisador e a equipe, mas é preciso, sim, que agora esse pedido se transforme em

produto.

A Inova também está fazendo essa intermediação com empresas, para que, de fato, isso aconteça. O prêmio Delby Fernandes de Medeiros foi criado também pela Agência de Inovação, que entrega troféu ao pesquisador e sua equipe que registrou essa patente. É um evento que acontece anualmente aqui na UFPB. Então, a internacionalização e a inovação vão muito bem, como vão bem o ensino de graduação, de pós-graduação, a pesquisa e a extensão da UFPB.

Aconteceu uma retomada de obras neste ano, em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). O prédio para cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas acabou de ser inaugurado.

Margareth Diniz – Na verdade, nós temos um corpo significativo de engenheiros e arquitetos na UFPB. Nós fizemos agora a criação de superintendências; acabamos com a estrutura antiga que se chamava Prefeitura Universitária e separamos em superintendências, o que dinamizou, direcionou e focou o trabalho para cada uma coisa específica.

Por exemplo, foi criada a Superintendência de Infraestrutura (Sinfra), que agora toma conta de obras, reformas e permissionados que estão aqui dentro da universidade; com isso o foco foi afunilando para que as pessoas que hoje estão na Sinfra, que têm expertise e em colaboração com o ITA, viabilizasse as obras. Mas não foi o ITA quem viabilizou. Isso tem gerado, inclusive, alguns problemas internos quando se divulgou que era o ITA que tinha viabilizado. Não, nós temos, sim, engenheiros e arquitetos com expertise para viabilizar isso e o ITA veio dar orientações, e, no conjunto, nós saímos com alguns encaminhamentos.

Temos muita vontade de que essas obras sejam concluídas. Para finalização de muitas, falta pouco, um percentual muito pequeno. Mas tem problemas administrativos e técnicos que precisam ser corrigidos, a fim de que sejam entregues à comunidade universitária.

Provavelmente, quais serão as próximas obras finalizadas?

Margareth Diniz – Olhe, ao longo de sete anos aqui, nós já entregamos 45 obras e reformas: o prédio da antiga Prefeitura Universitária, que hoje acolhe as Superintendências; o da Pós-Graduação em Educação Física e Fisioterapia; o da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI); o de Pesquisa Clínica; a obra grande que foi o prédio da Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

Tenho uma lista e a gente pode divulga-la. Se fosse fácil e não existissem problemas, certamente estariam todas concluídas. A gestão tem muito interesse em resolver os problemas para que, paulatinamente, todas sejam entregues à comunidade universitária.

Houve contratação de mais de 300 técnico-administrativos de setembro pra cá. Haverá mais? Como está a questão do ponto e da flexibilização da jornada?

Margareth Diniz – A questão do concurso é fantástica. Nós viemos de um processo Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) não

consolidado e muitos centros que foram criados ficaram em defasagem de servidores técnico-administrativos. Como é que a universidade conseguiu equacionar isso sem receber nenhum código novo do Ministério da Economia e do de Educação (MEC)?

Com a adesão do Hospital Universitário à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), cada servidor que lá aposentou, esse código foi trazido para a gestão, para recompor o quadro de servidores técnico-administrativos e, junto com eles, as próprias aposentadorias ou falecimento dos servidores.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) fez um trabalho de avaliação que permitiu dois concursos. Neste último, mais de 300 novos servidores foram contratados para recompor a força de trabalho. Apesar de termos ainda mais de 800 códigos bloqueados no Ministério da Economia, referentes a cargos extintos e outros que são proibidos de fazer concurso, nós conseguimos, sim, recompor a força de trabalho da UFPB.

Quanto à jornada flexibilizada, ao longo de sete anos, nós recebemos documentos, recomendações do TCU, da CGU, do Ministério Público, para que fosse feita de forma legal a jornada de trabalho dentro da universidade. Não só a jornada, mas também a questão do ponto, a assiduidade dos servidores na instituição. Isso já aconteceu na maioria das universidades do Brasil e chegou na nossa, após termos recebido certificado de regularidade do TCU.

Neste ano, nós conseguimos, de fato, fazer o fluxo organizacional de jornada de trabalho dentro do decreto 15.090 de 95 e eu tenho certeza de que os servidores entendem isso, porque é o regramento legal, não é a vontade de cada um.

Haverá eleição para reitor no ano que vem. Já foi formada a comissão, vai apoiar algum pré-candidato e quais são os desafios para o próximo reitor da UFPB?

Margareth Diniz – O meu mandato vai até novembro de 2020. Não foi formada a comissão ainda, nem tem resolução pronta. Isso é feito pelo Conselho Universitário (Consuni) e eu pretendo, no início do ano, assim fazer, para que a gente tenha eleição no primeiro semestre de 2020, e, certamente depois disso, que a gente possa fazer o processo de transição.

Eu espero, tenho certeza de que, provavelmente, devem surgir nomes que queiram, no meu entendimento, o que eu gostaria que fosse: dar continuidade ao projeto desta gestão, que julgo muito exitoso.

O novo estatuto valerá para esta eleição?

Margareth Diniz – Ainda não. Outra coisa importantíssima desta gestão é ter elaborado, ter feito todo o processo do novo estatuto da UFPB, que agora encontra-se no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), e que depois vai para o Consuni, em seguida para a Procuradoria Jurídica. Por fim, para o MEC. Então, tem um trâmite ainda e, certamente, o processo eleitoral não estará ainda dentro das normas do novo estatuto.

Aconteceu redução do efetivo de terceirizados por conta de aumento de salário. Como

está a situação da segurança institucional, área que parece preocupar mais a comunidade?

Margareth Diniz – Na segurança não houve contingenciamento nem redução. Foi o único contrato de terceirização que nós não fizemos redução, apesar de, concomitante a isso, estarmos trabalhando na política de segurança da universidade, assim como em estratégias de vigilância eletrônica.

Contudo, o próprio orçamento das universidades tem exigido um corte, não só na UFPB, mas em todas as universidades, um corte na terceirização. Interessante é que, antigamente, quem pagava as contas, a folha de pessoal, era o governo federal, mas esses cargos foram extintos, na sequência terceirizados e colocados no custeio das universidades. Isso no meu entendimento é injusto, porque tira um quantitativo muito significativo do custeio que poderia ser aplicado no tripé da ação de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, é preciso, sim, fazer o dever de casa, que é equacionar e gastar tão somente o que é possível. Ninguém gasta para além do que ganha. Então, é com essa responsabilidade que nós temos conduzido a universidade, no sentido de que é preciso manter o orçamento e, infelizmente, também reduzir terceirização.

Haverá mudanças na equipe da gestão em 2020?

Margareth Diniz – Provavelmente. Com a avaliação que nós vamos fazer de equipe, isso é normal, ocorre sempre, não é porque é o ano da eleição. Isso pode acontecer, mas, certamente, em 2020, nós teremos outro grupo de pessoas ocupando os cargos dentro da UFPB.

Existe a possibilidade de um ou de outro campus do interior se transformar em universidade?

Margareth Diniz – Os campi existem dentro do regramento legal. Nós temos o campus-sede, que é o campus I, em João Pessoa, e outros campi que são Areia (II), Bananeiras (III), Rio Tinto e Mamanguape (IV), e duas unidades fora de sede, que são as de Mangabeira e de Santa Rita. O novo estatuto está vindo como reorganizar, tem uma questão de transformar a unidade de Santa Rita em campus ou em Centro, mas isso vai ser tudo bem avaliado, dentro do que é possível, dentro do que é legal e, certamente, sob a orientação do MEC.

Há um plano da gestão de fortalecer o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (Idep) no interior. Como anda esse processo?

Margareth Diniz – Com certeza. O Idep, quando nós chegamos aqui, já existia e hoje é coordenado por um grupo de professores que vem fazendo um trabalho excelente. Precisa, inclusive, ser melhor divulgado. Tem parceria com o Governo do Estado, com os municípios do estado da Paraíba, e o próprio nome dele já diz, Instituto de Desenvolvimento da Paraíba, é para dar contribuição ao desenvolvimento da Paraíba, e se observarem os projetos que estão sendo feitos lá, isso acontece.

Alguns prédios e algumas ações do Idep estão nos campi do interior. Por exemplo, em

Bananeiras, temos um prédio que falta pouco para funcionar na sua plenitude, embora as ações estejam sendo desenvolvidas em outros ambientes. É preciso que venha para o prédio, e nós já acertamos que, em 2020, provavelmente lá deve voltar a funcionar. Há falta de recursos para complementação de outros prédios do Idep, alguns estão em Mangabeira, e essa avaliação também vai ser feita e vai ser apresentada à comunidade universitária

Para finalizar, é possível fazer um balanço dos dois reitorados e adiantar seu futuro profissional? Afinal, faltam alguns meses para o segundo mandato ser concluído.

Margareth Diniz – É difícil você fazer uma avaliação de você mesmo, mas eu digo que não é a avaliação de Margareth, é avaliação de um coletivo, de um conjunto de pessoas que nós colocamos em diversas Pró-Reitorias e em órgãos suplementares, e que eu tenho a grande, a enorme satisfação de dizer que é um projeto muito exitoso.

Basta você olhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) antes da chegada dessa gestão, o mais atual e os avanços que a UFPB teve nos últimos sete anos. Eu penso que nós vamos completar os oito anos de mandato contando uma nova história para a nossa universidade, uma história exitosa, exemplar, uma história de muito compromisso com essa instituição e com a educação superior, com a sociedade. Mas atribuo isso a um trabalho coletivo.

José Américo disse que dava as raízes à universidade e outros lhe darão asas. Eu quero me incluir nas asas. Eu tenho dito nas nossas reuniões que todas as pessoas que ocupam cargos nessa gestão tiveram a liberdade e o apoio para que colocassem as suas Pró-Reitorias e órgãos suplementares para funcionar, e funcionar muito bem, e, hoje, quando for feita a apresentação da prestação de contas dos dois mandatos da nossa gestão, vocês vão ver que de fato foi feita uma grande diferença em prol da UFPB.

E o meu futuro: eu sou uma professora desta universidade, eu sou professora titular dessa universidade, eu sou pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tenho um laboratório que funciona, e funciona muito bem, então eu pretendo voltar às minhas atividades de rotina, com grande alegria.

Já orientei muito, desde iniciação científica até um quantitativo muito significativo de mais de 40 doutores. Mesmo na gestão, continuei fazendo atividades de ensino, de pesquisa de pós-graduação, e assim que eu pretendo continuar.

PB Agora com Ascom/UFPB

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Petrolina lança edital para contratação de professores

Estão sendo ofertadas 22 vagas temporárias. As inscrições estarão abertas de 02 a 15 de janeiro de 2020, e poderão ser realizadas pelo site da Facape.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Petrolina publicou o edital de contratação temporária para o cargo de professor Atendimento Educacional Especializado (AEE) de nível superior. Os profissionais vão atuar na sede e interior, e nas diversas unidades do município.

Estão sendo ofertadas 22 vagas, sendo 20 vagas destinadas a ampla concorrência e duas a portadores de deficiência. Podem participar candidatos que tenham formação em Ensino Superior com habilitação para o exercício da docência, com curso na área de Educação Especial/Inclusiva de no mínimo 180 horas.

As inscrições estarão abertas de 02 a 15 de janeiro de 2020, e poderão ser realizadas pelo site da Facape. A taxa de inscrição é de R\$ 100. A solicitação de isenção de taxa de inscrição pode ser realizada no dia 06 de janeiro, das 8h às 11h e das 15h às 18h, no auditório principal da Facape. A solicitação deve ser entregue pessoalmente pelo candidato.

A seleção será realizada no dia 26 de janeiro, em etapa única de caráter classificatório e eliminatório. A prova objetiva será composta de 30 questões.

A remuneração é de R\$ 1.384,21 e a carga horária de 100 horas aulas mensais. O processo seletivo simplificado terá validade de um ano, podendo ser prorrogado a critério da administração. Outras informações pelo e-mail: concursopmp@facape.br.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFVJM oferece 410 vagas em três pós-graduações Lato Sensu

Especialização em Ensino de Ciências possui 110 vagas, já os cursos de Matemática para o Ensino Médio e Educação em Direitos Humanos oferecem 150 vagas cada.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) está com três editais abertos de pós-graduação Lato Sensu na modalidade de Ensino a Distância. Ao todo são 410 vagas para as especializações em Ensino de Ciências, Matemática para o Ensino Médio e Educação em Direitos Humanos.

São 110 vagas para a especialização em Ensino de Ciências, que é destinada a professores de Ciências, Química, Física e Biologia de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e que estejam atuando em sala de aula da rede pública de ensino. As inscrições vão até 10 de janeiro.

Já as pós-graduações em Matemática para o Ensino Médio e Educação em Direitos Humanos oferecem 150 vagas cada, ambas voltadas para egressos de cursos de graduação reconhecidos pelo MEC. Nessas duas especializações, o prazo para inscrição vai até 17 de janeiro.

Mais informações sobre os cursos e as inscrições podem ser conferidas no site da universidade.

Confira as vagas disponíveis:

Especialização em Ensino de Ciências

Polo Vagas
Águas Formosas 6
Araçuaí 6
Capelinha 15
Francisco Sá 15

Itamarandiba 15

Mantena 11

Nanuque 12

Papagaios 15

Taiobeiras 15

Fonte: UFVJM

Especialização em Matemática para o Ensino Médio

Polo Vagas

Águas Formosas 20

Almenara 20

Araçuaí 25

Divinolândia de Minas 20

Minas Novas 20

Taiobeiras 20

Teófilo Otoni 25

Fonte: UFVJM

Especialização em Educação em Direitos Humanos

Polo Vagas

Almenara 20

Divinolândia de Minas 20

Januária 20

Minas Novas 25

Nanuque 20

Taiobeiras 20

Teófilo Otoni 25

Fonte: UFVJM

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Começa demissão em massa na TV Escola: hoje serão 70

Péssimo final de ano para centenas de pais e mães de família. Serão anunciadas hoje as primeiras 70 demissões da TV Escola, uma emissora pública idealizada e mantida em parceria com o MEC.

Como o MEC foi tomado por obscurantistas como seu atual ministro, Abraham Weintraub, a decisão governamental decisão foi pelo fim da parceria com a TV Escola —gestada pela Associação de Comunicação Roquette Pinto (Acerp) desde sua fundação, em 96.

E isso apesar de, no final de novembro, os conselheiros do MEC terem aprovado a renovação do contrato por mais um ano e o orçamento, que fica entre R\$ 40 milhões e R\$ 70 milhões anuais.

Várias emissoras educativas do país e alguns congressistas estão se manifestando contra o fechamento da TV Escola, de longe a melhor e mais barata emissora pública e educativa do país.

A TV ainda se dedica ao ensino e à transmissão de programação em Libras (a

linguagem dos surdos). Além disso o maior alcance hoje é via digital.

Enquanto desmonta a TV Escola, o governo Bolsonaro segue gastando centenas de milhões de reais anuais nas duas versões da TV Brasil —famoso cabide de empregos criado pelo governo Lula e que o atual presidente prometeu fechar as portas durante a campanha eleitoral.

A TV Escola tem hoje cerca de 360 funcionários e colaboradores, mas isso inclui também a cinemateca e a TV Ines, que tem 10% da programação acessível à população surda.

É mais um desmonte numa raríssima ilha de qualidade e ausência de ideologia na educação.

Uma possibilidade é que a emissora ou parte de sua programação continuem sendo exibidas em outras TVs educativas do país. Ao menos para manter viva a marca.

ACORDA CIDADE - TEMPO REAL

Capes seleciona professores de inglês para capacitação nos EUA

Um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos vai capacitar mais de 400 professores de língua inglesa, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

*Matéria produzida com informações da Agência Brasil

topo ↕

A TARDE - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Professores são selecionados para curso de inglês nos EUA

Mais de 400 professores de língua inglesa serão selecionados para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright.

A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. E o resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

Sobre o programa

O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de Educação Básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

* Matéria produzida com informações da Agência Brasil

Fonte: Bárbara Maria - Agência Educa Mais Brasil

topo ↕

BONDE NEWS - TEMPO REAL

Capes seleciona professores para curso de inglês nos Estados Unidos

Até o dia 14 de fevereiro de 2020, professores de língua inglesa podem concorrer a um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA. Serão selecionados mais de 400 docentes. [leiamais=right]

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência.

O programa é realizado pela **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem. O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

*Matéria produzida com informações da Agência Brasil

topo ↕

ESTADO DE MINAS ONLINE - TEMPO REAL

Professores são selecionados para curso de inglês nos Estados Unidos Seleção está sendo feita pela Capes

Mais de 400 professores de língua inglesa serão selecionados para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

Sobre o programa

O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

topo 

IMIRANTE - TEMPO REAL

Professores são selecionados para curso de inglês nos Estados Unidos Seleção está sendo feita pela Capes.

BRASIL - Mais de 400 professores de língua inglesa serão selecionados para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

Sobre o programa

O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

topo ↗

INFONET - TEMPO REAL

Capes seleciona professores de inglês para capacitação nos EUA

Um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos vai capacitar mais de 400 professores de língua inglesa, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

Fonte: Agência Educa Mais Brasil

topo ↗

JORNAL CRUZEIRO DO SUL - TEMPO REAL

Professores brasileiros recebem capacitação nos Estados Unidos

Seleção está sendo feita pela Capes

Mais de 400 professores de língua inglesa irão participar de um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, através do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

As inscrições para a seleção do programa são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível na internet na página Comissão Fulbright. Os candidatos serão avaliados por meio da análise documental e o teste de proficiência.

O resultado está previsto para o dia 20 de abril e as atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do próximo ano.

O programa oferece aos participantes cobertura de todas as despesas com passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, hospedagem dentro das instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

Conheça mais sobre o programa

O PDPI é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, juntamente com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre

os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright). O curso irá atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

*matéria produzida com informações da Agência Brasil

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Capex seleciona professores para curso de inglês nos EUA

Mais de 400 docentes serão escolhidos para o curso de seis semanas

Até o dia 14 de fevereiro de 2020, professores de língua inglesa podem concorrer a um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). Serão selecionados mais de 400 docentes.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência.

O programa é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem. O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

O SÃO GONÇALO - TEMPO REAL

Capex abre cadastro para professores interessados em cursar licenciatura

O processo fica aberto até o dia 31 de janeiro de 2020

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** recebe, os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. O processo fica aberto até o dia 31 de janeiro de 2020.

O objetivo é identificar aqueles que têm real interesse em se especializar, além de mapear, em todo o Brasil, os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As informações vão servir de base para o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na Plataforma **Capex** de Educação Básica e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. As informações serão analisadas e validadas pelas secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas secretarias não garantem a oferta dos cursos, mas a ideia é que norteiem o atendimento das demandas.

Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil - que fomentam cursos de licenciatura - já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa deverá contribuir para atingir a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta inclui as estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, a fim de assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que têm somente formação de nível médio.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Professores brasileiros recebem capacitação nos Estados Unidos

Mais de 400 professores de língua inglesa irão participar de um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, através do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

As inscrições para a seleção do programa são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível na internet na página Comissão Fulbright. Os candidatos serão avaliados por meio da análise documental e o teste de proficiência.

O resultado está previsto para o dia 20 de abril e as atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do próximo ano.

O programa oferece aos participantes todas as despesas com passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, hospedagem dentro das instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

Conheça mais sobre o programa

O PDPI é realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, juntamente com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright). O curso irá atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

*matéria produzida com informações da Agência Brasil

Fonte: Agência Educa Mais Brasil

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Deputado questiona no STF nova regra do governo federal para escolha de reitores

Para Elias Vaz (PSB-GO), medida fere a autonomia universitária

BRASÍLIA - O deputado Elias Vaz (PSB-GO) questionou nesta sexta-feira no Supremo Tribunal Federal (STF) a medida provisória (MP) do presidente Jair Bolsonaro que estabelece regras para a eleição de reitores nas universidades e institutos federais. Até agora, as instituições federais de ensino superior tinham maior liberdade para definir o processo de escolha, embora a palavra final da nomeação já fosse do presidente. Para o

deputado, a norma viola o trecho da Constituição que garante autonomia às instituições de ensino superior.

"A medida provisória combatida é uma forma canhestra obtida pelo Presidente da República como instrumento de efetiva intervenção na autonomia administrativa e gerencial das instituições de ensino superior", diz trecho da ação, que pede a derrubada da MP. O deputado também destacou que uma medida provisória, que tem força de lei assim que é editada pelo presidente, antes mesmo de ser ratificada pelo Congresso, só pode ser editada em situações de urgência, o que não seria o caso.

Na quinta, após críticas à MP, o Ministério da Educação (MEC) divulgou um texto defendendo a norma. Segundo a pasta, a medida traz "mais autonomia à comunidade acadêmica, democracia e transparência".

Também nesta sexta, o líder do PSOL na Câmara, deputado Ivan Valente (SP), pediu ao presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que ele devolva a medida provisória a Bolsonaro. Se isso ocorrer, a MP perderá validade. Na avaliação do deputado, não há urgência e relevância para a instituição das regras de escolha dos reitores por meio de uma medida provisória.

Segundo Valente, a MP é inconstitucional, antidemocrática e uma "afrenta" à autonomia das universidades, além de representar "mais um ato autoritário do governo Bolsonaro". O deputado destaca que a medida "reduz o espaço de escolha da comunidade acadêmica na definição dos referidos dirigentes e ignora a democracia interna das Instituições de Ensino Superior".

A medida provisória estabelece que o voto dos professores terá um peso de 70% nas eleições, e os funcionários e alunos terão peso de 15% cada. Pela eleição será definida uma lista tríplice de candidatos entre os mais votados e o presidente da República terá a obrigação de nomear o reitor entre um dos nomes indicados, que não precisa ser o mais bem posicionado dos três.

Leia também: Comunidade acadêmica diz não ter sido ouvida para elaboração de MP que altera eleição de reitores

A nova norma retira a possibilidade de voto paritário entre as categorias, que era adotado em consulta prévia por várias universidades federais: peso de um terço cada para professores, alunos e funcionários. A MP também impede a montagem de uma lista tríplice sem os nomes dos mais votados nessa consulta prévia. Até então, o resultado subsidiava a montagem da lista tríplice, mas não era vinculante.

A mudança para os institutos federais foi ainda mais profunda. Antes, essas instituições só mandavam um nome para ser nomeado e agora passará a ter de mandar lista tríplice, assim como as universidades. A MP se aplica de forma igual para os dois tipos de instituições. Para o MEC, "isso assegura o princípio da isonomia".

A MP estabelece mandato de quatro anos para reitor, permitindo uma reeleição. Dá ao dirigente, ainda, o poder de escolher o vice-reitor, diretores de campi e diretores e vice-diretores de unidades — cargos que, em muitas instituições, também eram preenchidos com algum tipo de consulta à comunidade acadêmica.

Segundo a MP, o ministro da Educação vai editar regras para que as eleições sejam eletrônicas. Enquanto não houver essa regulamentação, cada instituição define os processos de votação dentro das normas gerais da MP.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC diz que vai reduzir número de vagas do Fies a partir de 2021

Mudanças no P-Fies passam a valer no segundo semestre de 2020 e no Fies, a partir do primeiro semestre de 2021. Número de vagas vai cair de 100 mil para 54 mil, segundo o MEC.

O Ministério da Educação (MEC) mudou as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a partir do ano que vem. Segundo uma resolução publicada na edição desta sexta-feira (27) do Diário Oficial da União (DOU), o número de vagas oferecido vai cair para quase metade do atual.

De acordo com o MEC, "as vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022". A pasta afirmou que a quantidade de vagas poderá ser revista, anualmente, caso haja alteração nos parâmetros econômicos atuais ou nos aportes do Ministério.

Para o primeiro semestre de 2020, as regras permanecem iguais, tanto para a modalidade do Fies quanto para a do P-Fies. As inscrições começam em 5 de fevereiro e vão até o dia 12 do mesmo mês.

No P-Fies, as mudanças começam a partir do segundo semestre de 2020 e incluem a desvinculação da modalidade como um programa independente do Fies. Já a modalidade do Fies sofrerá mudanças a partir do primeiro semestre de 2021.

Confira abaixo as principais mudanças:

Fies

A principal mudança nas regras para o Fies foi nas notas de corte para o candidato que quer solicitar o financiamento. Atualmente, é preciso ter média mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter zerado a redação. A partir do primeiro semestre de 2021, a nota média mínima permanece sendo de 450 pontos, mas a nota de corte da redação sobe para 400 pontos.

A nota do Enem também vai servir para limitar as transferências de cursos em instituições de ensino superior para alunos que possuem financiamento do Fies. Agora, será necessário um resultado igual ou superior à nota de corte do curso ao qual deseja ser transferido.

O que muda no Fies?

As mudanças passam a valer a partir do primeiro semestre de 2021

Os candidatos precisarão ter nota mínima de 400 pontos na redação do Enem

A média das cinco provas do Enem deverá ser igual ou superior a 450 pontos

O candidato deve ter uma renda de até 3 salários mínimos

Para pedir transferência de faculdade, o candidato deverá ter tirado na prova do Enem a nota de corte do curso ao qual pretende ir

P-Fies

O P-Fies foi criado para os estudantes com renda mensal familiar de até cinco salários mínimos pudessem obter financiamento para cursar o ensino superior em instituições privadas. Com a mudança anunciada, que começa a valer no segundo semestre de 2020, o programa passa a não ter limite de renda, ou seja, quem ganha mais de 5 salários mínimos também poderá concorrer ao financiamento.

O programa foi desvinculado do Fies, o que implica que não será mais necessário fazer a prova do Enem para concorrer ao financiamento nesta categoria. O MEC anunciou também que o candidato poderá entrar com solicitação de financiamento durante todo o ano.

O que muda no P-Fies?

As mudanças passam a valer a partir do segundo semestre de 2020

O programa passar a ser independente do Fies

Não será necessário fazer o Enem para tentar o financiamento

Não será exigido um limite máximo de renda

Possibilidade de contratação durante todo o ano

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer levar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental

O Ministério da Educação (MEC) lançará um programa para levar ensino integral aos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano. De acordo com a pasta, um projeto piloto será implementado em 40 escolas que já ofertam ensino integral no ensino médio.

O projeto será desenvolvido ao longo de 2020, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A ideia é que o programa seja lançado oficialmente em 2021.

MEC diz que nova regra de escolha de reitores torna eleição mais segura

Bolsonaro impõe novas regras para escolha de reitores de universidades federais

A intenção, de acordo com a pasta, é tornar a escola mais atrativa para os estudantes.

"Se analisarmos o nosso percurso educacional, vamos verificar que, do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental e do 9º ano para a 1ª série do ensino médio, perdemos muitos estudantes. Seja por abandono ou repetência", disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

Com a educação em tempo integral, os estudantes passam mais tempo na escola, cerca de 7 horas por dia, e participam de atividades como reforço escolar, esportes, danças, aulas de artes, comunicação e uso de mídias, entre outras atividades.

A ampliação do ensino integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), implementado pela Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7 horas ou mais até 2024.

O último Censo Escolar mostrou que o percentual de matrículas em tempo integral diminuiu no ensino fundamental, passando de 16,3% de todas as matrículas nas escolas públicas, em 2017, para 10,9% em 2018. Esse percentual chegou a 19,4% em 2015.

Nas escolas privadas, as matrículas tiveram um leve aumento, passando de 2,1% para 2,2% de 2017 para 2018.

No ensino médio, a situação foi oposta. O percentual de matrículas em tempo integral passou de 8,4% em 2017 para 10,3% em 2018 nas escolas públicas. Nas privadas, passou de 3,9% para 4% no mesmo período.

O governo federal incentiva o ensino integral por meio de programas como o Mais Educação, lançado em 2007. Desde então, o programa passou por reformulações e enxugamentos.

Ensino médio

O MEC informou que vai incentivar o ensino integral em escolas de ensino médio. O objetivo é ampliar de 1.027 escolas para 1.527 o número de estabelecimentos em tempo integral.

"Com isso, a partir de 2020, serão ofertadas 40 mil novas vagas do Ensino Médio em Tempo Integral e mais 200 mil novas vagas do Novo Ensino Médio, com o objetivo de ofertar pelo menos um itinerário formativo", disse o secretário de Educação Básica, Janio Macedo.

O ensino médio passará, no país, por reformulações. Pelo novo modelo, ainda em fase de implementação, os estudantes têm uma formação comum em todo o país, definida pela Base Nacional Comum Curricular, e, no restante do tempo, podem aprofundar a formação em um itinerário formativo nas áreas de linguagens, ciências da natureza, ciências humanas, matemática ou ensino técnico.

Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5 horas por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7 horas.

Educação infantil

Na educação infantil, o MEC vai reestruturar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

"Nossa grande aposta é a reestruturação e manutenção do Proinfância para que possamos efetivamente ter um programa para atender a necessidade da educação infantil", disse Macedo.

O programa foi instituído em 2007, para oferecer assistência técnica e financeira a municípios e ao Distrito Federal para a construção de creches e pré-escolas, além de ajudar na aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil. Janio Macedo não detalhou quais mudanças serão feitas.

De acordo com o secretário, a educação infantil é uma das prioridades do MEC para 2020. No próximo ano, a pasta também focará na maior participação dos professores para a efetiva implementação da Base Nacional Comum Curricular.

CLIPPING



A base estabelece o mínimo que todos os estudantes brasileiros têm direito de aprender na escola, desde a educação infantil ao ensino médio. No ensino infantil e fundamental, a Base Nacional deve chegar em 2020.

